

RELATÓRIO DO SECRETÁRIO EXECUTIVO

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DO
SECRETARIADO DA SADC

AGOSTO DE 2011 - JULHO DE 2012



COMUNIDADE DE
DESENVOLVIMENTO DA
ÁFRICA AUSTRAL





ÍNDICE

TABELA DE FIGURAS	i
LISTA DE ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS	ii
SUMÁRIO EXECUTIVO	iii
1.0 INTRODUÇÃO	12
2.0 VISÃO GERAL SOBRE OS ACONTECIMENTOS POLÍTICOS E ECONÓMICOS NA REGIÃO	13
2.1 <i>ACONTECIMENTOS POLÍTICOS</i>	13
2.2 <i>ACONTECIMENTOS ECONÓMICOS</i>	13
2.2.1 <i>PIB Real</i>	13
2.2.2 <i>Inflação</i>	14
2.2.3 <i>Poupança e Investimento Interno</i>	15
2.2.4 <i>Sector Fiscal</i>	16
2.2.5 <i>Sector External</i>	18
2.2.6 <i>Perspectivas a Médio Prazo</i>	18
2.2.7 <i>Respostas em Matéria de Políticas: Diversificação - Tornar as Economias Resistentes</i>	19
3.0 IMPLEMENTAÇÃO DE PROGRAMAS DE COOPERAÇÃO E INTEGRAÇÃO REGIONAL	21
3.1 LIBERALIZAÇÃO DO COMÉRCIO E ECONÓMICA	21
3.1.1 <i>Zona de Comércio Livre da SADC</i>	22
3.1.2 <i>Preparativos Rumo à Criação da União Aduaneira da SADC</i>	22
3.1.3 <i>Harmonização e Simplificação dos Instrumentos Aduaneiros</i>	22
3.1.4 <i>Acordo de Parceria Económica entre a SADC e a CE</i>	23
3.1.5 <i>Aumento da Competitividade Produtiva</i>	23
3.1.6 <i>Finanças e Investimento</i>	24
3.2 DESENVOLVIMENTO DE INFRA-ESTRUTURAS	24
3.2.1 <i>Plano Director Regional de Desenvolvimento de Infra-estruturas da SADC</i>	24
3.2.2 <i>Energia</i>	25
3.2.3 <i>Transportes</i>	26
3.2.4 <i>Meteorologia</i>	27
3.2.5 <i>Comunicações e TIC</i>	27
3.2.6 <i>Água</i>	29
3.2.7 <i>Turismo</i>	30
3.2.8 <i>Desafios Principais Enfrentados na Implementação de Projectos de Infra-estruturas</i>	30
3.3 ALIMENTAÇÃO, AGRICULTURA E GESTÃO CONJUNTA DE RECURSOS NATURAIS TRANSFRONTEIRIÇOS	30
3.3.1 <i>Situação Regional da Segurança Alimentar</i>	31
3.3.2 <i>Fornecimento de insumos agrícolas</i>	33
3.3.3 <i>Culturas e Pecuária</i>	34
3.3.4 <i>Investigação Agrária e Desenvolvimento e Divulgação de Tecnologias</i>	35
3.3.5 <i>Política Agrícola Regional</i>	35
3.3.6 <i>Prontidão para casos de Catástrofes</i>	35
3.3.7 <i>Gestão Conjunta de Recursos Naturais Transfronteiriços</i>	35
3.3.8 <i>Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável</i>	36
3.3.9 <i>Principais Desafios enfrentados na Implementação de Programas relativos à Alimentação, Agricultura e Recursos Naturais</i>	37
3.4 PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO DE DIMENSÃO REGIONAL	37
3.4.1 <i>Educação e desenvolvimento de Competências</i>	37
3.4.2 <i>Emprego e trabalho</i>	38

3.4.3	Saúde e Fármacos	39
3.4.4	VIH e SIDA	39
3.4.5	Programa Especial: Órfãos, Crianças e Jovens Vulneráveis (OVCY)	40
3.5	PROGRAMAS TRANSVERSAIS	40
3.5.1	Meio Ambiente e Desenvolvimento	40
3.5.2	Estatística	44
3.5.3	Ciência, Tecnologia e Inovação	45
4.0	POLÍTICA, PLANIFICAÇÃO E MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO	46
4.1	FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS E DE ESTRATÉGIAS	46
4.1.1.	Estratégia a Médio Prazo da SADC	46
4.1.2	Programa de Análise de Políticas e Diálogo da SADC: Eventos de “Cérebros” sobre Integração Regional	46
4.1.3	Operacionalização do Observatório Regional para a Pobreza (RPO) da SADC	46
4.2	PLANIFICAÇÃO, MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DE ESTRATÉGIAS	47
4.2.1	Planificação e Programação	47
4.2.2	Monitorização, Apresentação de Relatórios e Avaliação	47
4.3	GESTÃO DO RISCO	47
5.0	RECURSOS HUMANOS E ADMINISTRAÇÃO	48
6.0	AUDITORIA INTERNA, GOVERNAÇÃO E ORÇAMENTO E FINANÇAS	49
6.1	AUDITORIA INTERNA E GOVERNAÇÃO	49
6.2	ORÇAMENTO E FINANÇAS	49
6.2.1	Prioridades Operacionais para 2011/12	49
6.2.2	Visão Geral sobre a Situação Orçamental e Financeira	50
6.2.3	Riscos financeiros que o Secretariado enfrenta	51
7.0	REFORMAS INSTITUCIONAIS E REFORÇO DE CAPACIDADES	52
7.1	CORRESPONDÊNCIA AOS PADRÕES INTERNACIONAIS	52
7.2	REFORÇO DE CAPACIDADES PARA A INTEGRAÇÃO REGIONAL	52
8.0	INTEGRAÇÃO CONTINENTAL	53
8.1	MECANISMO TRIPARTIDO SADC – COMESA – EAC	53
8.1.1	Zona de Comércio Livre Tripartida	53
8.1.2	Desenvolvimento de Infra-estruturas	53
8.1.3.	Alterações Climáticas	55
8.2	UNIÃO AFRICANA (UA) E NEPAD	55
8.2.1	União Africana	55
8.2.2	NEPAD	56
9.0	COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO E MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS	57
9.1	COOPERAÇÃO SADC – UE	57
9.1.1	Programa Indicativo Regional do 9º FED	57
9.1.2	Programa Indicativo Regional do 10º FED	57
9.2	COOPERAÇÃO ENTRE A SADC E O BANCO AFRICANO DE DESENVOLVIMENTO	59
9.3	COOPERAÇÃO ENTRE A SADC E A ALEMANHA	60
9.4	COOPERAÇÃO ENTRE A SADC E O JAPÃO	60

9.4.1	<i>Primeiro Fórum de Investimento em Infra-estruturas SADC-Japão</i>	60
9.4.2	<i>Quadro de cooperação entre a SADC e o Japão</i>	61
9.4.3.	<i>Quarta TICAD Ministerial</i>	61
9.5	SADC – ECONOMIAS DE MERCADO EMERGENTES	62
9.5.1.	<i>SADC – China</i>	62
9.5.2	<i>A SADC e outras Economias de Mercado Emergentes</i>	62
9.6	COOPERAÇÃO SADC – NAÇÕES UNIDAS	62
9.7	REVISÃO DA DECLARAÇÃO DE WINDHOEK (WD)	63
10.	CONCLUSÕES, DESAFIOS E RECOMENDAÇÕES	64
APÊNDICE 1:	INDICADORES SELECIONADOS PARA OS ESTADOS MEMBROS DA SADC, 2011	66



TABELA DE FIGURAS

FIGURA 1: SADC - TAXA DE CRESCIMENTO REAL DO PIB (%), 2008-2012	14
FIGURA 2: SADC - TAXA DE INFLAÇÃO (%), 2008-2012	15
FIGURA 3: SADC – POUPANÇA E INVESTIMENTO NACIONAL BRUTO, 2005-2012	15
FIGURA 4: SADC – RECEITAS E DESPESAS ESTATAIS (2008-2012)	16
FIGURA 5: SADC - EQUILÍBRIO FISCAL GERAL (2008-2012)	17
FIGURA 6: SADC - DÍVIDA PÚBLICA GERAL (2008-2012)	17
FIGURA 7: SADC – DÉFICE DA CONTA CORRENTE DA BALANÇA DE PAGAMENTOS, 2005-2012	18
FIGURA 8: EXCEDENTES/DÉFICES DE CEREAIS POR PAÍS	31
FIGURA 9: TENDÊNCIAS SOBRE O NÚMERO DE MULHERES COM ASSENTO NOS PARLAMENTOS DOS ESTADOS MEMBROS DA SADC	42
FIGURA 10: TIPOS DE SISTEMAS ELEITORAIS NOS ESTADOS MEMBROS DA SADC	43
FIGURA 11: REPRESENTAÇÃO DE MULHERES COM CARGOS NOS GOVERNOS DOS ESTADOS MEMBROS DA SADC	43

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: POPULAÇÕES COM INSEGURANÇA ALIMENTAR DESDE AS CAMPANHAS DE COMERCIALIZAÇÃO DE 2005/6 ATÉ 2011/12	33
TABELA 2: RESUMO DE RESULTADOS FINANCEIROS PARA 2011/12 (USD'000)	50
TABELA 3: PONTO DA SITUAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO DO 10º FED	58
TABELA 4 CARTEIRA DE PROJECTOS DO BAD NO SECRETARIADO DA SADC	59
TABELA 5: VISÃO GERAL SOBRE A AUTORIZAÇÃO DE FUNDOS FUNDOS NO ÂMBITO DA COOPERAÇÃO SADC – ALEMANHA	60

ACRÓNIMOS

AI	Avaliação Institucional
APE	Acordo de Parceria Económica
BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
BNT	Barreiras Não-Tarifárias ao Comércio
BOP	Documento de Previsão Orçamental
CAADP	Programa Abrangente de Desenvolvimento da Agricultura em África
CBRI	Reforço de Capacidades para Integração Regional
CCARDESA	Centro de Coordenação da Investigação e Desenvolvimento
CDB	Agrário da África Austral
CE	Banco de Fomento da China
CI	Comissão Europeia
CMT	Comité de Investimento
COMESA	Comité de Ministros do Comércio
COP	Mercado Comum da África Oriental e Austral
CRASA	Conferência das Partes
CSC	Associação dos Reguladores de Comunicações da África Austral
CUA	Centro de Serviços de Clima
DBSA	Comissão da União Africana
EAC	Banco de Desenvolvimento da África Austral
EAD	Comunidade da África Oriental
EUA	Ensino Aberto e à Distância
FARA	Estados Unidos da América
FED	Fórum de Investigação Agrária em África
HCPI	Fundo Europeu de Desenvolvimento
HLEG	Índices de Preços ao Consumidor Harmonizados
HSGOC	Grupo de Peritos de Alto Nível
ICP	Comité de Orientação dos Chefes de Estado e de Governo
IMTS	Parceiros de Cooperação Internacionais
IPA	Estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias
IPPF	Centro de Promoção de Investimentos
IST	Fundo de Preparação de Projectos de Infra-estruturas
IUMP	Infecção Sexualmente Transmissível
IUU	Programa de Desenvolvimento e Modernização Industrial
JCA	Pesca Ilegal, Não-Declarada e Não-Regulamentada
MIP	Autoridade Conjunta de Concorrência
MOU	Programa Mínimo de Integração
NEPAD	Memorando de Entendimento
NPCA	Nova Parceria para o Desenvolvimento de África
NEPAD	Agência de Planificação e Coordenação da NEPAD
NSC	Corredor Norte-Sul
NSO	Instituto Nacional de Estatística
ODM	Objectivos de Desenvolvimento do Milénio
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
PMTCT	Prevenção da Transmissão Vertical do VIH
PPDF	Fundo de Preparação e Desenvolvimento de Projectos
PPR	Pestes de Pequenos Ruminantes
RAP	Política Agrícola Regional

REDD	Redução das Emissões Causadas pelo Desflorestamento e Degradação das Florestas
REIS	Apoio à Integração Económica Regional
RIDMP	Plano Director Regional de Desenvolvimento de Infraestruturas da SADC
RIP	Programa Indicativo Regional
RISDP	Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional
RPC	Programa Regional de Cooperação Política
RQF	Quadro Regional de Qualificações
RSAP	Plano de Acção Estratégico Regional
RSDS	Estratégia Regional de Desenvolvimento de Estatística
RSP	Documento de Estratégia Regional
RVAA	Avaliação e Análise da Vulnerabilidade Regional da SADC
S.E.	Sua Excelência
SACU	União Aduaneira da África Austral
SADC	Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
SAPP	Rede de Energia Eléctrica da África Austral
SAPRA	Associação dos Reguladores dos Serviços Postais da África Austral
SASO	Organização de Segurança da Aviação da SADC
SAT	Southern African Trust
SEAC	Conselho Consultivo Eleitoral da SADC
SIPO	Plano Estratégico Indicativo do Órgão
SPME	Planeamento, Monitorização e Avaliação de Estratégias
SP	Medidas Sanitárias e Fitossanitárias
SQAM	Normalização, Garantia de Qualidade, Acreditação e Metrologia
SRII	Infra-estrutura Regional de Informação da SADC
SSA	África a Sul do Saara
TB	Tuberculose
TICAD	Conferência Internacional de Tóquio sobre o Desenvolvimento de África
TMSA	Trademark Southern Africa
TNF	Fórum Negocial do Comércio Tripartido
TTA	Conta Fiduciária Tripartida
TTF	Grupo de Trabalho Tripartido
TTNF	Fórum Negocial do Comércio Tripartido
UA	União Africana
UE	União Europeia
UNECA	Comissão Económica das Nações Unidas para África
WEO	Perspectiva Económica Mundial
ZCL	Zona de Comércio Livre

SUMÁRIO EXECUTIVO

TO presente relatório apresenta um relato sobre as actividades implementadas pelo Secretariado de acordo com o Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional (RISDP) e o Plano Indicativo Estratégico do Órgão (SIPO). Fazem parte importante do presente relatório as actividades implementadas em cumprimento das decisões da Cimeira e do Conselho.

O relatório documenta o progresso considerável alcançado, comparativamente a muitos anos anteriores, não obstante a reduzida taxa de crescimento económico registada em 2011, comparativamente a 2010. No domínio político, a região testemunhou a realização de eleições democráticas na RDC, no Reino do Lesoto, nas Seychelles e na Zâmbia. Estas eleições foram predominantemente caracterizadas pela primazia dos princípios democráticos e por uma transferência pacífica do poder.

Em 2011, o desempenho económico na região foi influenciado, em grande medida, pelos acontecimentos registados nos mercados mundiais, particularmente na zona do Euro. Apesar de se ter registado uma melhoria dos preços dos bens primários na região, o ritmo de crescimento económico abrandou em 2011, comparativamente a 2010, e a posição orçamental deteriorou-se, devido ao grande declínio das contas públicas da maior parte dos Estados Membros.

Comparativamente a 2010, o desempenho da Região em 2011 foi conforme a seguir se descreve: registou uma queda no Produto Interno Bruto médio para 4,7%, comparativamente a 5,5%, uma ligeira melhoria da taxa de inflação, que se situou em 8,3%, o que significa uma baixa em 0,1%, relativamente à taxa média de 8,4%, registada em 2010, uma queda da poupança nacional para 14,9%, comparativamente a 15,5%, no ano anterior, uma redução no volume total de investimento de 22,2% para 21,3%, e uma ligeira redução na receita do Estado de 29,7% para 29,2%.

Na área da liberalização do comércio e económica, os esforços visando avançar rumo ao estabelecimento da União Aduaneira da SADC estão a começar a produzir resultados, pois o Grupo de Peritos de Alto Nível sobre a União Aduaneira da SADC recebeu e adoptou um relatório sobre o quadro da União Aduaneira da SADC. Também foram registados avanços satisfatórios no domínio da Normalização, Garantia de Qualidade, Acreditação e Metrologia. A cooperação no domínio da normalização na SADC permitiu harmonizar, até aqui, 94 normas, 19 das quais foram harmonizadas em 2011/2012.

Foram igualmente lançadas várias iniciativas visando melhorar o clima de investimento na SADC, bem como promover a região como destino preferencial do investimento. Uma das iniciativas referidas foi o desenvolvimento do Portal sobre Investimento da SADC, que serve de base de dados de informação sobre o clima e as oportunidades de investimento na SADC.

Para fazer face aos imensos desafios que têm sido enfrentados na área de desenvolvimento de infra-estruturas na região, há bastante tempo, foi finalmente concluída a elaboração do Plano Director Regional de Desenvolvimento de Infra-estruturas da SADC. A elaboração do Plano Director implicou um processo abrangente que contemplou um amplo leque de consultas envolvendo principalmente os Estados Membros, as instituições regionais da SADC, o sector privado e os actores não-estatais. Os projectos de planos foram examinados minuciosamente em dois workshops regionais, resultando na validação do documento.

A região está a progredir em diversos domínios de desenvolvimento social e humano. Os principais acontecimentos registados são, entre outros, a elaboração e a aprovação do Quadro Regional de Qualificações da SADC, o Sistema de Informação sobre o Mercado de Trabalho da SADC, o Quadro para o Combate a Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), a Estratégia de Integração das Questões do Género e as Directrizes para o Controlo das Doenças Transmissíveis. Durante o período em análise, foi também concluída a elaboração da Proposta de Rede de Tele-saúde para a Vigilância de Doenças, destinada a aperfeiçoar os sistemas de vigilância do VIH e SIDA, da Malária e da Tuberculose e propiciar a partilha de informação.

No que respeita a questões transversais de dimensão regional, nomeadamente de género e de estatística, foram feitos avanços significativos durante o período em análise. Entre os resultados significativos alcançados contam-se a aceleração do processo de harmonização das políticas nacionais de género com a Política de Género e o Protocolo sobre Género e Desenvolvimento da SADC, a elaboração do Projecto de Estratégia Regional de Desenvolvimento da Estatística e a finalização e aprovação do Manual de Regras Comuns de Estatística da SADC sobre a Estatística

relativa ao Comércio Internacional de Mercadorias.

Depois da realização da avaliação documental do RISDP, entre Março e Outubro de 2011, e da aprovação dada pelo Conselho, em Fevereiro de 2012, da realização da Avaliação Intercalar externa, o Secretariado levou a cabo todos os processos conducentes à adjudicação do contrato à empresa vencedora do concurso. Prevê-se que o trabalho de avaliação externa arranque em Agosto de 2012 e dure 6 meses.

O Secretariado continua a implementar o programa de reformas institucionais, visando aumentar a eficiência no funcionamento e a eficácia da ajuda, bem como assegurar aos Estados Membros que os seus recursos estão a ser geridos de acordo com normas internacionalmente aceites. Quanto aos avanços registados em relação ao período anterior, em Dezembro de 2011, o relatório de Avaliação Institucional concluiu que o Secretariado da SADC respeitou os critérios relativos aos quatro pilares e, por isso, estava habilitado a celebrar um Acordo de Contribuição Financeira (CA) com a União Europeia.

A integração continental continua a representar uma parte importante das actividades do Secretariado da SADC. As áreas principais de actuação são a interacção no quadro do Mecanismo Tripartido da SADC-COMESA-EAC e da SADC-União Africana/NEPAD, onde foram dados passos positivos ao longo do ano transacto. Um dos feitos de realce para a Região foi a eleição da nova Presidente da Comissão da União Africana, S. Exa. Nkosazana Dlamini-Zuma.

Os parceiros de desenvolvimento continuam a desempenhar um papel crucial no desenvolvimento socioeconómico da região da SADC. A assistência dos parceiros de desenvolvimento tem sido concedida através do apoio orçamental aos programas/projectos e da assistência técnica. Neste contexto, o Secretariado continua a reforçar os seus laços com os parceiros. Com particular realce, a SADC recebeu apoio considerável de organizações, tais como a União Europeia, o Banco Africano de Desenvolvimento, o Banco Mundial, a Commonwealth, a Organização Mundial de Saúde, a Organização da ONU para a Alimentação e Agricultura (FAO) e o Fundo Global. As instituições regionais, tais como o Fórum para Investigação Agrária em África (FARA) e o Fundo Fiduciário da África Austral (Southern Africa Trust - SAT), também continuaram a prestar o seu apoio técnico e financeiro.

Individualmente, países como a Alemanha, a França, a Noruega, a Suécia, o Reino Unido e os Estados Unidos da América continuam a prestar apoio abnegado à região, através do Secretariado.

Como parte dos esforços em curso, visando atrair investimento para o incremento do desenvolvimento de infra-estruturas na região, teve lugar em Março de 2012, em Tóquio, Japão, o primeiro Seminário sobre o Investimento em Infra-estruturas SADC-Japão. Na sua alocução, durante o Seminário, o Sr. Kato, Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros do Japão, encorajou as empresas japonesas a investir na região da SADC e reconheceu as potencialidades da região, que é uma das que regista uma das taxas mais rápidas de crescimento em África. A Delegação da SADC ao Seminário foi chefiada pelo Presidente do Conselho da SADC, Sua Excelência Dr. Augusto da Silva Tomás, Ministro dos Transportes da República de Angola.

O RISDP e o SIPO mantêm-se os quadros fundamentais em que se alicerça a agenda de integração regional e de manutenção da paz e segurança da SADC. Num horizonte de médio prazo, mormente de três anos, no caso da SADC, o Secretariado elabora um Documento de Planificação e Previsão Orçamental que confere maior responsabilidade no Secretário Executivo para garantir o estabelecimento de um equilíbrio entre os recursos financeiros disponíveis e as prioridades fixadas no RISDP e no SIPO.

Com base no Documento de Previsão Orçamental, o Secretariado elabora anualmente o plano institucional e os planos de actividades. O Plano Institucional dá ênfase à contextualização da orientação estratégica descrita no RISDP e no SIPO, com vista a explicar a fundamentação das intervenções e o impulso necessário para avançar de acordo com essa orientação estratégica, enquanto os aspectos de detalhe sobre as actividades a desenvolver para a materialização das metas fixadas são apresentados nos planos de actividades.

Assim, o presente relatório reporta sobre a implementação das actividades descritas no Plano de Actividades Anual do Secretariado da SADC para o exercício fiscal de 2011-2012.

Para o efeito, o relatório está dividido em 8 capítulos, apresentados conforme se indica:

- a) Visão Geral sobre os Acontecimentos Políticos e Económicos na Região;
- b) Implementação de Programas de Cooperação e Integração Regional;
- c) Desenvolvimento, Planeamento, e Monitorização e Avaliação;
- d) Recursos Humanos e Administração;
- e) Auditoria Interna e Governação, e Orçamento e Finanças;
- f) Reformas e Reforço da Capacidade Institucionais;
- g) Integração Continental, e
- h) Cooperação para o Desenvolvimento e Mobilização de Recursos

A última secção do relatório apresenta a conclusão final, os desafios enfrentados durante a implementação e as recomendações sobre o caminho a seguir.

2.0

VISÃO GERAL SOBRE OS ACONTECIMENTOS POLÍTICOS E ECONÓMICOS NA REGIÃO

2.1 Acontecimentos Políticos

Durante o período em análise, a situação de paz e segurança na Região manteve-se predominantemente estável. Foram realizadas, com sucesso, eleições na RDC, no Lesoto, nas Seychelles e na Zâmbia. Todos estes processos eleitorais foram endossados como tendo sido realizados em conformidade com os Princípios e Directrizes da SADC sobre a Realização de Eleições Democráticas.

Para reforçar a democracia e a boa governação na região, prosseguiu o processo de fortalecimento de capacidades do Conselho Consultivo Eleitoral da SADC (SEAC). Teve lugar a 13 e 14 de Abril de 2011, em Gaborone, Botswana, a sessão de lançamento e familiarização dos Membros do SEAC.

No mesmo espírito de consolidação da democracia e da boa governação na região, foi aprovada a criação da Unidade de Mediação. Esta estrutura aumentará a capacidade de mediação, prevenção de conflitos e diplomacia preventiva da região da SADC.

Apesar destes aspectos positivos, depois das eleições, a situação de segurança no leste da RDC deteriorou-se nos últimos três meses, causando o deslocamento de milhares de pessoas e a perda de vidas humanas e de bens. Estes acontecimentos requerem uma atenção renovada e urgente por parte da SADC.

Os esforços de mediação política na região continuaram nos Estados Membros afectados por problemas internos, nomeadamente no Lesoto, em Madagáscar e no Zimbábwe.

No Lesoto, os esforços de mediação foram formalmente concluídos, abrindo caminho para a realização de eleições gerais a 26 de Maio de 2012. Os esforços levados a cabo foram frutíferos, pois a Missão de Observação Eleitoral da SADC declarou as eleições credíveis, livres e justas.

Em Madagáscar, a SADC, através do respectivo facilitador do processo, S. Excia Joaquim Chissano, continua a engajar todas as partes envolvidas até à resolução pacífica do conflito. O Gabinete de Ligação da SADC em Madagáscar já foi criado. O Gabinete tem mandato para facilitar a monitorização das actividades relacionadas com a implementação do Roteiro, visando a reposição da ordem constitucional através de um processo eleitoral justo, livre, credível e transparente.

Relativamente ao Zimbábwe, a SADC, através do respectivo facilitar, o Presidente da República da África do Sul, S. Excia Jacob Zuma, continua a dialogar com as partes envolvidas de modo a se manterem empenhadas na materialização de todos os passos necessários conducentes à realização de eleições pacíficas, livres e justas.

2.2 Acontecimentos Económicos

A informação fornecida pelos Estados Membros, em Novembro de 2011, e a Perspectiva Económica Mundial (WEO) do FMI para a Região da África ao Sul do Saara (SSA), produzida em Novembro de 2011, indicam que o desempenho económico da região da SADC, relativo a 2011, foi em grande medida influenciado pelo comportamento que caracterizou os mercados mundiais, em particular na zona euro. Apesar da melhoria registada nos preços dos bens primários, a taxa de crescimento económico da região baixou em 2011, comparativamente a 2010. A posição orçamental da região deteriorou-se devido ao agravamento profundo das contas públicas na maior parte dos Estados Membros. O aumento dos preços dos produtos alimentares e dos preços de petróleo inflacionaram as contas de importação dos Estados Membros importadores de produtos alimentares e de petróleo, o que originou o aumento da inflação.

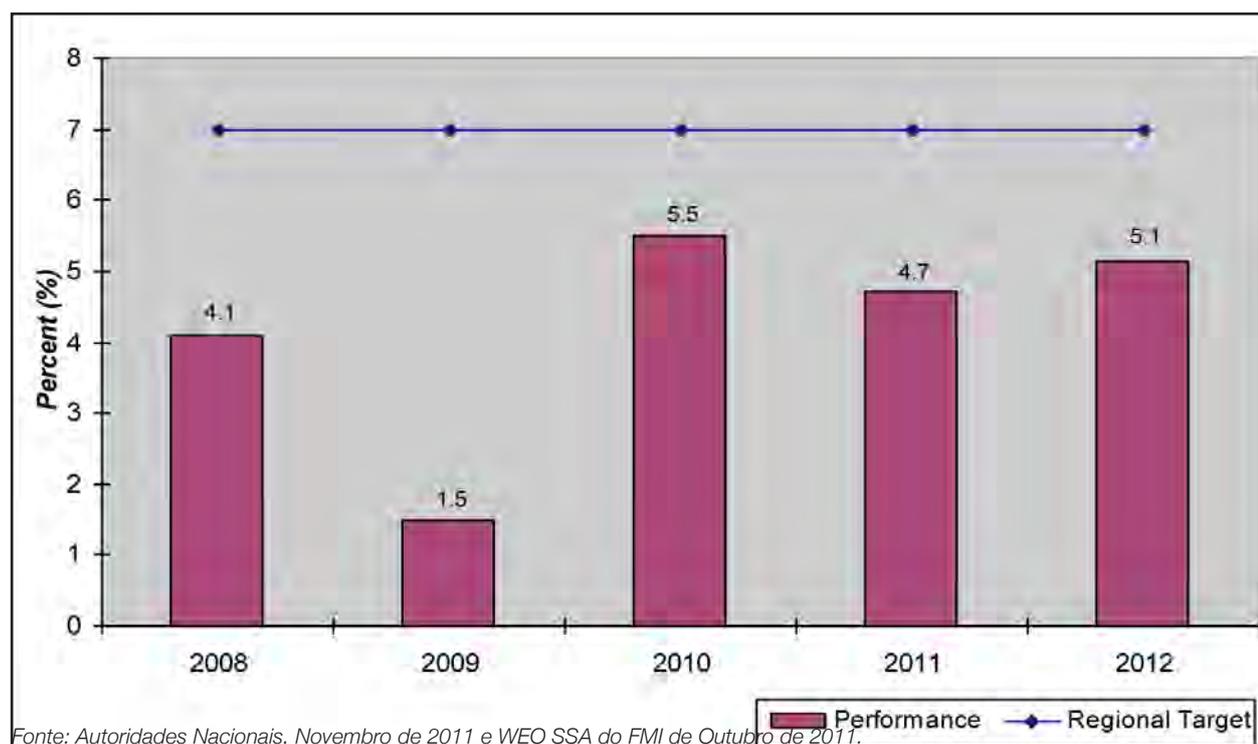
2.2.1. PIB Real

A região registou um crescimento médio do PIB real de 4,7%, o que significa uma queda em 0,8%, relativamente à taxa de 5,5%, registada em 2010 (vide Figura 1). Com a excepção de Angola, Madagáscar, Moçambique, África do Sul e Zimbábwe, todos os Estados Membros registaram quedas na taxa de crescimento real do PIB em 2011. A taxa de abrandamento económico foi mais acentuada no Lesoto, na Namíbia e na Suazilândia. No Lesoto,

a taxa de crescimento real do PIB desacelerou de 5,7% em 2010 para 3,7% em 2011, enquanto na Namíbia e Suazilândia, a taxa baixou em 3 e 4,1 pontos percentuais, de 6,6% e 2,0% registada em 2010, respectivamente. Embora Angola, Madagáscar, Moçambique, África do Sul e Zimbábwe tenham registado aumentos na taxa de crescimento real do PIB, acima dos níveis registados em 2010, em termos de pontos percentuais, as suas taxas de crescimento situaram-se em menos de 1 ponto percentual.

Somente Moçambique registou uma taxa de crescimento real do PIB acima de 7%, uma taxa fixada como meta regional para que se possa materializar o nobre objectivo de erradicação da pobreza.

Figura 1: SADC - Taxa de Crescimento Real do PIB (%), 2008-2012

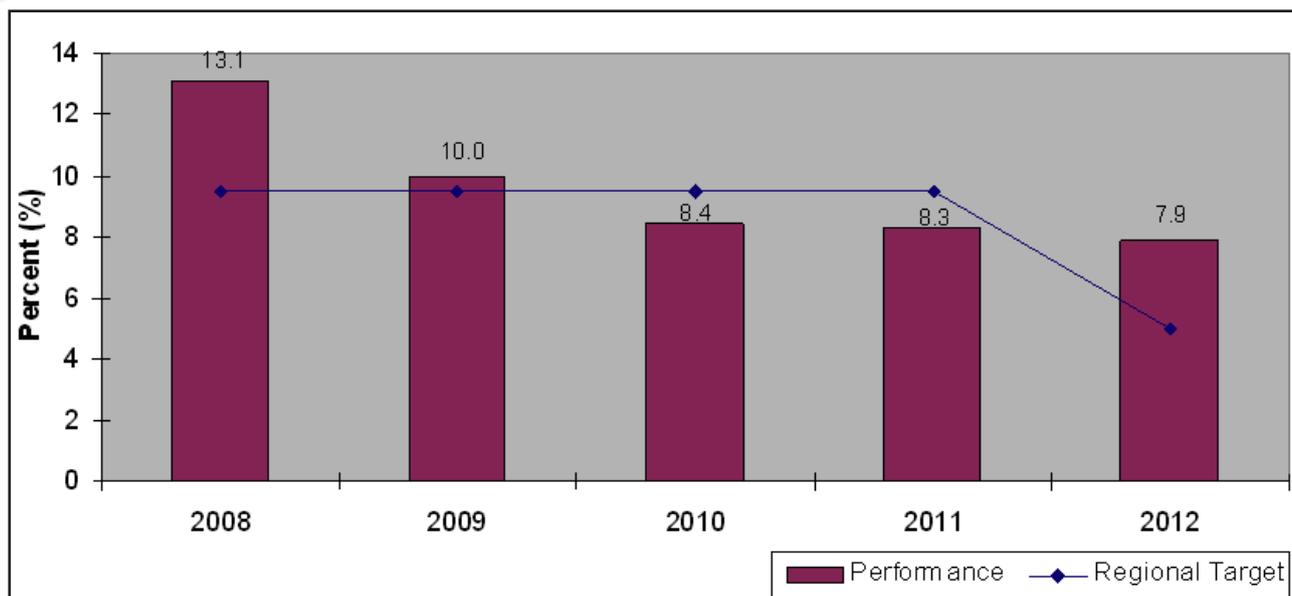


2.2.2 Inflação

Em 2011, a tendência de redução da taxa de inflação registada nos últimos anos foi revertida. Apesar de a região ter registado excedentes alimentares em 2011, a subida dos preços dos produtos alimentares e de petróleo no mercado internacional continuou a exercer uma pressão crescente sobre os preços na região.

A taxa média de inflação regional atingiu 8,3% em 2011, quase a mesma taxa atingida em 2010, situada em 8,4% (vide Figura 2). Esta é a taxa mais baixa registada na região nos últimos anos. Se a pressão inflacionária continuar imparável, a probabilidade de a maior parte dos Estados Membros atingir a meta regional de uma taxa de inflação inferior a 5% até 2012 ficará comprometida. Actualmente, quatro Estados Membros, nomeadamente Angola, RDC, Madagáscar e Moçambique, continuam a registar taxas de inflação superiores a 10%. Somente a Namíbia, as Seychelles, a África do Sul e o Zimbábwe registaram taxas de inflação iguais ou inferiores a 5% em 2011.

Figura 2: SADC - Taxa de Inflação (%), 2008-2012

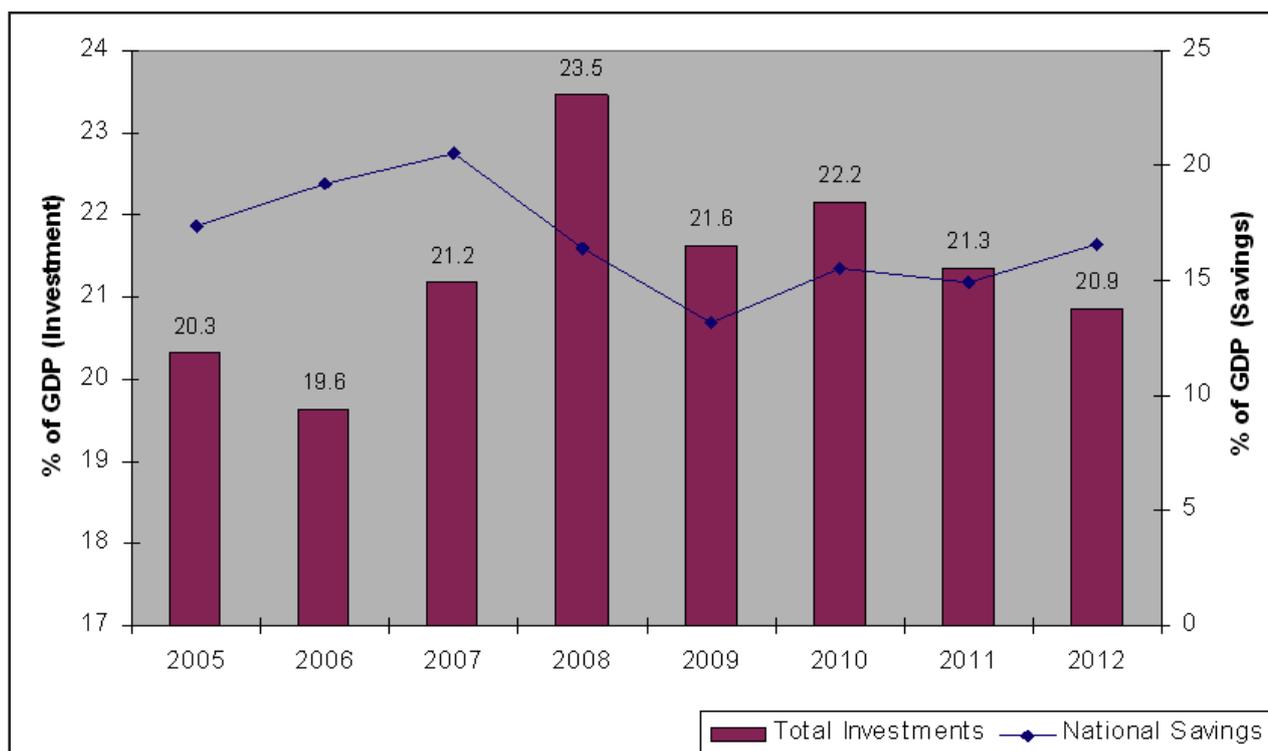


Fonte: Autoridades Nacionais, Novembro de 2011 e WEO SSA do FMI de Outubro de 2011.

2.2.3 Poupança e Investimento Interno

Como resultado do abrandamento registado na taxa de crescimento económico, a poupança nacional na região situou-se, em média, em 14,9% do PIB em 2011, comparativamente a 15,5% do PIB, registada em 2010 (vide Figura 3). Todavia, se, por um lado, Angola, Namíbia e Zâmbia registaram um aumento da poupança nacional, e das respectivas taxas, acima de 20% do PIB, por outro lado, a poupança nacional no Botswana, no Lesoto e no Malawi baixou de 25%, 10,4% e 24,8% do PIB, em 2010, para 17,9%, 5,5% e 14,5% do PIB, em 2011, respectivamente.

Figura 3: SADC – Poupança e Investimento Nacional Bruto, 2005-2012



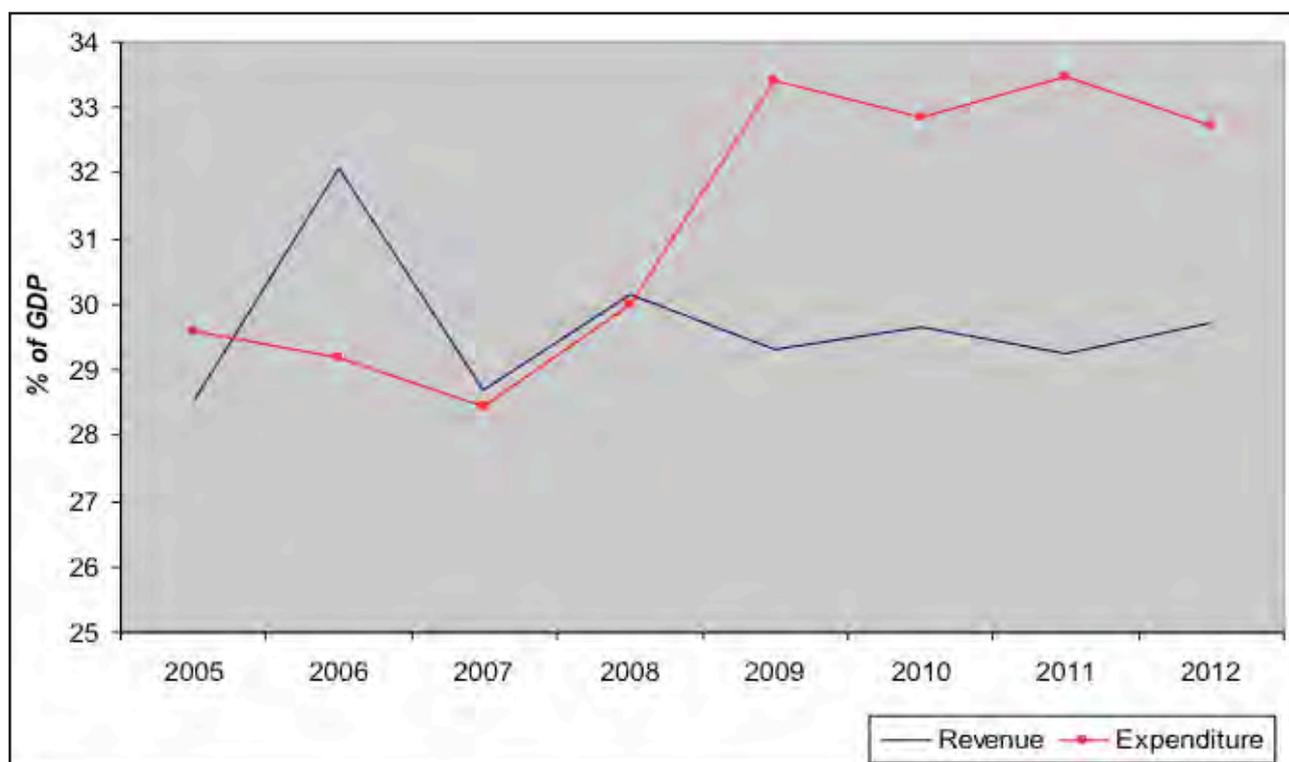
Fonte: Autoridades Nacionais, Novembro de 2011 e WEO SSA do FMI de Outubro de 2011.

De igual modo, o investimento total, enquanto percentagem do PIB, também registou uma queda. A taxa baixou de uma média de 22,2%, em 2010, para 21,3%, em 2011. Ao longo dos últimos 30 anos, a taxa média regional do investimento total situou-se em cerca de 21%, o que representa uma taxa bastante abaixo da meta regional de 30% do PIB. Somente o Botswana, o Lesoto e as Seychelles registaram taxas de investimento total aproximadas à meta regional de 30% ao longo dos anos.

2.2.4 Sector Fiscal

Desde o início da crise económica mundial, em 2008, a maior parte dos Estados Membros enfrenta pressões sobre os respectivos orçamentos. A receita tende a baixar enquanto a despesa vai aumentando devido, em parte, às crescentes obrigações relacionadas com o alívio do impacto da crise económica mundial sobre as suas economias. Em média, a região registou uma receita equivalente a 29,2% do PIB, em 2011, comparativamente a 29,7%, registada em 2010 (vide Figura 4).

Figura 4: SADC – Receitas e Despesas Estatais (2008-2012)

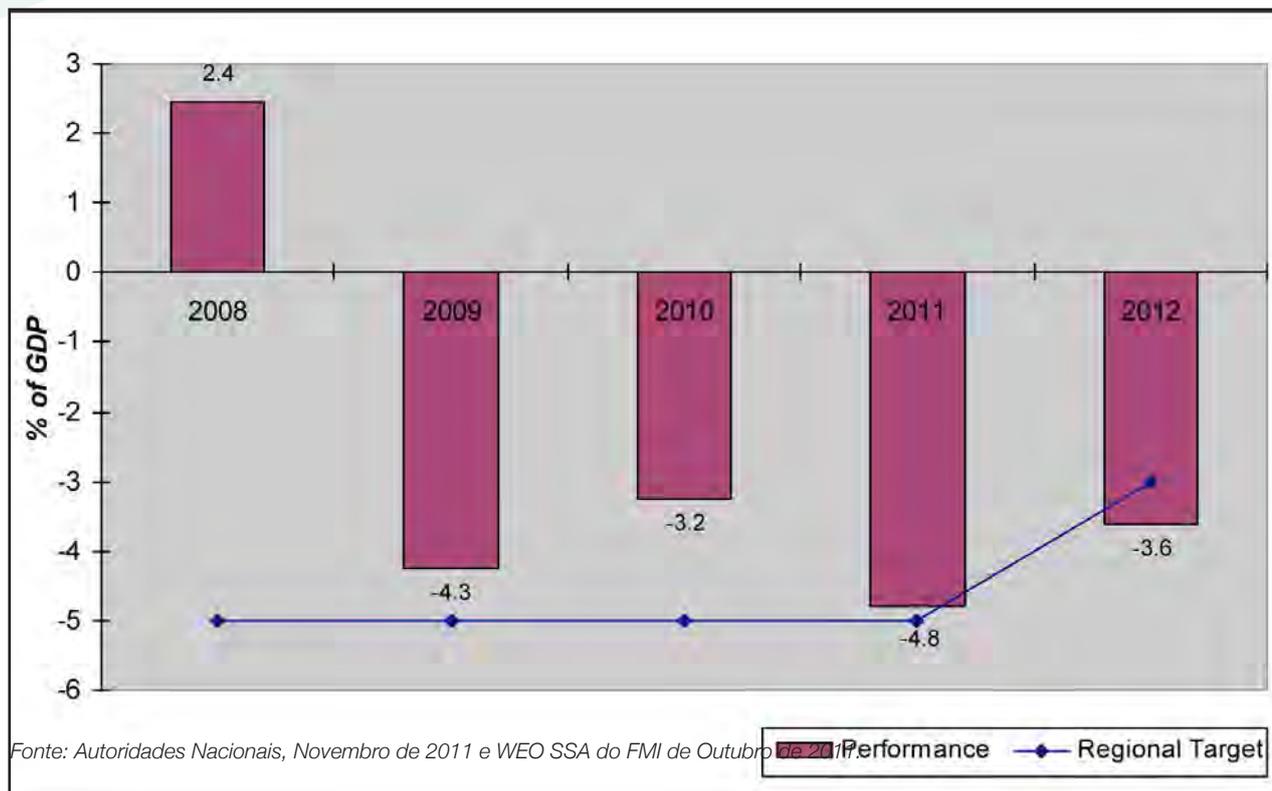


Fonte: Autoridades Nacionais, Novembro de 2011 e WEO SSA do FMI de Outubro de 2011.

Oito Estados Membros registaram um aumento na sua receita, nomeadamente Angola, Botswana, Namíbia, África do Sul, Seychelles, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue. O aumento da receita pode ser atribuído, em parte, à melhoria na administração fiscal e não necessariamente ao aumento da actividade económica.

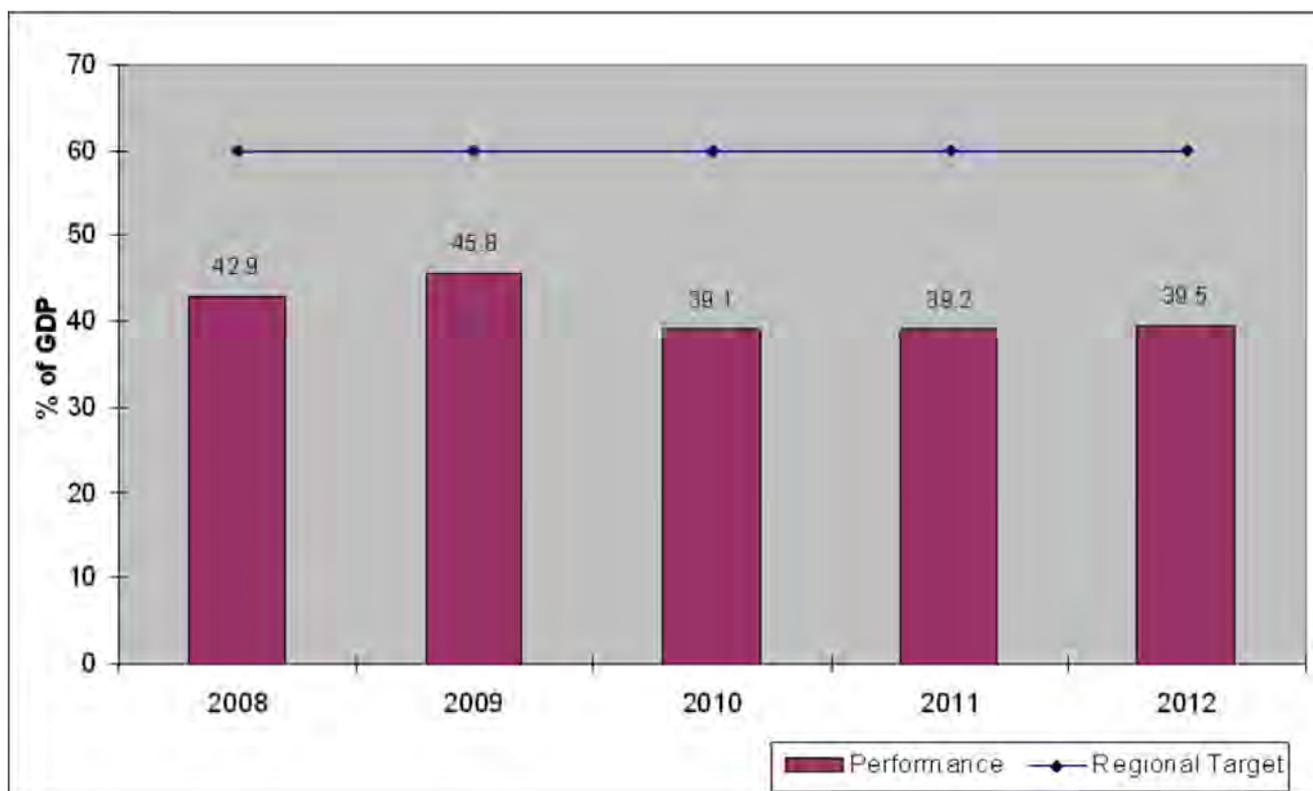
Quanto à despesa, a região registou uma despesa total equivalente a 35,5% do PIB, em 2011, comparativamente a 32,8%, em 2010. Todos os Estados Membros, com a excepção do Botswana, do Malawi, da Namíbia, da África do Sul e da Suazilândia, registaram um aumento da despesa. Uma explicação para os altos níveis da despesa estatal reside no facto de que a maior parte dos Estados Membros ainda continua a implementar políticas e programas iniciados durante a crise económica mundial, destinados a aliviar o seu impacto sobre as suas economias. Como resultado, o défice fiscal geral da região alcançou, em média, 4,8 por cento, em 2011, em comparação com 3,2 por cento, registado em 2010 (vide Figura 5).

Figura 5: SADC - Equilíbrio Fiscal Geral (2008-2012)



Relativamente à taxa média da dívida do estado, manteve-se ao nível atingido em 2010, isto é, em 39,2 por cento do PIB, onde somente as Seychelles e o Zimbábue registaram uma dívida pública geral acima da meta regional fixada em 60% do PIB, em 2011 (vide Figura 6).

Figura 6: SADC - Dívida Pública Geral (2008-2012)



2.2.5 Sector Externo

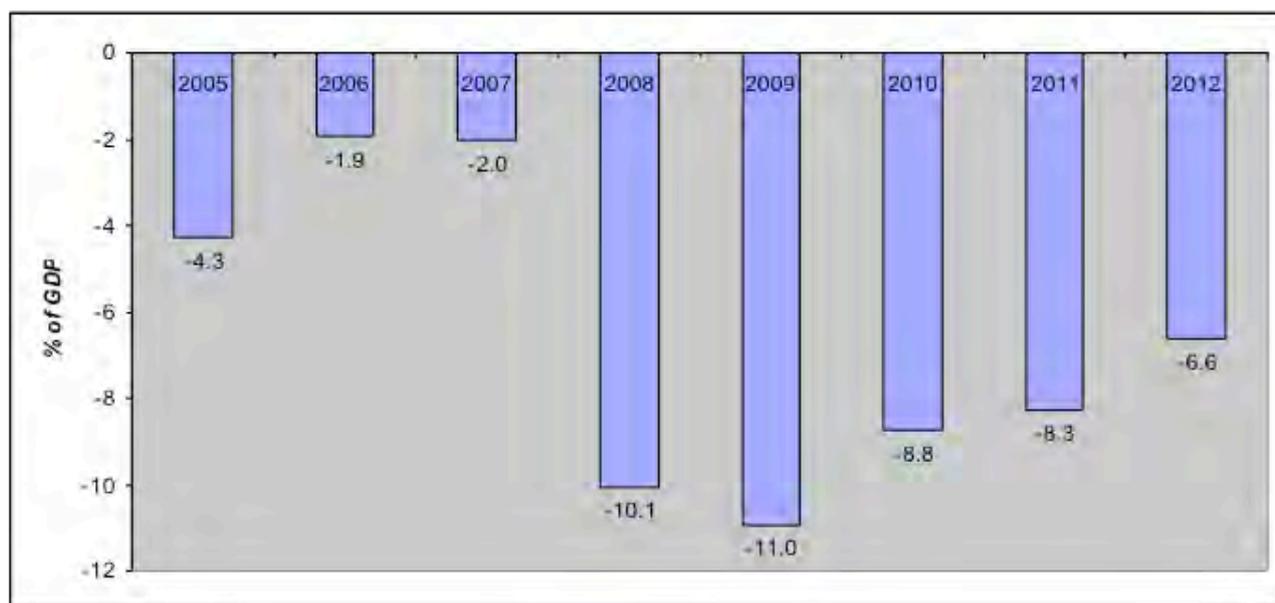
Os choques posteriores à crise económica mundial, particularmente a crise da dívida soberana na Europa, afectaram directa e indirectamente as exportações da região. Embora os padrões das trocas comerciais da SADC tenham vindo a registar mudanças ao longo da década em curso, as economias desenvolvidas, em particular a União Europeia (UE) e os Estados Unidos da América, continuam a ser os principais parceiros comerciais da SADC. Nos últimos anos, o comércio entre a UE e os EUA abrandou, enquanto o comércio com o bloco BRICS, principalmente com a China e a Índia, registou um aumento. Porém, este desenvolvimento encorajador não ajudou em termos de aumento das exportações da região, pois estes novos mercados também dependem dos mercados da UE e dos EUA, que estão a braços com os efeitos negativos da crise económica mundial.

Por conseguinte, o volume das exportações de bens e serviços da SADC aumentou somente em 4,8 por cento, em 2011, o que representa uma queda comparativamente à taxa de 5,7 por cento, registada em 2010. A maior parte dos Estados Membros registou um crescimento lento das exportações em 2011, relativamente a 2010.

De igual modo, o volume das importações de bens e serviços aumentou somente 2,3 por cento, em 2011, em relação à taxa de 6,1 por cento registada em 2010. Porém, Botswana, Madagáscar, Malawi e Suazilândia registaram quedas no volume das importações de 19,1 por cento, 1,2 por cento, 11,5 por cento e 12,0 por cento, respectivamente.

O défice da conta corrente da balança de pagamentos melhorou ligeiramente, de 8,8 por cento do PIB, em 2010, para 8,3 por cento do PIB, em 2011 (vide Figura 7). Esta situação deveu-se, em parte, à elevada factura das importações de produtos estratégicos, principalmente o petróleo. As importações de petróleo da região aumentaram em 32,2%, de USD 24,3 mil milhões, em 2010, para USD 32,6 mil milhões, em 2011.

Figura 7: SADC – Déficit da Conta Corrente da Balança de Pagamentos, 2005-2012



Fonte: IMF WEO SSA, Outubro de 2011.

2.2.6 Perspectivas a Médio Prazo

Face aos crescentes riscos de queda, prevê-se que a actividade económica mundial seja marginal em 2012 e a médio prazo. Entre os principais riscos de queda contam-se: os crónicos desequilíbrios fiscais e a incapacidade de se alterar as excessivas obrigações do serviço da dívida, particularmente na UE, os desequilíbrios crónicos do mercado de trabalho, que resultam na manutenção dos níveis de desemprego, que é estrutural, em vez de cíclico, coincidindo com o alargamento da escassez de quadros qualificados e os elevados níveis de subemprego, especialmente entre as populações jovens, a extrema volatilidade dos preços de energia e dos produtos agrícolas, culminando com uma grande flutuação dos preços, o que torna os bens primários cruciais inacessíveis, e uma grande falha financeira sistémica.

O desempenho económico regional em 2012 e a médio prazo também dependerá, em grande medida, da situação alimentar, pois ela influencia os elementos macroeconómicos fundamentais, tais como a inflação.

Prevê-se que a taxa real regional do PIB obedeça à tendência da projecção para a SSA, situada em 5,1%, em 2012. Contribuirão para este crescimento Angola, Lesoto, Madagáscar, Moçambique, Namíbia, África do Sul e Suazilândia. Prevê-se que somente Angola e Moçambique registem um crescimento do PIB acima da meta regional de 7 por cento. Prevê-se que o rendimento per capita aumente em apenas 4,5 por cento, em 2012.

Projecta-se que as pressões inflacionárias reduzam em 2012 e prevê-se que a região registre uma taxa de inflação de 7,9 por cento. Contudo, prevê-se que três Estados Membros, nomeadamente Angola, RDC e Malawi registem taxas de inflação superiores a 10 por cento. Projecta-se que somente as Seychelles e o Zimbabwe registem taxas de inflação inferiores a 5 por cento, que é a meta regional fixada para 2012.

Projecta-se que a poupança nacional bruta recupere, atingindo o nível registado em 2008 de 16,6% do PIB. À excepção da Suazilândia, todos os Estados Membros esperam registar uma poupança nacional bruta acima de 10 por cento do PIB em 2012. Contudo, o rácio do investimento em relação ao PIB deverá baixar para 20,9% em 2012. Apenas três Estados Membros, nomeadamente RDC, Lesoto e Namíbia esperam registar investimentos acima da meta regional de 30 por cento do PIB em 2012.

No sector fiscal, a dívida pública total deve sofrer uma ligeira redução. Em geral, a receita e a despesa devem manter-se estáveis e próximo dos níveis atingidos em 2011. Este comportamento resultará numa ligeira redução do défice fiscal de 3,6% do PIB. De igual modo, a dívida pública bruta geral deverá manter-se próxima dos níveis atingidos em 2011, situando-se em 39,5% do PIB, em 2012.

No sector externo, prevê-se que o volume das exportações de bens e serviços recupere para os níveis atingidos em 2005, situando-se em 8,5%, à excepção da Suazilândia, que deverá registar uma queda em 2,8% dos volumes de exportação. Prevê-se que os volumes de importações de bens e serviços aumentem em 4,6%, em 2012. Como resultado, o défice da conta corrente da balança de pagamentos deverá melhorar ligeiramente de 8,3 por cento, em 2011, para 6,6 por cento, em 2012.

2.2.7 Respostas em Matéria de Políticas: Diversificação - Tornar as Economias Resistentes

Os efeitos da recente crise económica mundial provaram que nenhuma economia está imune a estes acontecimentos. A incerteza e os crescentes níveis de risco tornam impossível determinar o futuro. Por seu turno, esta situação agita a robustez e a sustentabilidade das economias, que constitui a base para qualquer nação melhorar os níveis de vida da sua população, mediante a criação da riqueza e de oportunidades de emprego.

Como resposta em matéria de política, a diversificação das economias é uma das formas de fazer face aos choques e incertezas enfrentados depois de crises económicas. As economias caracterizadas por uma excessiva concentração num único sector, incluindo os países dependentes dos recursos naturais, em cuja categoria se enquadra a maioria dos Estados Membros da SADC, são vulneráveis devido à falta de diversificação. Por conseguinte, é imperioso que os Estados Membros diversifiquem as suas economias para os produtos não baseados nos recursos naturais. Esta diversificação deve fazer parte do objectivo, a longo prazo, das estratégias de desenvolvimento dos Estados Membros da SADC.

À medida que se procede à diversificação, também é importante ter em consideração o espectro mais geral e gerir os riscos. Um dos elementos centrais nesta gestão de riscos assenta na necessidade de uma maior diversificação económica, que não só reduza o impacto dos eventos externos, mas também promova um crescimento sólido e resistente a longo prazo.

Esta diversificação transcende a definição comum. Trata-se de uma diversificação que cobre outras dimensões, incluindo a característica das trocas comerciais, a concentração das fontes de capital humano e o uso de capital de investimento, os modelos de poupança e consumo, a base empresarial e outros parâmetros. O desafio enfrentado pelos órgãos de decisão sobre políticas reside em estar em estado de alerta permanente para identificar as potenciais áreas de concentração excessiva, seja em termos de percentagem excessiva de investimento directo estrangeiro proveniente de uma única fonte, o surgimento de um grupo de empresas demasiado grandes para falir ou uma excessiva dependência económica do consumo. O capital, a mão-de-obra e as tecnologias devem ser canalizados destas áreas tentadoras fáceis para outras que podem trazer mais dividendos a longo prazo.

Para a implementação deste tipo de diversificação, é necessário dar dois passos importantes. Primeiro, é necessário introduzir reformas na regulação institucional, o que exige uma entidade central responsável pela tomada de decisões sobre políticas económicas. Esta entidade deve monitorizar e orientar as economias nacionais, incluindo áreas tais como o investimento, as exportações e a inovação. As outras funções desta entidade devem ser a definição de regulamentos, o estabelecimento de uma comunicação com o sector privado, a definição de uma política económica global e a divulgação da informação fiável.

O outro passo compreende ter em consideração das tendências demográficas. A diversificação não constitui apenas um desafio económico. Por isso, os órgãos de decisão sobre políticas devem considerar o capital humano como um recurso essencial, o que, provavelmente, exige grandes mudanças nas políticas de educação e na orientação do desenvolvimento da força de trabalho. À semelhança de outros países em desenvolvimento, a região da SADC possui uma população relativamente jovem, comparativamente aos países desenvolvidos. Isto representa uma grande oportunidade para os Estados Membros em matéria de dividendo demográfico. Entretanto, para tirar partido deste dividendo, os órgãos de decisão em matéria de políticas devem assegurar a implementação de iniciativas de educação básica e de desenvolvimento da força de trabalho. Deve ser prestada atenção particular à área de formação profissional para o aproveitamento das aptidões práticas que as indústrias mais necessitam. Além disso, os Estados Membros devem investir em infra-estruturas materiais e imateriais, designadamente nos transportes, nas tecnologias e nos programas de saúde e sociais, para gerar o máximo de benefícios de uma força de trabalho qualificada e formada.

3.0

IMPLEMENTAÇÃO DE PROGRAMAS DE COOPERAÇÃO E INTEGRAÇÃO REGIONAL

A SADC possui uma gama de programas em implementação para a promoção da cooperação e integração regional rumo ao alcance dos seus objectivos. Estes programas estão descritos em termos gerais no RISDP, enquanto os compromissos específicos estão preconizados em diversos protocolos.

O Plano Institucional e o Plano de Actividades para 2011/12 foram elaborados com base no quadro estratégico de planificação e ornamentação, o Documento de Previsão Orçamental para 2011/13. Relativamente ao exercício em análise, a implementação dos planos de actividades continuou a ser orientada pelas decisões do Conselho de Ministros, tomadas de acordo com as prioridades visando a promoção do desenvolvimento e integração regional. As áreas prioritárias definidas são as seguintes:

- a) liberalização do comércio e económica;
- b) desenvolvimento de infra-estruturas de apoio à integração regional;
- c) segurança alimentar, meio ambiente e gestão conjunta de recursos naturais transfronteiriços;
- d) programas de desenvolvimento social e humano com uma dimensão regional;
- e) questões de género e desenvolvimento;
- f) estatística; e
- g) ciência e tecnologia.

3.1 Liberalização do Comércio e Económica

A liberalização do comércio e financeira, o desenvolvimento de uma indústria competitiva e diversificada e o aumento do volume de investimentos são cruciais para o alcance da integração regional e a erradicação da pobreza na SADC.



Durante o período em análise, os programas coordenados na área da liberalização do comércio e económica focalizaram-se, entre outros aspectos, na consolidação da Zona de Comércio Livre (ZCL) da SADC, nos preparativos da ZCL Tripartida e da União Aduaneira da SADC e na avaliação do progresso alcançado na materialização dos compromissos previstos no Protocolo sobre Finanças e Investimento.

3.1.1 Zona de Comércio Livre da SADC

A SADC deu passos significativos rumo a uma verdadeira ZCL, depois do seu lançamento em 2008. A região tinha como meta alcançar uma liberalização plena das tarifas em 2012.

Desde 2008, o ponto de foco residiu na consolidação da ZCL da SADC de modo a garantir a sua eficácia na promoção do comércio intra-SADC e o alcance de uma ZCL plenamente funcional em 2012. Está em curso um processo abrangente de auditoria dos compromissos assumidos para 2012. Esta auditoria será particularmente importante, pois cobrirá todos os aspectos ligados à implementação do Protocolo sobre as Trocas Comerciais, avaliará o progresso alcançado e identificará as debilidades existentes, numa altura em que a região se prepara para aprofundar o seu processo de integração.

A auditoria efectuada em 2011 notou que foram conquistadas algumas realizações na implementação da ZCL da SADC. De modo particular, a auditoria notou um aumento considerável no comércio intra-SADC, porquanto se notou que o mesmo tinha triplicado ao longo da última década, apesar de ser caracterizado por um padrão desequilibrado. A auditoria também notou que as exportações eram provenientes maioritariamente da África do Sul. De igual modo, a auditoria observou que havia uma falta de diversificação na indústria transformadora, caracterizada por apenas quatro sectores, nomeadamente de produtos agrícolas não-processados, de produtos alimentares transformados, de têxteis e de vestuário, correspondendo a cerca de 98% do comércio intra-SADC. Conforme reporte no meu último relatório ao Conselho, alguns Estados Membros ainda encontram-se atrasados em termos de implementação das reduções tarifárias. Esses Estados Membros devem ser encorajados a melhorar os seus índices de implementação para que a SADC aproveite ao máximo os benefícios da ZCL.

A adesão dos Estados Membros que ainda não participam na ZCL permanece importante para a consolidação da ZCL da SADC. A República das Seychelles apresentou a sua oferta em Outubro de 2011 e as negociações prosseguem no quadro do Fórum de Negociação do Comércio (TNF). Os restantes dois Estados Membros devem ser encorajados a aderir à ZCL da SADC.

3.1.2 Preparativos Rumo à Criação da União Aduaneira da SADC

No ano passado, reporte ao Conselho que não haviam sido dados muitos passos neste domínio. Este ano, tenho o prazer de informar que, em Novembro de 2011, o Grupo de Trabalho Ministerial recebeu e adoptou um relatório sobre o Quadro da União Aduaneira da SADC, apresentado pelo Grupo de Peritos de Alto Nível (HLEG) sobre a União Aduaneira da SADC.

O HLEG foi criado pela Cimeira em Agosto de 2010, tendo sido mandatado para passar em revista todo o trabalho anterior desenvolvido em matéria da União Aduaneira da SADC, identificar as metas, os parâmetros/pontos de referência, propôr um modelo para a União Aduaneira da SADC e recomendar um calendário de implementação. Este trabalho já foi concluído e o Grupo de Trabalho apresentará o seu relatório à Cimeira durante esta sessão. A mensagem simples que sobressai deste relatório aponta para a necessidade de se realizar um trabalho preparatório aprofundado no terreno relativamente aos marcos de integração futuras, em particular, garantir que todas as condições necessárias para tornar a ZCL da SADC mais efectiva e benéfica estejam criadas para assegurar a transição harmoniosa para a União Aduaneira da SADC.

O relatório identifica todas as condições cruciais a criar. O que ainda é necessário assegurar é o empenho firme e um esforço concertado dos Estados Membros na implementação do que foi acordado como plano de acção rumo ao estabelecimento da União Aduaneira da SADC.

3.1.3 Harmonização e Simplificação dos Instrumentos Aduaneiros

A harmonização e simplificação dos instrumentos aduaneiros continuam sendo cruciais para a melhoria das operações aduaneiras e a facilitação do comércio na região. Embora esta tenha continuado a ser uma área de enfoque na nossa agenda comercial, as auditorias anuais sobre a implementação do Protocolo sobre Trocas Comerciais têm demonstrado que os Estados Membros não têm assumido e implementado os instrumentos acordados ao nível regional. Vários desafios são mencionados para justificar esta situação, em particular a sobreposição na filiação dos Estados Membros e a insuficiência de recursos, tanto humanos como financeiros, para a materialização dos compromissos. Estes desafios continuarão a dificultar o progresso rumo à consolidação da ZCL e à criação das condições necessárias para o alcance das metas seguintes, caso os mesmos não sejam superados.

Em 2011, a auditoria também notou que, para além de adoptar instrumentos e medidas regionais, a adesão e o cumprimento das disposições dos protocolos aduaneiros internacionais, tais como a Convenção de Quioto Revista,

que define as normas sobre as melhores práticas no domínio das Alfândegas, podem ajudar consideravelmente a melhorar as operações aduaneiras e a facilitação do comércio e a reduzir os custos de fazer negócio na região. Para o efeito, os Estados Membros, que se encontram em vias de adesão, são apoiados pelo Secretariado a satisfazer os requisitos necessários, enquanto os que ainda não aderiram a estes importantes protocolos são chamados a fazê-lo.

Outrossim, importa observar que existem disparidades evidentes entre as diversas Administrações Aduaneiras. Em consequência disso, algumas metas importantes em matéria de cooperação aduaneira, tais como o estabelecimento da conectividade entre as Alfândegas em toda a região, ainda não foram alcançadas.

3.1.4 Acordo de Parceria Económica entre a SADC e a CE

À semelhança de outras configurações de Acordos de Parceria Económica no continente, a conclusão deste processo continua difícil. Continuam a registar-se incumprimentos dos prazos, enquanto os esforços tendentes a concluir as diversas matérias pendentes e objecto de discórdia, relativos aos Acordos de Parceria Económica Interinos, ainda não produziram resultados concretos. Contudo, até ao presente, foram feitos alguns avanços na resolução de algumas questões relacionadas com os textos. Prosseguem as negociações sobre o acesso ao mercado relativamente às ofertas de produtos agrícolas e não-agrícolas da União Aduaneira da África Austral (SACU) à Comissão Europeia (CE) e sobre as regras de origem e acumulação. As duas partes continuam a dialogar em torno do capítulo referente aos serviços e estão a trabalhar em prol da redacção de um texto conjunto sobre serviços.

Importa sublinhar que o incumprimento dos prazos continua a dificultar a avaliação e a disponibilização de recursos adequados em apoio ao processo do APE. Portanto, notando que as negociações continuam longe de ser concluídas, gostaria de apelar aos Estados Membros Partes do APE da SADC para tomarem as medidas necessárias para garantir a disponibilização de recursos suficientes, tanto humanos como financeiros, para o processo do APE da SADC, a fim de se criar a capacidade necessária e garantir a continuidade das negociações.

3.1.5 Aumento da Competitividade Produtiva

Com a chegada ao fim do processo de liberalização de tarifas tarifárias na ZCL da SADC, urge que se preste maior atenção à facilitação do alargamento e da diversificação e à melhoria da competitividade produtiva do sector industrial da SADC, de modo a se tirar partido das oportunidades de mercado, criadas tanto pela zona de comércio livre da SADC como pela zona de comércio livre mais alargada ao nível tripartido.

Durante o período em análise, o foco centrou-se na elaboração da Política de Desenvolvimento Industrial da SADC, na preparação da implementação da fase-piloto do Programa de Desenvolvimento e Modernização Industrial da SADC (IUMP) e na melhoria da infra-estrutura para o aumento da qualidade em toda a região.

A Política-Quadro de Desenvolvimento Industrial foi elaborada e deverá ser apresentada à próxima reunião do Comité dos Ministros do Comércio (CMC). O CMC identificou os sectores de agro-processamento, processamento e tratamento de minerais e farmacêutico como áreas de foco na fase-piloto do IUMP, estando em curso esforços tendentes a mobilizar recursos para a sua implementação. O IUMP é uma estratégia que visa facilitar a diversificação e o crescimento nos sectores industriais seleccionados, através da promoção de cadeias de valor de produção.

Foi registado um progresso satisfatório no domínio da Normalização, Garantia de Qualidade e Acreditação e Metrologia (SQAM). A rede de Cooperação no domínio da Normalização na SADC (SADCSTAN), que é responsável pela harmonização de normas na região, permitiu harmonizar, até aqui, 94 normas, 19 das quais foram harmonizadas em 2011/2012. No domínio da harmonização dos regulamentos técnicos, foi elaborado um projecto de política sobre o Sistema Globalmente Harmonizado (GHS) da SADC para a Classificação e Rotulagem de Produtos Químicos Perigosos, que deve ser apreciado e aprovado pelo Comité dos Ministros do Comércio. Na área de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (SPS), foi criado um fórum destinado, entre outros objectivos, a congregar todos os actores relevantes, ao nível regional, na procura de soluções para os desafios enfrentados no domínio SPS da região.

Mantêm-se os esforços visando levar a cabo a sensibilização e promover o uso de normas. Para o efeito, foi celebrada a Semana de SQAM da SADC e realizada a apresentação dos Prémios Anuais de Qualidade, em Março de 2012, em Lilongwe, Malawi. O sistema de Premiação da Qualidade está a tornar-se gradualmente um mecanismo útil no encorajamento do sector privado e da comunidade empresarial, em geral, visando a procura de novas formas e métodos para melhorar a qualidade dos seus produtos.

3.1.6 Finanças e Investimento

Entre as grandes realizações alcançadas durante o período em análise contam-se a conclusão do estudo de base sobre a implementação do Protocolo sobre Finanças e Investimento e de uma avaliação da adequação das estruturas responsáveis pela implementação do Protocolo em termos de cumprimento do seu mandato, desde a sua entrada em vigor em Abril de 2010. O estudo de base documenta o grau de implementação do Protocolo em todos os Estados Membros, com vista a identificar as principais áreas de foco na implementação. Continua em curso o processo de definição de prioridades, cujos resultados serão apresentados aos Ministros das Finanças e Investimento para apreciação.

Foram igualmente lançadas várias iniciativas destinadas a melhorar o clima de investimento na SADC, bem como promover a região como destino preferencial do investimento. Uma das iniciativas referidas foi o desenvolvimento do Portal sobre Investimento da SADC, que serve de base de dados de informação sobre o clima e as oportunidades de investimento na SADC. Relativamente à cooperação entre os Centros de Promoção de Investimentos (CPI), foi criado um Fórum de CPI da SADC. Este fórum servirá de plataforma para o intercâmbio de informação e aprendizagem mútua sobre as melhores práticas em matéria de melhoria do clima e na promoção do investimento na região.

3.2 Desenvolvimento de Infra-estruturas

Importa sublinhar a importância do desenvolvimento de infra-estruturas para a integração regional. A existência de infra-estruturas de comunicação e transporte integradas e eficientes facilita a mobilidade e reduz os custos de produção e de transacção. É um facto reconhecido que a redução da pobreza e o crescimento económico na região dependem do desenvolvimento de infra-estruturas.

3.2.1 Plano Director Regional de Desenvolvimento de Infra-estruturas da SADC

Inserido nos esforços visando reforçar o programa de desenvolvimento de infra-estruturas, o Secretariado concluiu a elaboração do Plano Director Regional de Desenvolvimento de Infra-estruturas da SADC (RIDMP), beneficiando



do apoio da Trademark Southern Africa (TMSA), da União Europeia e do Banco de Desenvolvimento da África Austral (DBSA), cujo estudo foi avaliado em 1,6 milhões de dólares americanos.

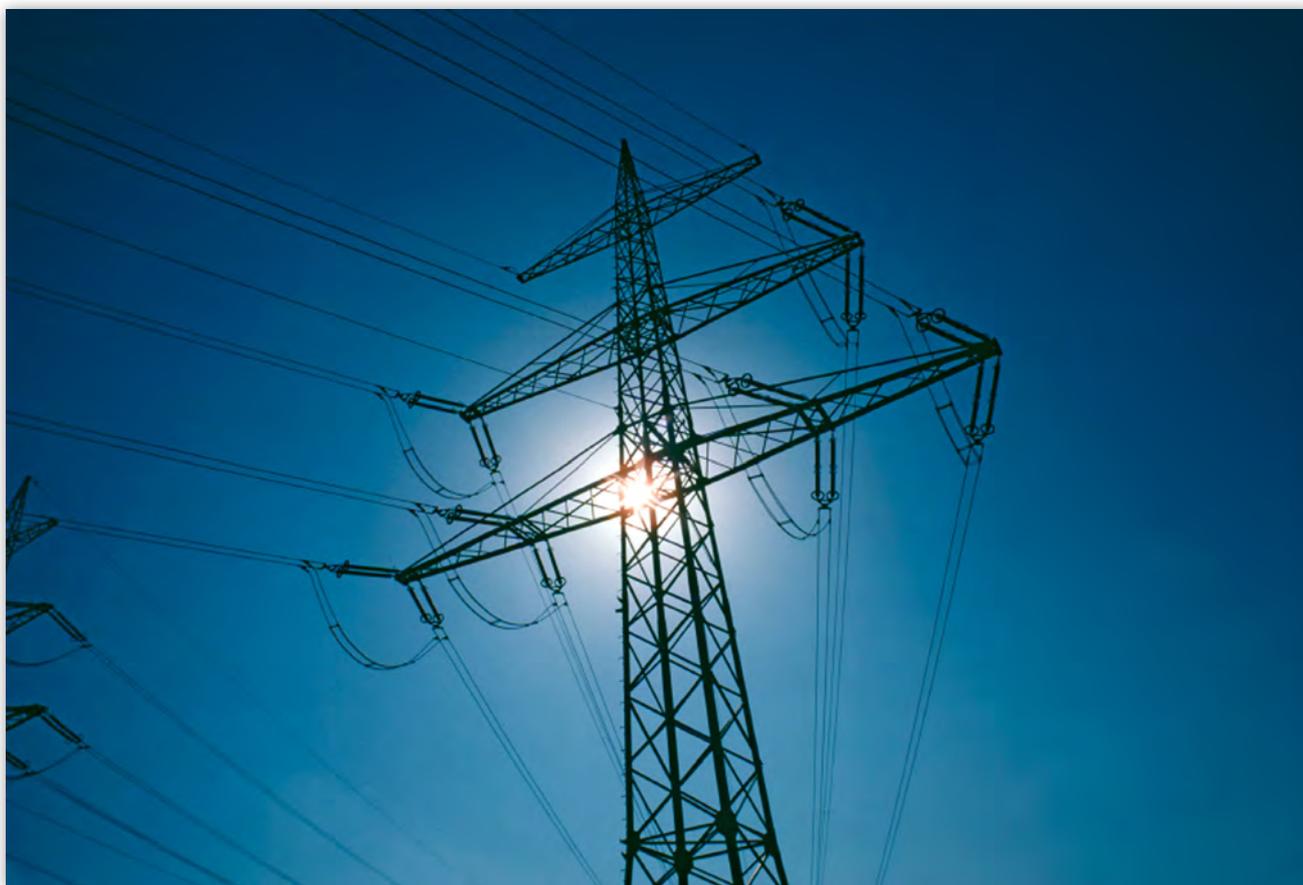
A elaboração do Plano Director compreendeu um processo abrangente que contemplou um amplo processo de consultas que envolveram, essencialmente, os Estados Membros, as instituições regionais, o sector privado e os actores não-estatais da SADC. Os projectos de planos foram minuciosamente analisados em dois workshops

regionais, que validaram o produto, orientados pelos Estados Membros, e aprovados pelo Cluster dos Ministros responsáveis pelo pelouro de infra-estruturas.

O Secretariado manifesta o seu apreço aos Estados Membros da SADC e aos organismos afins por terem cooperado plenamente e demonstrado empenho total no processo, o que resultou na conclusão de um dos exercícios mais demorados e exigentes que a região já levou a cabo nos últimos anos. A julgar pelo empenho demonstrado neste processo, então não restam dúvidas de que os Estados Membros implementem, de forma expedita, os projectos de desenvolvimento de infra-estruturas apresentados no Plano Director de Infra-estruturas da SADC.

3.2.2 Energia

O reconhecimento de que as actividades produtivas, tais com a exploração mineira, a manufactura, o comércio, a indústria, a agricultura e o transporte, são impulsionadas pelo acesso à energia tem permanecido o princípio orientador na definição e reafirmação do objectivo do sector de energia da SADC, que consiste em “garantir a disponibilidade de serviços de abastecimento de energia de baixo custo que ajudem a alcançar a eficiência económica e a erradicação da pobreza enquanto se garante o aproveitamento ambientalmente sustentável dos recursos energéticos”.



A região possui, actualmente, uma capacidade instalada de produção de 55.996 MW de electricidade, dos quais estão disponíveis 49.777 MW. A diferença de 6.219 MW deve-se ao facto de alguns equipamentos se encontrarem em reabilitação.

O pico da procura na região em 2011 situou-se em 45.557 MW, o que exigiu a existência de uma capacidade de produção de 50.204 MW, face ao imperativo de se garantir uma capacidade de reserva mínima equivalente a 10,2% das necessidades. Com a capacidade disponível de 49.877 MW, a região regista um défice de 327 MW. Contudo, se se tiver em consideração a contenção da procura, então o défice se eleva para 6.000 MW. Entre 2010 e 2011, a procura na região aumentou numa média ponderada de 2,7 por cento, estando alguns Estados Membros a registar um crescimento negativo. Se todos os projectos em carteira forem executados de acordo com o plano, a região espera atingir uma capacidade excedentária até 2015.

Durante o período em análise, o Secretariado continuou a facilitar a implementação de projectos de transmissão transfronteiriços com a finalidade de permitir que os Membros da Rede de Energia Eléctrica da África Austral, não ligados à mesma estivessem conectados (trata-se de Angola, do Malawi e da Tanzânia), aliviar o congestionamento

da transmissão de electricidade, que impede a comercialização dentro da região, e facilitar o transporte de electricidade das zonas de produção para os locais de procura. Os projectos em causa são, entre outros, a Interligação Angola-Namíbia, a Interligação Tanzânia-Zâmbia, a Interligação Malawi-Moçambique, o Corredor Central de Transporte no Zimbabwe, o Projecto ZIZABONA, a Rede Dorsal de Moçambique e a Interligação RDC-Zâmbia.

A promoção de novas e renováveis fontes de energia continua uma das prioridades na região da SADC. A região continua a posicionar-se bem para tirar maior partido dos benefícios da Parceria Energética Africa-UE (AEEP), que considera a energia como um pré-requisito para a materialização do ODM de reduzir em metade o número de pobres e de pessoas afectadas pela fome até 2015. Já foi desencadeado o trabalho com o Governo Finlandês, visando a elaboração de uma Estratégia e de um Plano de Acção de Desenvolvimento de Fontes Renováveis de Energia da SADC, cuja conclusão está prevista para finais de Julho de 2012.

3.2.3 Transportes

A região continua a levar a cabo iniciativas destinadas a fazer face aos desafios resultantes da falta de disponibilidade e de acesso a redes de transporte rentáveis e eficientes necessárias para fortalecer o comércio intra-SADC. Esta acção corresponde ao objectivo geral definido para a área de transporte na SADC, de acordo com o disposto no Protocolo sobre Transportes, Comunicações e Meteorologia e no RISDP.

a) Programa de Segurança Rodoviária da SADC em Apoio à Década de Acção da ONU sobre Segurança Rodoviária 2011-2020

Foi elaborada a Estratégia e Plano de Acção da Campanha de Sensibilização sobre Segurança Rodoviária da SADC, em resposta ao apelo da ONU sobre a Década de Acção sobre Segurança Rodoviária 2011-2020. A campanha decorrerá durante três anos, ou seja, de 2011 a 2014, depois do que serão ponderadas outras áreas de enfoque. O promotor da campanha durante dois anos, 2011-2013, o Ministro dos Transportes da África do Sul, foi designado pelo Comité dos Ministros dos Transportes da SADC.

b) Estudo de Viabilidade sobre Navegabilidade das Bacias do Chire-Zambeze

Os governos do Malawi, de Moçambique e da Zâmbia, através do Secretariado da SADC, receberam uma subvenção do Fundo de Preparação de Projectos de Infra-estruturas (IPPF) do BAD-NEPAD e do AWF, destinada a financiar a realização do estudo de viabilidade sobre a navegabilidade das bacias do Chire-Zambeze, a fim de avaliar a sua viabilidade e sustentabilidade técnica, económica, financeira, social e ambiental.

c) Corredor de Desenvolvimento de Nacala: Estudos de Viabilidade, Planos de Engenharia, Documentos de Concurso e formulação de Quadros Legais para os Postos Fronteiriços de Paragem Única entre Malawi e Zâmbia e Moçambique e Malawi

Os governos do Malawi, de Moçambique e da Zâmbia, através do Secretariado da SADC receberam uma subvenção do BAD, gerida pela NEPAD-IPPF, para financiar a realização de estudos de viabilidade, a formulação de planos de engenharia, a elaboração de documentos de concurso e a formulação de quadros legais para os Postos Fronteiriços de Paragem Única entre Malawi e Zâmbia e Moçambique e Malawi.

A componente dos Postos Fronteiriços de Paragem Única faz parte do Projecto do Corredor de Desenvolvimento de Nacala e compreende as seguintes obras civis: a reabilitação do troço Luangwa-Chipata-Fronteira de Mwami (360 Km) na Zâmbia, a construção da circular de Lilongwe (13 Km) no Malawi, a reabilitação da estrada Mangochi-Cruzamento de Liwonde (90 Km) no Malawi e a modernização da estrada Nampula-Cuamba-Mandimba (510 Km) em Moçambique.

Este projecto visa aumentar a eficiência do Corredor de Desenvolvimento de Nacala e complementa os projectos afins de modernização e expansão do Porto de Nacala e de modernização das infra-estruturas rodoviárias e ferroviárias. Todos os esforços indicados destinam-se a aumentar as opções de acesso aos mercados mundiais para os países do interior.

d) Corredor Norte-Sul (CNS) - Manutenção e Reabilitação da Estrada

O Programa-Piloto de Ajuda para o Comércio, na rede de transporte do Corredor Norte-Sul, serve oito países da SADC (RDC, Botswana, Malawi, Moçambique, África do Sul, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe) e trata-se de uma rede combinada rodoviário-ferroviária que liga Durban (África do Sul) a Lubumbashi/Kolwezi (RDC) e a Dar-es-Salaam (Tanzânia).

Até Abril de 2012, o progresso alcançado no desenvolvimento deste corredor apresentava-se conforme se segue:

- (i) está em curso a reabilitação do troço rodoviário Mbeya-Dar es Salaam (152,4 Km), com o apoio financeiro da DANIDA e do Banco Mundial;
- (ii) o troço rodoviário Serenje-Nakonde, com a extensão de 613km, tem financiamento garantido (US\$ 5 milhões) para o desenho de engenharia, concedido pelo Fundo Europeu para o Desenvolvimento (10º FED), como parte dos fundos colocados à disposição para o Programa Indicativo Regional (RIP) da COMESA-EAC-COI-IGAD. O custo total da construção deverá situar-se em, aproximadamente, USD 600 milhões;
- (iii) troço rodoviário Kitwe-Chingola (50km) está a ser tido em consideração para efeitos de financiamento no quadro do PIR do 10º FED da COMESA-EAC-COI-IGAD;
- (iv) dois dos três troços rodoviários Lusaka-Chirundu (de Lusaka, 65,6 Km) serão financiados pelo Banco Mundial. Os desenhos de engenharia foram concluídos e o concurso para a fase de construção foi lançado em Maio de 2012. A reconstrução do último troço a partir de Lusaka da estrada Lusaka-Chirundu, numa extensão de 25 km, associada à reabilitação e modernização da báscula de Kafue, serão financiadas através de uma Conta Fiduciária Tripartida, estando para breve o lançamento do concurso para a fase de construção. Juntamente com a conclusão do troço rodoviário ao longo da escarpa, em 2009, altura em que se concluiu a construção dos troços adicionais, toda a secção da estrada Lusaka - Chirundu terá sido modernizada;
- (v) está em construção um troço rodoviário Nata-Kazungula, numa extensão de 135 Km, financiada pelo Governo do Botswana.

e) Melhoria da Segurança de Voo

Foi elaborada e submetida aos Ministros dos Transportes, para aprovação, a Carta que cria a Organização para a Segurança da Aviação da SADC (SASO), no quadro do Princípio de Subsidiariedade e das disposições do Tratado da SADC.

Esta Carta proporciona o quadro jurídico-legal e institucional para o estabelecimento da SASO. As disposições da Carta abarcam, entre outras matérias, os objectivos, a estrutura orgânica, o órgão directivo e as fontes de financiamento da SASO.

3.2.4 Meteorologia

O Centro de Serviços de Clima (CSC) da SADC continuou a prestar serviços e a oferecer produtos de apoio no domínio da monitorização e previsão do tempo e do clima, em benefício dos Estados Membros e das instituições internacionais. De um modo particular, beneficiam bastante desta intervenção as organizações que lidam com o aviso prévio em matéria de segurança alimentar, preparação para casos de calamidades e os sectores da saúde e de gestão da água. Os produtos do Fórum Regional de Previsão do Clima da África Austral (SARCOF) e as edições subsequentes de actualização do CSC permitem uma melhor planificação para fazer face a calamidades de origem climática.

Um dos resultados importantes alcançados no domínio da monitorização do tempo e do clima foi o reforço dos sistemas de informação sobre o clima. Esta acção incluiu a instalação e a modernização das Estações de Recepção do Sinal de Satélite e a montagem de Sistemas Avançados de Informação sobre Incêndios nos Ministérios da Agricultura e do Meio Ambiente. Outrossim, a implementação do Projecto-Piloto de Demonstração das Previsões do Mau Tempo na SADC, apoiada pela Organização Mundial de Meteorologia, tem sido bem-sucedida em matéria de previsão de situações de mau tempo na região e, como tal, permitiu o incremento da cooperação entre os INAM e os institutos nacionais de gestão de calamidades nos Estados Membros.

3.2.5 Comunicações e TIC

O aumento da procura dos serviços de TIC criou uma oportunidade para a SADC tirar proveito e acelerar a expansão das infra-estruturas e a prestação de serviços acessíveis, de modo a ganhar uma vantagem competitiva em relação a outras regiões em África e a nível mundial. A região continua a adoptar quadros jurídico-legais e reguladores eficazes para criar o ambiente favorável necessário para sustentar a confiança do público e dos investidores no Sector de TIC.

A etapa a longo prazo do Projecto de Infra-estrutura Regional de Informação da SADC (SRII), que era a única componente em falta no projecto, durante o ano anterior, encontra-se em fase avançada de execução, com a instalação de Nós Inteligentes, que incluem duas ligações submarinas por Estado Membro.



No domínio da harmonização de políticas e regulamentos, a região está a avançar para o conceito de convergência. Uma das componentes importantes de transição nesta área foi o lançamento da Associação dos Reguladores das Comunicações da África Austral (CRASA), depois da fusão entre a Associação dos Reguladores das Comunicações da África Austral e a Associação dos Reguladores dos Serviços Postais da África Austral (SAPRA) em 2011. A Associação dos Reguladores resultante realizou a sua primeira reunião anual geral em Abril de 2012.

Foram também dados passos significativos na implementação do Quadro Estratégico da e-SADC, adoptado pelos Ministros responsáveis pelas TIC da SADC, em 2010. Em 2011, foram iniciadas duas actividades importantes, que foram validadas em 2012. O Quadro Legal Harmonizado sobre Segurança Cibernética da SADC foi validado em Fevereiro de 2012, enquanto o Estudo sobre prontidão para o e-Comércio foi concluído e validado em Abril de 2012.

Em Outubro de 2011, a SADC organizou o Terceiro Fórum Regional da SADC sobre a Migração para a Transmissão Digital, cujo objectivo principal era rever o Roteiro para a Migração para a Transmissão Digital da SADC para 2013, tendo em conta as decisões tomadas pelos Ministros de TIC durante a reunião especial realizada em Novembro de 2010. O Fórum decidiu manter a data de transição da SADC em Dezembro de 2013. O Fórum também produziu as seguintes recomendações:

- a) deve ser criado um Gabinete de Gestão do Projecto, junto do Secretariado da SADC, dotado de um Perito em Transmissão Digital, para liderar o processo de migração dentro do prazo fixado pela SADC de 2013 e do prazo internacional fixado para 2015;
- b) deve ser criado um Comité Directivo composto por representantes de todos os Estados Membros da SADC;
- c) deve ser convocado um fórum sobre a Migração para a Transmissão Digital duas vezes por ano, até à migração em 2015;
- d) a reunião também produziu um plano de acção para ser implementado pelos Estados Membros e supervisionado pelo Secretariado da SADC.

3.2.6 Água

A gestão adequada dos recursos hídricos constitui um elemento-chave de crescimento, da redução da pobreza e da equidade. Com efeito, a água é crucial para o desenvolvimento económico da região da SADC.

Neste contexto, a SADC continua a implementar o seu Plano de Acção Estratégico Regional (RSAP) sobre o Desenvolvimento e a Gestão Integrada dos Recursos Hídricos (IRWDM), focalizado na gestão e desenvolvimento dos recursos hídricos como elemento central para o crescimento sustentável e a redução da pobreza. Actualmente, o Secretariado está a coordenar a implementação do RSAP III (2011-2015), que foi revisto e aprovado em Setembro de 2011 pelos Ministros responsáveis pelo pelouro das águas. O RSAP III serve de plano de trabalho para orientar o desenvolvimento e a implementação de actividades no sector de águas da SADC durante o período compreendido entre 2011 e 2015. Para garantir que o Plano contribua para a concretização da Agenda da SADC no domínio da integração regional e da erradicação da pobreza, o RSAP III focaliza-se no desenvolvimento de infra-estruturas hídricas da região, visando melhorar as garantias de abastecimento de água para fins domésticos, industriais, de produção de energia e segurança alimentar.

a) Programa Regional de Infra-estruturas Hídricas

O Secretariado da SADC, apoiado integralmente pelos Estados Membros e com o apoio financeiro do Governo da Alemanha, através de laços de cooperação delegada com a Reino Unido e o Governo da Austrália, preparou em 2011 uma lista de 21 projectos prioritários de infra-estruturas hídricas. Os projectos de infra-estruturas hídricas estão estruturados em três categorias, nomeadamente regionais, transfronteiriços e projectos prioritários nacionais, contribuindo para a materialização dos objectivos de integração, paz e estabilidade regional, e para a erradicação da pobreza.

Os projectos estratégicos do sector de águas, definidos como sendo prioritários, foram apresentados durante a Conferência sobre Investimento em Infra-estruturas Hídricas, realizada em Setembro de 2011, em Maseru, Lesoto. Participaram na Conferência, entre outras entidades, os Ministros da SASDC responsáveis pelo pelouro das águas, potenciais investidores, incluindo bancos multilaterais, representantes do sector privado, Parceiros de Cooperação Internacional (ICP) e representantes da UA.

b) Projecto Transfronteiriço de Abastecimento de Água e Saneamento do Cunene

O Projecto Transfronteiriço de Abastecimento de Água e de Saneamento do Cunene continuou a registar avanços durante o período em análise. O projecto, que é compartilhado entre os Governos de Angola e da Namíbia, beneficiou do apoio financeiro do Governo da Alemanha, através da Cooperação entre a SADC e a Alemanha. Foram celebrados no valor de cerca de 18 milhões de Euros, para as componentes de infra-estruturas, mais 2 milhões de Euros, para as componentes de capacitação imaterial e facilitação do Projecto. A contribuição inicial feita por Angola e a Namíbia para o Projecto foi de 14 milhões e 1,07 milhões de Euros, respectivamente. Os valores deverão aumentar consideravelmente dado que Angola financiará também a construção da rede de distribuição dos sistemas de abastecimento de água potável e de gestão de águas residuais de Ondjiva. Espera-se que a Namíbia financie a electrificação da estação de bombagem na Barragem de Calueque.

c) Facilitação do Estabelecimento das Instituições de Gestão dos Cursos de Água Compartilhados: Acordos da ZAMCOM e da LIMCOM

Continuam a registar-se avanços na gestão dos cursos de água compartilhados na região com o estabelecimento das instituições necessárias. Em Junho de 2011, entraram em vigor dois acordos sobre a gestão de bacias, nomeadamente sobre a Comissão de Gestão da bacia do Zambeze (ZAMCOM) e a Comissão de Gestão da Bacia do Limpopo (LIMCOM). O Acordo sobre a Comissão da Bacia do Zambeze entrou em vigor depois de seis dos oito países que compartilham a Bacia do Zambeze terem concluído os respectivos processos de ratificação e depositado os instrumentos competentes junto do Secretariado da SADC, enquanto o Acordo sobre a Bacia do Limpopo exigia a sua ratificação por todos os quatro países ribeirinhos. Na sequência destes acontecimentos, está em curso um trabalho nas duas bacias, visando o estabelecimento dos órgãos necessários das organizações de gestão das bacias, incluindo o avanço rumo ao estabelecimento de secretariados permanentes.

d) Resposta aos Efeitos das Alterações Climáticas sobre a Disponibilidade de Água

Inserido na resposta aos crescentes efeitos negativos das alterações climáticas sobre a disponibilidade de água na região, a SADC lançou a Estratégia de Adaptação às Alterações Climáticas do sector à margem da Conferência das Partes à Convenção das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas (CQNUAC-COP), realizada em Dezembro de 2011, em Durban, África do Sul. Entre outros aspectos, a Estratégia comportará as três fases de

gestão de calamidades, nomeadamente preparação, resposta e recuperação.

e) Projecto de Gestão das Águas Subterrâneas e da Seca

O Projecto de Gestão das Águas Subterrâneas e da Seca foi concluído durante o período em análise. O Projecto produziu diversos instrumentos destinados a facilitar uma maior sensibilização e uma melhor gestão das águas subterrâneas na região, tais como Planos de Gestão das Águas Subterrâneas para as Comunidades, Directrizes de Suporte das Decisões, materiais de Sensibilização e Mapas sobre a Vulnerabilidade das Águas Subterrâneas. Os Mapas sobre a Vulnerabilidade das Águas Subterrâneas ajudarão a orientar os técnicos de planificação e os gestores dos recursos na determinação das zonas onde existe maior susceptibilidade de contaminação das águas subterrâneas na região.

3.2.7 Turismo

Prossegue a implementação de estratégias de marketing Conjunto da Região como destino único, sob os auspícios da RETOSA. Os Estados Membros da SADC continuam a divulgar as potencialidades da região em exposições internacionais. O ritmo lento registado na introdução do UNIVISA proposto continua a ser considerado um obstáculo ao crescimento do turismo e para a competitividade da região como destino atractivo e devidamente facilitado.

Outrossim, os Ministros do Turismo encomendaram um estudo destinado a passar em revista o posicionamento institucional, a dotação de recursos e o mandato da RETOSA, cujas constatações serão apresentadas ao Conselho em 2013.

3.2.8 Desafios Principais Enfrentados na Implementação de Projectos de Infra-estruturas

Os principais desafios enfrentados na implementação de programas de infra-estruturas incluem os seguintes:

- dificuldades em matéria de recursos humanos e financeiros, factor que continua a impedir a execução e a coordenação eficazes dos programas tanto a nível nacional como regional;
- deficiente funcionamento das estruturas de gestão de projectos em todos os níveis, particularmente nacional e regional, e a rotação generalizada de pessoal nos Estados Membros, o que afecta a continuidade e causa atrasos na execução de actividades;
- baixos níveis de resposta dos Estados Membros, particularmente no que respeita ao acompanhamento dos projectos e no fornecimento de informação e de dados de vários estudos.

3.3 Alimentação, Agricultura e Gestão Conjunta de Recursos Naturais Transfronteiriços

Na área de alimentação, agricultura e recursos naturais, o Secretariado continuou a focalizar-se na garantia da segurança alimentar, redução da pobreza e promoção do uso sustentável de recursos naturais e meio ambiente. O sector da agricultura na região continua a ser crucial, uma vez que 70 por cento da população depende dela para a alimentação, receitas e emprego. O sector também contribui com 4 a 27 por cento do PIB dos Estados Membros e com cerca de 13 por cento de receitas totais de exportações na região. O desempenho deste sector tem uma forte influência na segurança alimentar, crescimento económico e estabilidade social e económica.

Não obstante a sua importância, o desempenho do sector é continuamente desafiado pela produção deficitária e pelo declínio dos ganhos na agricultura, degradação da terra e uso insustentável de alguns dos recursos naturais da



região. A esse respeito, o Secretariado continua a redobrar os seus esforços na facilitação e monitorização da implementação do RISDP, da Declaração de Dar-es-Salaam sobre Agricultura e Segurança Alimentar e do respectivo Plano de Acção.

3.3.1 Situação Regional da Segurança Alimentar

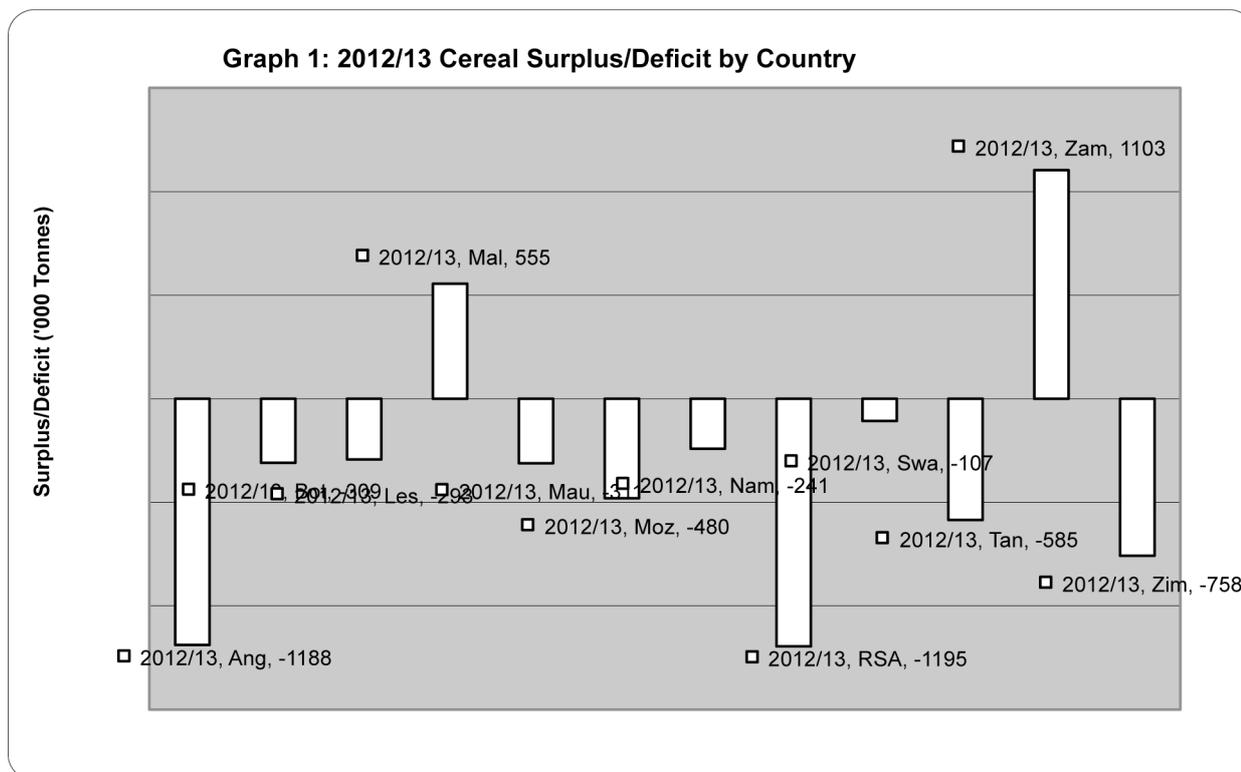
3.3.1.1 Desempenho no Domínio de Precipitação

A época chuvosa de 2011/12 foi geralmente má em muitas partes da região, e na parte sul da região, incluindo partes da África do Sul, do Lesoto, do Malawi, de Moçambique, de Madagáscar, da Zâmbia, do Zimbabwe e das áreas unimodais da Tanzânia que, na sua maioria, registaram precipitações abaixo do normal. O início irregular das chuvas afectou negativamente o desempenho das culturas em algumas áreas, particularmente lá onde as culturas não puderam atingir a plena maturidade sob condições óptimas. Em contraste, algumas das partes da região central registaram uma precipitação acima do normal, durante a primeira metade da época.

3.3.1.2 Previsão Regional da Segurança Alimentar

As previsões preliminares revelam uma degradação geral da situação da segurança alimentar da região para a comercialização na temporada de 2012/13, comparativamente aos dois anos anteriores. A análise regional indica um défice geral de cereais de 3,80 milhões de toneladas, comparativamente ao excedente de 0,73 milhões de toneladas em 2010/11 e um pequeno défice de 0,95 milhões de toneladas, durante o período de comercialização de 2011/12. A análise da situação de segurança alimentar a nível dos países, durante o período de 2012/13, indica que apenas o Malawi e a Zâmbia tem um total de excedentes de 0,56 milhões de toneladas e 1,10 milhões de toneladas respetivamente, tal como está apresentado na figura 8.

Figura 8: Excedentes/Défices de Cereais por País



Fonte: Secretariado da SADC e Estados Membros, 2012

Quanto ao milho, que correspondeu a 81 por cento do total da produção de cereais no ano de comercialização anterior, as previsões actuais indicam um ligeiro índice de excedentes de 0,19 milhões de toneladas, o menor desde a campanha de comercialização de 2007/8. A nível dos países, apenas o Malawi regista excedentes disponíveis (0,57 milhões de toneladas), Moçambique (0,18 milhões de toneladas), a África do Sul (0,73 milhões de toneladas) e a Zâmbia (1,04 milhões de toneladas), sendo que os restantes Estados Membros indicam défices que vão desde 0,06 milhões de toneladas, na Suazilândia, até 0,58 milhões de toneladas, em Angola. Espera-se que a mandioca cubra a maior parte do défice de milho na Tanzânia.

Prevê-se que os países que registam um défice na produção do milho possam superar as suas necessidades através de importações a partir dos países com excedentes, tais como o Malawi, Moçambique, a África do Sul e a Zâmbia. Porém, isso depende de cada um dos quatro países detentores de excedentes de milho, em termos de não imporem uma proibição das exportações, uma vez que a região regista excedentes muito limitados deste bem primário.

3.3.1.3 Produção de Culturas Alimentares Diferentes de Cereais

As previsões preliminares para Angola, Malawi, Moçambique, Tanzânia e Zâmbia, quanto à produção da mandioca, indicam uma produção de 19,16 milhões de toneladas que, apesar de ser inferior à produção registado no ano anterior, ou seja, 21,56 milhões de toneladas, é ainda superior comparativamente aos anos anteriores. Espera-se que a mandioca cubra parte do défice de cereais nesses países.

3.3.1.4 Pecuária e Pesca

Apesar de a região continuar a ser importador líquido da totalidade do gado e dos produtos derivados da pecuária, a produção de carne aumentou cerca de 3.4 por cento, em relação aos 5,34 milhões de toneladas, registadas em 2010, para 5,52 milhões de toneladas, em 2011. A produção de leite e de ovos aumentou 2.2 por cento e 3.2 por cento, ou seja, de 4,86 milhões de toneladas e 0,63 milhões de toneladas, para 4,97 milhões e 0,65 milhões de toneladas, respectivamente, ao longo do mesmo período.

No que diz respeito às pescas, a região da SADC continua a ser um importador líquido de peixe e de produtos de pesca, não obstante o facto de a região possuir vastos recursos pesqueiros e um enorme potencial para a produção na área de aquicultura. Outrossim, as trocas comerciais de produtos de pesca entre os Estados Membros da SADC também são limitadas e tendem a ser de natureza informal. O tratamento e o valor acrescentado na área de produtos de pesca constituem uma área que carece de investimento para aumentar o acesso a mercados regionais e internacionais.

A procura de produtos de pesca está a crescer a nível global, enquanto a oferta tende a diminuir. Actualmente, a região consome tilápia produzida por via de explorações de aquicultura da Ásia, enquanto a região da SADC, onde tilápia existe naturalmente, regista muito pouca actividade de exploração pesqueira. A captura de peixe vem registando uma redução causada por uma série de desafios, entre os quais as políticas pesqueiras não coordenadas entre os Estados Membros, que partilham recursos pesqueiros transfronteiriços, os métodos de pesca inadequados e as estratégias de Pesca Ilegal Não-Declarada e Não-Regulamentada (IUU). Em consequência disso, urge que se incremente a produção pesqueira, se gira, de forma sustentável, as reservas de pesca disponíveis e se acrescente valor aos recursos de pesca limitados, a fim de se captar preços mais elevados. A associar-se também a este esforço deve estar a harmonização de políticas pesqueiras e a plena implementação da Declaração da SADC relativa ao Compromisso de Combate a Pesca Ilegal, Não Declarada e Não Regulamentada.

3.3.1.5 Tendências entre as Populações com Insegurança Alimentar

Apesar dos Estados Membros ainda terem que publicar as suas avaliações de vulnerabilidade relativas ao ano 2012 e resultados das análises, as indicações actuais revelam um aumento no número de pessoas que carecem de assistência alimentar (alimentação e assistência não-alimentar) devido à fraca produção de cereais. A região enfrentou um semelhante nível de défice de cereais em 2007/08 e, nessa altura, a região contava com 7,89 milhões de pessoas que careciam de assistência alimentar (vide Tabela 1).

Tabela 1: Populações com Insegurança Alimentar desde as Campanhas de Comercialização de 2005/6 até 2011/12

País	Tendências relativas Insegurança Alimentar na Região						
	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12
Botswana*	-	-	-	-	-	-	10,400
Lesoto	541,000	245,700	553,000	353,000	450,000	200,000	514,000
Malawi	5,055,000	833,000	63,200	673,498	147,492	1,061,000	201,854
Moçambique	801,655	240,000	520,000	302,664	281,300	350,000	350,000
Namíbia	-	-	-	-	224,795	106,297	243,474
Suazilândia	634,400	465,900	345,000	238,600	262,000	160,989	88,511
Tanzânia	848,019	995,433	581,974	780,416	240,544	1,217,767	945,524
Zâmbia	1,232,700	380,537	440,866	444,624	110,000	53,629	74,804
Zimbábue	2,884,800	1,392,500	4,100,000	5,100,000	1,400,000	1,287,937	1,390,000
SADC**	11,997,574	4,553,070	6,604,040	7,892,802	3,116,131	4,437,619	3,808,167

Fonte: Direcção de Alimentação, Agricultura e Recursos Naturais (FANR) da SADC – Comitês de Avaliação de Vulnerabilidade dos Estados Membros

* Figura de uma zona de subsistência

** Incluindo apenas países em que foram feitas avaliações.

A tendência demonstra um número persistentemente elevado de pessoas com insegurança alimentar, não obstante o incremento geral de abastecimento e a disponibilidade de alimentos ao longo dos últimos anos. Esta é uma manifestação de vulnerabilidade crónica e de elevados níveis de pobreza na região.

Apesar da maior parte dos Estados Membros terem Unidades de Alerta Prévio (NEWU) para a segurança alimentar, essas unidades dificilmente produzem informação de aviso prévio, devido à falta de recursos humanos e financeiros adequados. Este estado de coisas reduziu a capacidade dos Estados Membros prevenir com eficácia a situação relativa à segurança alimentar, para obterem a informação necessária que lhes permitissem tomar decisões esclarecidas, para evitar a insegurança alimentar e a fome na região. Apenas a África do Sul e o Lesoto estão actualmente a produzir relatórios atempados de alerta prévio.

3.3.2 Fornecimento de Insumos Agrícolas

A disponibilidade e o acesso a insumos continua a ser um desafio em relação à produção agrícola nos Estados Membros. Isto tem um impacto negativo directo na produção agrícola e na segurança alimentar dos Estados Membros. Os principais insumos agrícolas incluem sementes, fertilizantes, fungicidas, insecticidas, herbicidas e medicamentos veterinários.

No seu intuito de facilitar a superação dos desafios relativos aos insumos agrícolas, o Secretariado tem vindo a coordenar intervenções para melhorar a disponibilidade e o acesso aos insumos. A este respeito, o Secretariado conseguiu criar o Centro de Sementes da SADC para implementar o Sistema Regulatório Harmonizado de Sementes da SADC, que foi aprovado pelos Ministros em 2008. A unidade está situada no Centro Regional de Recursos Fitogenéticos (SPGRC), em Lusaka, Zâmbia. O objectivo geral do sistema harmonizado é promover o comércio de variedades de sementes entre os países, com vista a melhorar a disponibilidade dessas sementes aos agricultores. Para facilitar a implementação do sistema regulador harmonizado, foi elaborado um Memorando de Entendimento (MdE), que foi assinado por 9 Estados Membros.

Durante o exercício em análise, o Secretariado desenvolveu quatro conjuntos de directrizes, versadas nas matérias de Registo de Medicamentos Veterinários, Gestão de sistemas Nacionais de Controlo de Alimentos, Segurança Alimentar e Registo de produtos de Protecção de Culturas. O objectivo foi providenciar aos Estados Membros materiais eficazes para reforçar os seus sistemas nas áreas de químicos agrícolas e segurança alimentar.

3.3.3 Culturas e Pecuária

Pragas e doenças Transfronteiriças de culturas e animais continuam a afectar a produção e os benefícios subsequentes não obstante a importância das culturas e da pecuária nas economias dos Estados Membros da SADC. No intuito de superar os problemas causados por estas pragas e doenças transfronteiriças, o Secretariado concentrou-se na implementação de políticas, programas e estratégias harmonizadas capazes de contribuir para a sua erradicação.



No que concerne às culturas, o Secretariado facilitou a formulação de estratégias comuns, destinadas a gerir as pestes migratórias de culturas e a publicação da literatura essencial e coordenou a formulação de posições comuns em foruns fitossanitários internacionais para o controlo de pragas vegetais. O Secretariado também levou a cabo um trabalho eficaz de advocacia junto dos Estados Membros, que resultou na aderência de mais Estados Membros aos tratados internacionais sobre a protecção de plantas, especialmente na Convenção Internacional sobre a Protecção Vegetal (IPPC).

Foram elaborados e aprovados pelos Ministros dois projectos para o controlo da “Mosca da Fruta Asiática”, uma praga perigosa de culturas hortícolas. O objectivo dos dois projectos é gerir esta peste na região, com eficácia e de forma colaborativa, com vista a proteger a indústria hortícola e evitar a propagação da praga. O Secretariado está actualmente a colaborar com parceiros de cooperação no sentido de financiarem os projectos.

No que respeita à pecuária, o Secretariado continuou a incidir a sua acção no combate às pragas e doenças, tais como as doenças transmissíveis por carraças, a tripanossomiase, a Febre Aftosa, a pleuropneumonia bovina contagiosa, as Pestes de Pequenos Ruminantes (PPR), a Febre de Rift Valey e doença de Newcastle. Estas são consideradas como tendo efeitos nefastos sobre a produção pecuária e consequências afins. Afectam gravemente a capacidade de comercialização de produtos pecuários em mercados lucrativos.

Os principais sucessos registaram-se na facilitação de amostras de búfalos e gado bovino em parques nacionais seleccionados em Angola, Malawi, Moçambique, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe para identificar as estirpes do vírus da Febre Aftosa (FMD) que se propaga entre esses animais. Os Ministros responsáveis pela Agricultura e Segurança Alimentar aprovaram o princípio segundo o qual os Estados Membros ponderem a integração anual de amostras de búfalos e do gado bovino nas actividades dos respectivos Serviços Veterinários. Os Ministros convidaram também os Estados Membros a disponibilizarem recursos para o controlo progressivo e a eventual erradicação de PPR na região. O Secretariado adquiriu equipamentos para laboratórios veterinários e formou pessoal na área

de tecnologias adequadas para a eventual elegibilidade à acreditação dos laboratórios. O pessoal veterinário dos Estados Membros foi formado no ramo de medicina veterinária preventiva e de segurança alimentar, ao nível de pós-graduação.

3.3.4 Investigação Agrária e Desenvolvimento e Divulgação de Tecnologias

O enfoque para o período em análise foi no sentido de se criar o Centro para a Coordenação da Investigação e Desenvolvimento Agrícola na África Austral (CCARDESA), que constitui uma plataforma para a coordenação regional da investigação e desenvolvimento agrícola e incrementar o acesso a tecnologias, e sua adopção, bem como facilitar que a região aumente a produção e produtividade agrícola.

Durante o período em apreço, foi concluída uma Carta que estabelece o CCARDESA, que foi assinada pelos Estados Membros e já entrou em vigor. A criação do Conselho do CCARDESA foi concluída. O acordo de anfitrião do CCARDESA, que terá Botswana como sede, foi elaborado, estando a instituição actualmente operacional e o seu Conselho a trabalhar no sentido de recrutar pessoal.

3.3.5 Política Agrícola Regional

Durante o ano em análise, o Secretariado da SADC continuou a formular uma Política Agrícola Regional (RAP) da SADC, que se espera seja um instrumento jurídico vinculativo para a implementação das estratégias da região na área de alimentação, agricultura, recursos naturais e meio ambiente. Isto sucede em apoio ao RISDP, que identificou a necessidade desse instrumento.

O Secretariado conseguiu facilitar a elaboração do Documento Técnico de Base da RAP da SADC, bem como o Documento de Políticas, que formaliza as principais políticas para a região, nomeadamente a finalidade, os objectivos, as áreas prioritárias de intervenção, das potenciais formas de intervenção e planificação geral e os mecanismos de implementação e de financiamento do RAP. O documento de políticas está actualmente sob revisão pelos pares para posterior submissão aos Altos Funcionários de Governos e principais intervenientes, o mais tardar, até meados de 2012, e aprovação pelos Ministros responsáveis pela área de alimentação, agricultura e recursos naturais, o mais tardar, até finais de 2012. À política aprovada seguir-se-á a elaboração do plano de investimento do RAP e a assinatura do Acordo da SADC relativo ao Programa Regional Abrangente de Desenvolvimento da Agricultura em África (CAADP).

3.3.6 Prontidão de Resposta em Caso de Catástrofes

Região da SADAC continua a enfrentar múltiplas catástrofes, que afectam a segurança alimentar todos os anos. Estes casos incluem catástrofes naturais e de origem humana. A SADC tem vindo a abordar a questão de consciencialização ou alerta sobre catástrofes, através de esforços visando melhorar a capacidade de previsão, prevenção, mitigação e recuperação. Isto resultou na elaboração de programas e projectos destinados a lidar com estas áreas de enfoque. Os principais projectos em implementação na SADC incluem o Sistema Regional de Aviso Prévio, o Programa de Avaliação e Análise da Vulnerabilidade Regional (RVAA), o Centro de Monitorização de Secas (DMC) e a Unidade de Redução do Risco de Secas.

Durante o período em apreço, o Sistema Regional de Aviso Prévio conseguiu facilitar a recolha, análise e divulgação contínuas de informação de alerta prévio relativa à segurança alimentar, através de actualizações e/ou relatórios sobre aviso prévio em reuniões Ministeriais/Conselho/Cimeira. Os sistemas regionais de aviso prévio conseguiram elaborar e divulgar relatórios agro-meteorológicos durante a época chuvosa, de Outubro de 2011 a Março de 2012. Estes relatórios foram usados pelos Estados Membros para planificar a produção de culturas durante a época de culturas e, por conseguinte, limitar as catástrofes associadas à precipitação fraca ou excessiva.

O Secretariado continuou a reforçar os sistemas de avaliação da vulnerabilidade nacional e regional para servirem de base para a formulação de políticas e a elaboração de programas e intervenções de emergência que dão origem à redução da vulnerabilidade na região da SADC. Durante o período em análise, o RVAA contribuiu para o alerta sobre catástrofes, facilitando avaliações baseadas em sistemas anuais de subsistência em nove Estados Membros, a fim de informar os órgãos com poder de decisão sobre a situação de vulnerabilidade nos seus respectivos países. A informação derivada dessas avaliações foi usada na planificação, monitorização e prontidão e resposta a catástrofes.

3.3.7 Gestão Conjunta de Recursos Naturais Transfronteiriços

A Gestão dos Recursos Naturais (NRM) incide nos produtos de pesca, florestas, fauna bravia e áreas de

conservação transfronteiriças, que se baseiam em ecossistemas. Durante o período em revista, o Secretariado, em colaboração com os Estados Membros, elaborou programas e planos de acção com base nas prioridades estipuladas na Estratégia de Implementação do Protocolo sobre Pescas. Estes programas e planos de acção visam reforçar a capacidade de salvaguarda dos recursos de pescas em relação a invasão externa, promover a produção agrícola, melhorar o acesso ao pescado e produtos de pesca na região e aprimorar a gestão de recursos de pesca na região.

No que tange às florestas, o enfoque do Secretariado foi operacionalizar o Protocolo da SADC sobre Florestas, que entrou em vigor a 29 de Maio de 2009. Através da implementação do Protocolo da SADC sobre Florestas, o Secretariado, em colaboração com os Estados Membros, tem vindo a implementar dois programas, nomeadamente o programa de Redução de Emissões Resultantes da Desflorestação e da Degradação Florestal (REDD+) e de Gestão de Queimadas. O programa REDD+ visa assistir a região a beneficiar do mercado de carbono, através do reforço de capacidades e adopção de abordagens relativas ao ecossistema para a implementação dos mecanismos do REDD. O programa de Gestão de Queimadas, por seu turno, visa assistir a região a gerir com eficácia as queimadas nas florestas e a colaborar neste esforço. O programa compreende ainda o emprego do aviso prévio e o reforço de capacidades aos níveis comunitário, nacional e regional.

Quanto à fauna bravia, o Secretariado em colaboração com os Estados Membros continuou a implementar a Aplicação da Lei sobre a Fauna Bravia, que foi ratificada pelos Estados Membros em Novembro de 2003. A Direcção também continuou a facilitar a operacionalização do Quadro da SADC sobre as Áreas de Conservação Transfronteiriça (TFCA), que foi aprovado pelo Comité Integrado de Ministros em 2007. Como parte do processo de operacionalização do Quadro relativo às Áreas de Conservação Transfronteiriça, o Secretariado também iniciou a elaboração de um projecto de Programa Regional sobre as TFCA. O objectivo do Programa é superar as necessidades das TFCA, incluindo as necessidades das comunidades que vivem nestas TFCA. O programa incide também em projectos de geração de receitas, o estabelecimento de uma rede de TFCA para a troca de informações, documentar as melhores práticas, elaborar as várias directrizes para as TFCA, e criar um fundo regional para apoiar as TFCA, em conformidade com o Protocolo sobre a Fauna Bravia.

3.3.8 Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Os esforços envidados pelo Secretariado em relação ao meio ambiente e as intervenções destinadas ao desenvolvimento sustentável incidiram na harmonização de políticas, na integração do meio ambiente, na monitorização e apresentação de relatórios sobre as condições do meio ambiente e na coordenação das negociações de acordos multilaterais relativos ao meio ambiente. Com vista a promover a harmonização de políticas e de quadros reguladores em toda a região, o Secretariado está a facilitar a elaboração do Protocolo sobre o Meio Ambiente, cujo processo se encontra na fase de projecto de documento. O projecto de documento passará por revisões de cunho jurídico, a nível nacional, antes de ser endossado pelos Ministros responsáveis pelo pelouro do meio ambiente e antes de ser aprovado pelas estruturas competentes da SADC.

Está em elaboração um programa sobre Alterações Climáticas. Esta acção decorre da directriz aprovada pelo Conselho Integrado de Ministros, em 2008, que mandatou o Secretariado da SADC para elaborar um Programa Regional sobre Alterações Climáticas para ajudar os Estados Membros a lidar com os impactos negativos das alterações climáticas. Paralelamente ao Programa Regional da SADC sobre as Alterações Climáticas, o Secretariado, em colaboração com a COMESA e a EAC, elaborou um “Programa Tripartido sobre a Adaptação às Alterações Climáticas e sua Mitigação na Região da COMESA-EAC-SADC”. O Programa foi conjuntamente financiado pelo Governo Norueguês, pela UE e pelo Departamento do Reino Unido para o Desenvolvimento Internacional, num valor estimado em USD 100 milhões, e está pronto para implementação.

O objectivo geral do programa é lidar com os impactos das alterações climáticas na região da COMESA-EAC-SADC, através de acções de adaptação e mitigação bem-sucedidas, que também criam resistência económica e social para as gerações presentes e futuras. O Programa incide principalmente na Agricultura de Conservação a fim de incrementar a adaptação dessas regiões no sector de segurança alimentar.

O Secretariado também desenvolveu e participou em várias actividades na véspera e durante a COP 17 da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas, que incluíram a facilitação de um posicionamento regional sobre alterações climáticas.

Além do acima exposto, o Secretariado também deu início a elaboração de um manual que visa facilitar a integração da perspectiva do meio ambiente nas actividades de desenvolvimento socioeconómico em toda a região. O manual servirá de complemento e suplemento das directrizes de avaliação do impacto ambiental e sectorial, ao nível nacional, com vista a garantir que todos os esforços de desenvolvimento na região tomem em

consideração o meio ambiente, de modo a garantir o desenvolvimento sustentável.

O Secretariado participou também no processo de preparação para o Rio+20. Facilitou a elaboração do Relatório de Revisão da África Austral para o Rio+20, que destacou o processo que a região observou para alcançar os ODM. O relatório destaca ainda as lacunas que impediram a concretização bem-sucedida dos ODM, e apresentou recomendações sobre o que deve ser feito para melhorar este processo. Este relatório contribuiu igualmente para o Relatório Africano de Revisão para o Rio+20.

3.3.9 Principais Desafios Enfrentados na Implementação de Programas Relativos à Alimentação, Agricultura e Recursos Naturais

O principal desafio interno enfrentado durante o período em apreço residiu na redução do orçamento em 49 por cento. Este facto afectou a implementação de várias actividades. A fraca participação dos Estados Membros nas reuniões técnicas também afectou a formulação e implementação de programas.

A elevada dependência da agricultura sujeita às oscilações de pluviosidade continua a colocar desafios reais para a produção alimentar. Isso significou que num dado ano em que a região tivesse registado fracas chuvas, a produção de cereais baixou, tal como é o caso deste ano. A fraca produção levou a que houvesse um maior número de pessoas vulneráveis que precisam de assistência alimentar na maior parte dos Estados Membros. É importante que os Estados Membros avaliem, de forma adequada, o impacto da fraca produção de cereais, introduzam, a curto prazo, medidas de apoio as populações afectadas e fomentem a produção, a longo prazo.

3.4 Programas de Desenvolvimento Social e Humano de Dimensão Regional

Na área de desenvolvimento social e humano, o Secretariado continuou a facilitar a implementação de iniciativas orientadas pelo RISDP, Protocolos relevantes e Declarações, bem como o Plano de Actividades do Secretariado para o exercício de 2011/2012. Os principais acontecimentos e tendências nas áreas de enfoque incluem os seguintes:

3.4.1 Educação e Desenvolvimento de Competências

O programa de educação e desenvolvimento de competências continuou o enfoque na harmonização de políticas e implementação de medidas comuns que permitam maior acesso à educação de qualidade e a melhoria das abordagens de desenvolvimento de competências. Um dos maiores sucessos registados durante o exercício em apreço foi a aprovação da primeira fase do Quadro Regional de Qualificações (RQF) como quadro de referência contendo dez descritores gerais. O RQF é um mecanismo regional destinado a facilitar a compatibilidade e o reconhecimento de qualificações, a garantia da qualidade na região e a criação de padrões regionais. A próxima fase comporta uma elaboração aprofundada da matéria a fim de contemplar descritores de qualidade e tipos de qualificações. Espera-se que os Estados Membros traduzam os dez descritores em sistemas de qualificações nacionais e reflectam os seus sistemas nacionais de qualificações no RQF até 2014. O RQF servirá de instrumento de referência para outros quadros de qualificações regionais, tais como o quadro da Ásia-Pacífico, de Caraíbas, o Quadro de Qualificações Europeu e Transnacional de Pequenos Estados da Commonwealth.

Outro resultado final imediato alcançado é uma maior consciencialização sobre o valor e o potencial do Ensino Aberto e à Distância (EAD) para a melhoria do acesso ao ensino de qualidade e elevação das competências e qualificações. Este facto foi facilitado pela elaboração do projecto do Quadro de Política e Plano Estratégico Regional do EAD, cujos documentos aguardam a aprovação dos Ministros da Educação e Formação e o apoio dos Estados Membros mediante a sua advocacia nacional e a formulação de políticas de EAD.

Foi desencadeada uma avaliação intercalar do Projecto de EAD, que notou que se tinha registado progresso considerável na componente relativa a políticas e desenvolvimento estratégico do Projecto, não havendo, deste modo, a necessidade de se incidir mais na componente relativa ao reforço de capacidades. Para o efeito, prevê-se que pelo menos 54 profissionais de EAD, especializados nos vários ramos do EAD sejam formados, até Dezembro de 2012. A avaliação também recomendou a possibilidade da extensão do Projecto por um ano, caso a taxa de desembolsos atinja 80 por cento até Junho de 2012.

O Secretariado continuou a monitorizar o progresso verificado na implementação dos compromissos regionais, continentais e globais. Trata-se da elaboração do Relatório de Balanço referente a 2011 sobre a implementação do Protocolo sobre Educação e Formação e do Plano de Acção da Segunda Década da Educação, que observou que a região não alcançaria todas as metas dos ODM relativas à educação e os objectivos da iniciativa Educação para Todos até 2015. A região está atrasada no que diz respeito ao ingresso ao ensino pós-primário, especialmente o

ensino terciário, cuja percentagem que se situa em cerca de 6 por cento, comparativamente ao rácio global relativo ao ensino terciário de 30 por cento. Este cenário representa uma ameaça para a estabilidade económica e política da região, face à actual tendência ascendente da população juvenil, o que pressupõe que aumentará a procura de formação e de aptidões de nível terciário. Os Ministros da Educação e Formação concordaram em dar prioridade ao Ensino e Formação Técnico-Profissional e o Ensino Superior no âmbito da implementação do Protocolo sobre o Ensino e Formação.

Os desafios de natureza humana e financeira continuaram a constranger a implementação eficaz do programa de



educação e desenvolvimento de competências.

3.4.2 Emprego e Trabalho

Em conformidade com o processo da integração regional, o sector de emprego e trabalho continuou a colocar ênfase na adopção de abordagens de políticas comuns para a criação de emprego, a integração do mercado laboral e a melhoria das condições de emprego e laborais para a redução da pobreza e o reforço da protecção social e da produtividade laboral.

Foi formulado e aprovado um Sistema de Informação do Mercado do Trabalho (LMIS). Face ao crescimento das actividades económicas na região, o LMIS facilitará o desempenho do mercado do trabalho, permitindo, assim, aos actores que tomem decisões baseadas em evidências, analisem o mercado do trabalho e identifiquem o impacto das políticas laborais e da programação em toda a região.

Durante o ano em apreço, foi também elaborado um projecto de Protocolo sobre Emprego e Trabalho. Dada a natureza transversal dos assuntos a ser abordados pelo Protocolo, urge que haja mais consultas a nível nacional e regional e o melhoramento de algumas das disposições contidas no projecto de Protocolo.

Foi ainda registado progresso significativo em relação à finalização do Programa de Trabalho Digno da SADC, que permitirá aos Estados Membros desenvolver e implementar normas e prioridades comuns destinadas a melhorar os padrões de trabalho e de vida dos funcionários e suas famílias. Consultas complementares serão encetadas com os intervenientes relevantes para refinar e finalizar o documento para sua aprovação em 2013.

No que diz respeito à monitorização e avaliação do progresso registado em matéria de uso de instrumentos da SADC relativos à promoção dos esforços nacionais e regionais, foi ainda lançado um exercício-piloto sobre o uso de instrumentos de monitorização e avaliação nas seguintes áreas:

- a) segurança e saúde laboral;

- b) segurança social para os funcionários e suas famílias;
- c) eliminação das piores formas de trabalho infantil; e
- d) cuidados relativos ao VIH e SIDA e apoio e tratamento prestado aos trabalhadores e suas famílias.

Não obstante o facto de se ter registado progresso consequente, um dos principais desafios observados neste sector prende-se com a falta de coerência por parte dos intervenientes relevantes no que concerne à partilha de informação sobre a evolução relativa aos instrumentos de políticas da SADC para, entre outros aspectos, facilitar a sua implementação eficaz.

3.4.3 Saúde e Fármacos

No que diz respeito à saúde e fármacos, foi alcançado progresso considerável na região na área de formulação e harmonização de políticas, particularmente no controlo de doenças. Em conformidade com o Protocolo da SADC sobre Saúde, o Secretariado, através do Projecto relativo a Doenças Transmissíveis, facilitou a formulação e harmonização de políticas, quadros e directrizes relativas ao combate ao VIH e SIDA, à Tuberculose e à Malária. Para o efeito, o Quadro relativo ao Combate às Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) e a Estratégia e Directrizes sobre a Integração da Perspectiva de Género no Combate às Doenças Transmissíveis foram finalizados e aprovados através das estruturas da SADC. Para facilitar a harmonização no que concerne à abordagem sobre o VIH e SIDA, a Tuberculose e as DST nas prisões da região da SADC, foi também elaborado o projecto de Directrizes, que será apresentado aos Ministros da SADC responsáveis pela Saúde, pelo combate ao VIH e SIDA, com vista a sua aprovação em Novembro de 2012. Outrossim, durante o período em apreço, foi ainda elaborado e aprovado um quadro de monitorização do processo de transposição no ordenamento jurídico nacional das políticas acordadas a nível regional.

O Secretariado facilitou as consultas nacionais e regionais com os representantes dos Ministérios da Saúde, das Minas, do Trabalho e das Finanças, do sector privado, representantes da área laboral, peritos regionais e internacionais, organizações da sociedade civil e parceiros relevantes no que concerne a “Dimensões relativas ao combate à Tuberculose no Sector Mineiro e entre outras populações itinerantes na região da SADC”. Este processo conduziu à formulação de um projecto de Declaração e Código de Conduta para o combate à Tuberculose no sector mineiro. Estes documentos propõem áreas em matéria de resposta a Tuberculose no sector mineiro que merecem atenção urgente.

Na área de vigilância epidemiológica, foram identificados laboratórios supranacionais de combate ao VIH e SIDA e a Tuberculose, bem como Centros de Excelência Regionais correspondentes. Os Ministros da SADC aprovaram o Memorando de Entendimento sobre o estabelecimento de Laboratórios Supranacionais de Referência e Centros de Excelência, para facilitar a operacionalização destes. Durante o exercício em análise, foi também finalizado um projecto de Rede de Tele-saúde para a Vigilância Epidemiológica, destinada a melhorar os sistemas de vigilância do VIH e SIDA, da Tuberculose e da Malária, com vista a partilha de informação.

Foi registado progresso considerável em matéria de controlo da malária na região visando a redução da morbilidade e da mortalidade. As actividades que podem justificar este progresso são essencialmente a Fumigação Domiciliária com DDT, o uso de redes mosquiteiras, a melhoria da gestão de casos recorrendo ao uso de Tratamentos Combinados com Artemisinina (ATC), conjugados com Testes de Diagnóstico Rápido (RDT) e a detecção de casos activos, especialmente nos Estados Membros que trabalham no sentido de erradicar a Malária. A SADC manifestou a necessidade de continuar a usar DDT para fins de controlo e eliminação da Malária na região. A possibilidade de produção local de DDT foi notada e aprovada pelos Ministros da Saúde.

O Secretariado continuou a facilitar a formulação da Estratégia para a Prevenção e Controlo de Doenças Não-Transmissíveis com maior incidência em diabetes Mellitus, doenças respiratórias crónicas, traumas e ferimentos, doenças cardiovasculares, nomeadamente hipertensão, trombozes e doenças cardíacas, bem como o cancro e outras condições crónicas específicas à região, designadamente artrite, doenças mentais e hemoglobinopatias. Apesar de se ter registado progresso na implementação do Protocolo da SADC sobre a Saúde, durante o exercício em revista, registaram-se ainda desafios nesta vertente na maior parte dos Estados Membros e os níveis variam em termos de graus e âmbito. Os desafios variam desde a dificuldade de recrutar instituições de formação adequadas na região e a facilitação do reforço de capacidades para permitir a transposição no ordenamento jurídico nacional de políticas acordadas ao nível regional, até à indisponibilidade de DDT e medicamentos para o tratamento da malária, devido a uma fraca Cadeia de Gestão do Aprovisionamento (PSM) em certos Estados Membros. Porém, em relação ao recrutamento de instituições de formação adequadas, o Secretariado conseguiu contactar um número considerável de instituições de formação, tendo sido identificadas as mais adequadas para este fim.

3.4.4 VIH e SIDA

Em conformidade com a Declaração de Maseru sobre o combate ao VIH e SIDA, o Secretariado continuou a facilitar a harmonização de políticas relativas ao VIH e SIDA.

Na vertente de reforço de capacidades, foram formados 45 Pontos Focais responsáveis pela integração da perspectiva do combate ao VIH e SIDA e dos Direitos Humanos. Outros 45 funcionários foram formados a partir de cinco pontos abrangidos pela Iniciativa de combate ao VIH e SIDA Transfronteiriço da SADC/Fundo Global, em matéria de como proceder a integração da perspectiva do combate ao VIH e SIDA e dos Direitos Humanos. Os funcionários formados transmitirão os conhecimentos adquiridos durante a formação sobre a integração da perspectiva do combate ao VIH e SIDA e dos Direitos Humanos a nível nacional. Estas actividades foram levadas a cabo em colaboração com o PNUD e o Fundo Global. Iniciou também o trabalho de preparação de acções de formação de peritos dos Estados Membros para facilitar a transposição de políticas e quadros acordados nos ordenamentos jurídicos nacionais.

A partir de Julho de 2011, a região passou a utilizar os 15 milhões de Dólares, recebidos do Fundo Global, para implementar as actividades da Iniciativa de combate ao VIH e SIDA Transfronteiriço da SADC/Fundo Global. Atualmente, 8 Clínicas para a População Itinerante estão operacionais ao longo das fronteiras de 6 Estados Membros, providenciando Aconselhamento e Testagem Voluntários (ATV), tratamento de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) e serviços de distribuição de preservativos.

O Secretariado deu ainda continuidade ao trabalho de rastreio e apresentação de relatórios de balanço sobre os compromissos regionais, continentais e internacionais assumidos na área do combate ao VIH e SIDA. O Relatório da SADC sobre a Epidemia do VIH e SIDA, referente a 2010, revelou que foi registado progresso considerável em matéria de prestação de serviços de Prevenção da Transmissão Vertical tendo a maior parte dos países atingido 50 por cento de cobertura da Prevenção da Transmissão Vertical. Todos Estados Membros registaram um crescimento na cobertura da Prevenção da Transmissão Vertical. O relatório revelou também que, utilizando a contagem de CD4 de 200, a cobertura regional de tratamento de 59 por cento é superior à média internacional de 52 por cento prevalecente nos países de renda baixa e média. O fortalecimento da capacidade institucional para a monitorização e avaliação continuou com a implementação do Plano de Reforço de Capacidades em matéria de M&A do VIH da SADC.

Não obstante esta evolução positiva, o programa regional de combate ao VIH e SIDA continua a enfrentar desafios em termos de financiamento de respostas. Este é especialmente o caso devido a crise económica internacional. Assim sendo, torna-se necessário aumentar significativamente os recursos internos para a resposta, incluindo, entre outros, as metas previstas na Declaração de Abuja, que consistem em atribuir, pelo menos, 15 por cento do orçamento geral do estado para o sector da saúde.

3.4.5 Programa Especial: Órfãos, Crianças e Jovens Vulneráveis (OVCY)

Na sequência da formulação das principais directrizes regionais, que visam harmonizar um pacote mínimo de serviços básicos para os órfãos e outras crianças e jovens vulneráveis, em toda a região, foi formulado, em 2011, um instrumento destinado a apoiar os Estados Membros a monitorizar e avaliar a implementação das directrizes nos diferentes sectores provedores de serviços às crianças e jovens.

Em cumprimento da solicitação dos Ministros da SADC responsáveis pelos assuntos de crianças e jovens vulneráveis, apresentado durante a sua reunião de Junho de 2011, e das decisões dos Chefes de Estado e de Governo, tomadas durante a Cimeira de Julho de 2011, cujo tema era “Empoderamento da Juventude e Desenvolvimento Sustentável”, foi delineado um roteiro orientador das consultas regionais visando a formulação de uma Estratégia e Programa de Acção Abrangente da SADC para o Empoderamento da Juventude.

Não obstante os esforços dos Estados Membros e do Secretariado, o número de órfãos e crianças vulneráveis e os desafios enfrentados pelos jovens na região aumentaram, em grande medida devido à contínua devastação causada pelo VIH e SIDA e outras doenças e aos crescentes índices de pobreza. Esta situação está a exceder a capacidade do Secretariado da SADC em termos de coordenação eficaz dos esforços para superação deste problema crescente na região. Os recursos financeiros provenientes dos parceiros de desenvolvimento para apoiar o programa registaram uma redução em consequência da crise financeira internacional, e o único funcionário que coordena o programa, com o financiamento dos parceiros de desenvolvimento, encontra-se sobrecarregado. É, portanto, imperioso que os Estados Membros ponderem alocar um orçamento em apoio as actividades enquadradas neste programa, que vai contribuir, entre outros aspectos, para apoiar as crianças e jovens vulneráveis na região.

3.5 Programas Transversais

3.5.1 Meio Ambiente e Desenvolvimento

3.5.1.1 Formulação e Harmonização de Políticas

Foi alcançado progresso significativo em matéria de aceleração do processo de harmonização das políticas nacionais sobre género com a adopção da Política de Género da SADC e do Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento. O Secretariado facilitou o processo de elaboração de um Plano Regional de Acção sobre Género e Desenvolvimento (2012-2016), destinado a acelerar a implementação coordenada, por parte dos Estados Membros da SADC, dos compromissos assumidos em relação à Política e o Protocolo.

Assiste-se à um exercício contínuo de advocacia e negociação visando a assinatura do Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento. A 19 de Agosto de 2008, 13 Chefes de Estado e de Governo da SADC assinaram o Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento, com a excepção das Maurícias e do Botswana. Até à data, 9 Estados Membros ratificaram o Protocolo, nomeadamente Angola, a República Democrática do Congo, o Lesoto,



Moçambique, a Namíbia, as Seychelles, a África do Sul, a República Unida da Tanzânia e o Zimbábue, tendo todos eles já depositado os seus instrumentos de ratificação, excepto a RDC e a África do Sul. Não obstante a lentidão verificada nos processos de ratificação por parte de outros Estados, nomeadamente o Malawi, a Zâmbia e a Suazilândia, todos eles reportaram avanços positivos no processo de ratificação.

3.5.1.2 Integração da Perspectiva de Género

O Secretariado continua a desencadear actividades de integração da perspectiva de género com vista a garantir que a mesma seja incorporada em todas as políticas, estratégias, programas e intervenções sectoriais inerentes à agenda de integração regional. Por meios destes esforços, regista-se um aumento de casos de aplicação visível e sustentável dos instrumentos de integração da perspectiva de género e das técnicas de análise das questões de género em todos os sectores. Até ao momento, foram alcançadas as seguintes conquistas no concernente à integração da perspectiva de género, quer a nível do Secretariado, quer a nível dos Estados Membros:

- capacidade redobrada por parte dos peritos para identificarem as desigualdades de género e integrarem a perspectiva de género nos programas a todos os níveis;
- maior reconhecimento da integração da perspectiva de género como instrumento, conhecimentos adquiridos

- e aplicação dos principais conceitos de planificação relativa as questões de género;
- conhecimentos e competências reforçados sobre a integração da perspectiva de género com vista a programação receptiva à componente género.

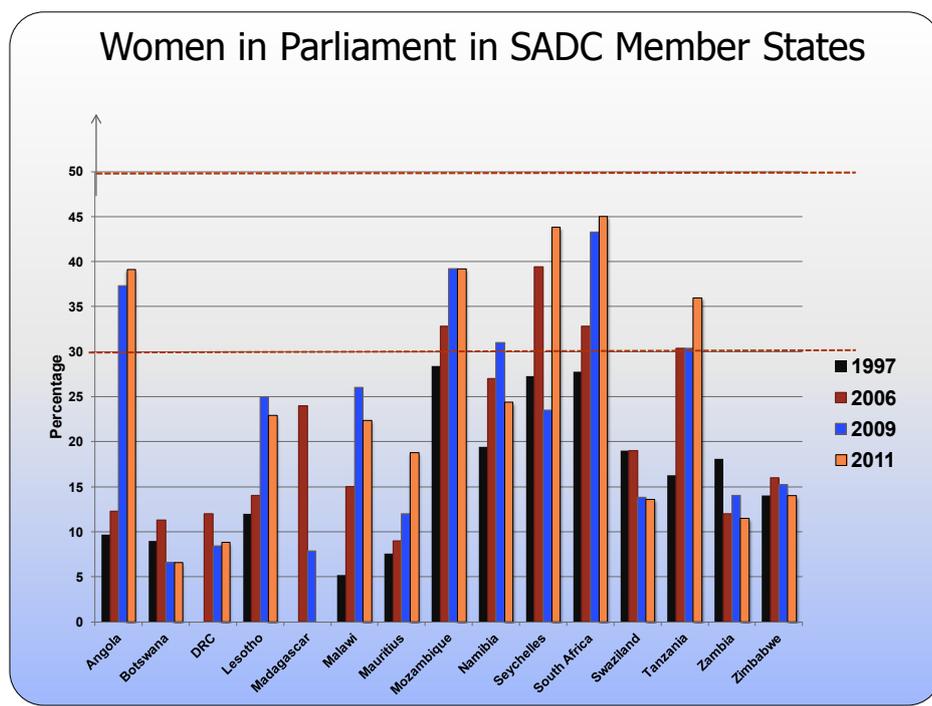
3.5.1.3 Programas de Empoderamento da Mulher

Os programas do empoderamento da mulher reúnem uma série de iniciativas tendentes a proteger, elevar e reforçar a qualidade de vida das mulheres e raparigas, tendo consciência o facto de que as disparidades entre as mulheres e os homens ainda existem, entre outras, nas áreas dos direitos jurídicos, da partilha do poder, do acesso aos recursos produtivos, e o controlo destes, da violência contra a mulher, e da saúde.

3.5.1.4 Mulheres nos Cargos Políticos e de Tomada de Decisões

Os Chefes de Estado e de Governo da SADC, aquando da sua Cimeira de 2015, realizada em Gaborone, Botswana, elevaram para 50 por cento a meta original de 30 por cento de representação das mulheres nos cargos políticos e de tomada de decisões em todas as estruturas e instituições da SADC, em conformidade com a meta da UA. Reconhecendo a incoerência e grande lentidão na concretização da meta preconizada em toda a região, o Secretariado elaborou um quadro exaustivo e directrizes destinados a permitir que os Estados Membros da SADC concretizem a meta de 50 por cento de representação das mulheres nos cargos de tomada de decisões até 2015. Segue-se uma informação actualizada sobre o estado de representação das mulheres nos cargos políticos e de tomada de decisões.

Figura 9: Tendências sobre o Número de Mulheres com Assento nos Parlamentos dos Estados Membros da SADC



A cifra acima demonstra a tendência verificada entre 1997 e 2011, quanto às percentagens de mulheres com assento nos parlamentos dos Estados Membros da SADC. O gráfico torna evidente que houve tendências constantes e ascendentes em Angola, nas Maurícias, em Moçambique, nas Seychelles, na África do Sul e na República Unida da Tanzânia, ao passo que nos restantes Estados Membros houve uma redução nas percentagens de mulheres com assento nos parlamentos ao longo dos anos.

Há uma correlação e uma relação directa entre a percentagem de mulheres com assento no Parlamento e o tipo do Sistema Eleitoral vigente, tal como demonstra a Figura que se segue. A Figura 8 ilustra que, nos três dos cinco Estados Membros com tendência ascendente em termos de número de mulheres com assento no Parlamento, ou seja, Angola, Moçambique e África do Sul, reina o regime de Representação Proporcional, enquanto noutros dois, nomeadamente as Seychelles e a Tanzânia, impera uma conjugação de diferentes sistemas eleitorais.

Figura 10: Tipos de Sistemas Eleitorais nos Estados Membros da SADC

Sistemas Eleitorais na SADC

Proporcional

- Angola • Moçambique • Namíbia • África do Sul

Círculo Eleitoral

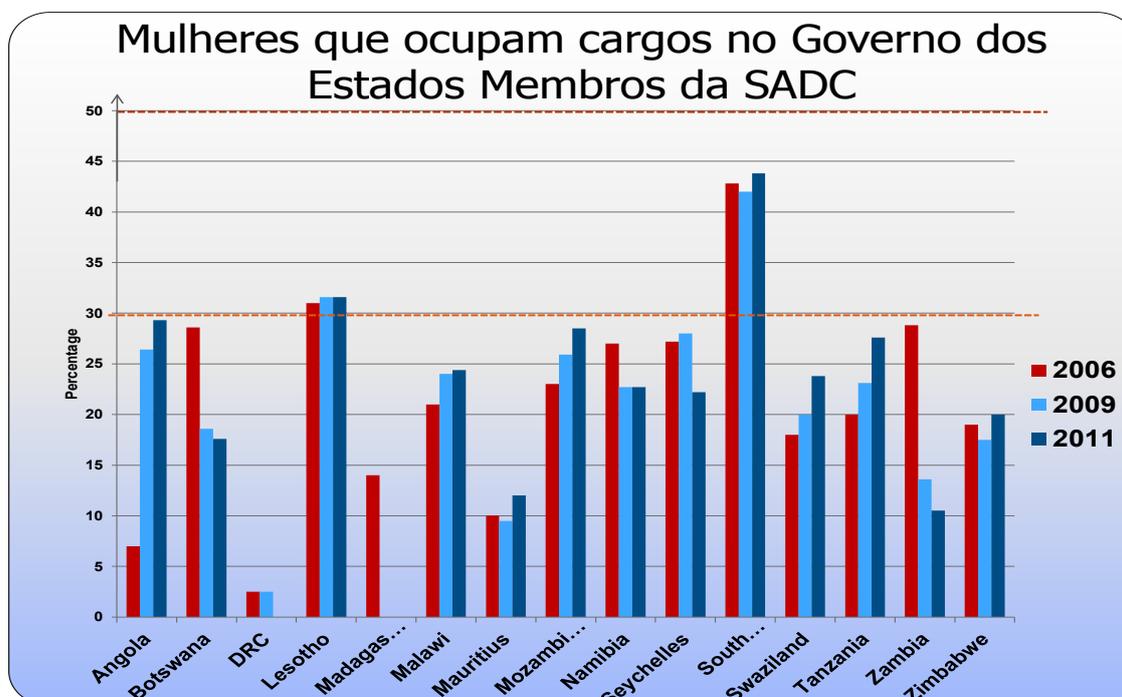
- Botswana • RDC • Malawi • Suazilândia • Zâmbia
- Zimbabwe

Misto

- Lesoto • Madagáscar • Maurícias • Seychelles
- Tanzânia

Com base na Figura 10, pode concluir-se que os Estados Membros da SADC, que possuem o Sistema de Representatividade (Maioria Simples), demonstraram um desempenho negativo e não puderam preservar ou incrementar, de forma coerente, o número de mulheres com assento no Parlamento, resultando em flutuações. O contrário sucede comparativamente aos Estados Membros que possuem o sistema de Representação Proporcional ou possuem quotas, de uma forma ou de outra.

Figura 11: Representação de Mulheres com Cargos nos Governos dos Estados Membros da SADC



A Figura 11 reflecte as tendências da representação das mulheres com cargos nos Governos dos Estados Membros da SADC, referentes ao período compreendido entre 2006 e 2011. A Figura revela que se regista uma tendência ascendente constante e coerente no número de mulheres com cargos no Governo em Angola, no Lesoto, em Moçambique, na África do Sul, na Suazilândia, na Tanzânia e no Zimbabwe. Todavia, o número de mulheres no Governo decresceu ou permaneceu muito baixo em países como o Botswana, a RDC, a Namíbia, as Seychelles

e a Zâmbia.

3.5.1.5 Outras realizações inseridas nos Programas de Empoderamento da Mulher

- a) reforço da coordenação das prioridades relativamente ao Empoderamento Económico da Mulher, através da formulação da Estratégia de Empoderamento Económico da Mulher da SADC, em Outubro de 2011;
- b) criação de oportunidades de negócios para as mulheres de negócios da SADC identificarem novos mercados, reforço da partilha e intercâmbio de informação/conhecimentos e contacto com tecnologias novas e adequadas, através da Feira do Comércio e do Fórum de Investimento das Mulheres de Negócios da SADC 2011, decorridos em Luanda, Angola, em Novembro de 2011; e
- c) reforço da coordenação das prioridades na área de Violência com Base no Género, através da formulação de uma Estratégia Regional da SADC de Luta contra a Violência com Base no Género.

3.5.1.6 Relatório Bienal da SADC sobre as Questões de Género e Desenvolvimento (2010-2012)

O sistema de monitorização e avaliação é a chave para a avaliação do progresso alcançado na implementação dos Compromissos da SADC sobre as Questões de Género, ao abrigo do Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento e demais instrumentos continentais e internacionais, referentes as questões de Género, de que os Estados Membros da SADC são parte. Durante o ano em curso, o Secretariado recorreu ao Instrumento de Monitorização das Questões de Género e Desenvolvimento da SADC, que corresponde ao Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento, para monitorizar o progresso alcançado na implementação de todas as disposições previstas no Protocolo e produzir o Relatório Bienal da SADC sobre as Questões de Género e Desenvolvimento (2010-2012). A informação recolhida constitui uma base útil necessária para futuras acções de monitorização e avaliação.

A revista SADC Gender Monitor de 2012 foi publicada em colaboração com o Centro SARDC-WIDSAA, sediado em Harare, Zimbabwe. A revista Monitor visa rastrear o grau de implementação do Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento, fazendo o balanço de onde os Estados Membros da SADC se encontram, em termos de implementação dos Compromissos da SADC sobre as questões de género, conforme define o Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento. A revista Monitor reveste-se de importância fundamental na divulgação da informação sobre as questões de género e o empoderamento da mulher na região da SADC ao maior número possível de intervenientes, visando partilhar as boas práticas e as lições colhidas.

3.5.2 Estatística

Relativamente à estatística, a implementação de programas, durante o exercício em análise, continuou a centrar-se nas áreas de intervenção prioritárias, tal como identifica e desenvolve o RISDP.

3.5.2.1 Parceiros Estratégicos

Durante o período em referência, as principais actividades desenvolvidas na área de estatística foram financiadas principalmente pela UE e o BAD, através dos quadros de implementação da componente de Estatística do Reforço de Capacidades para a Integração Regional e dos programas de Reforço de Capacidades em matéria de Estatística (SCB) II, respectivamente.

3.5.2.2 Áreas Prioritárias

O programa de Estatística da SADC continuou a focalizar-se nas seguintes actividades prioritárias:

- a) Harmonização de Estatísticas, com particular enfoque no seguinte:
 - (i) Estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias (IMTS);
 - (ii) Estatísticas do Preço do Consumidor;
 - (iii) Contas Nacionais.
- b) Edificação e reforço de capacidades em matéria de estatística, visando monitorizar o progresso rumo a concretização dos ODM;
- c) Formulação de uma Estratégia Regional de Estatística;
- d) desenvolvimento de bases de dados de estatística e de mecanismos de divulgação de dados, incluindo a Base de Dados Integrado de Estatística sobre o Comércio da SADC e o Anuário de Estatística da SADC; e
- e) promoção de classificações e padrões estatísticos internacionalmente reconhecidos, incluindo as melhores práticas de estatística no seio dos Estados Membros.

3.5.2.3 Realizações e Actividades Empreendidas

Seguem-se as grandes realizações e actividades facilitadas pelo Secretariado na área de Estatística, durante o período em revista:

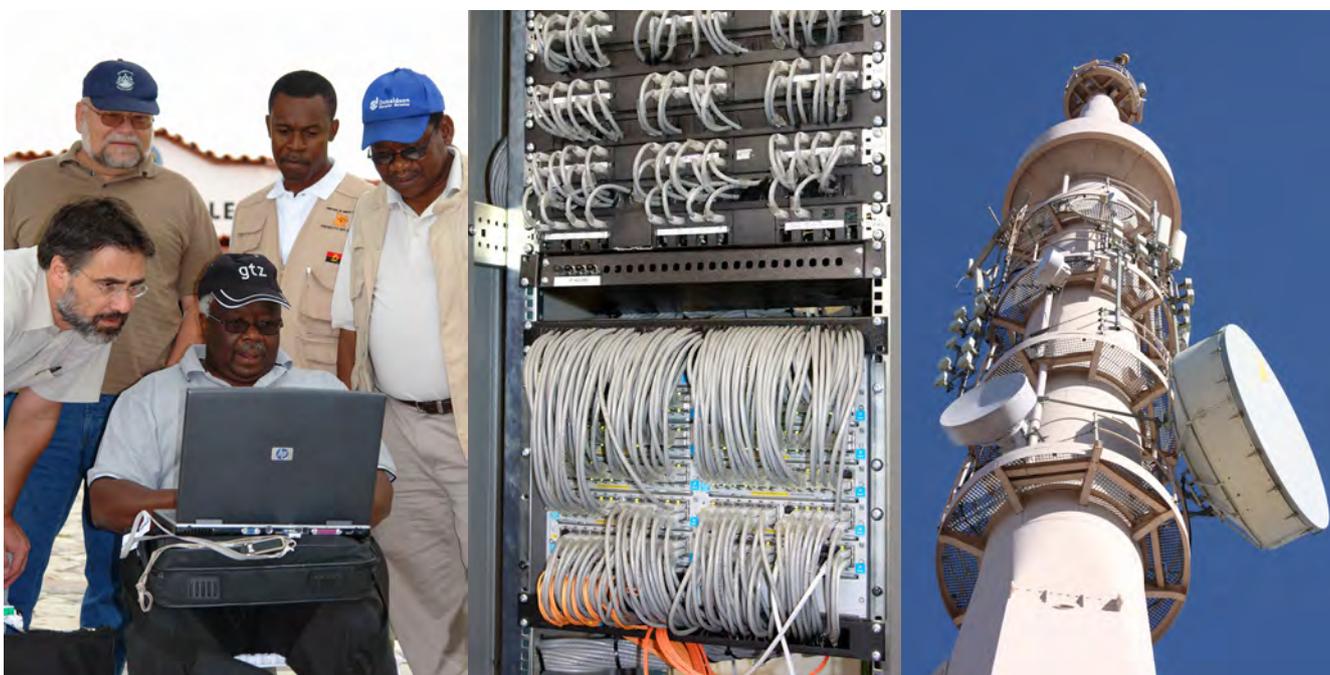
- a) elaboração do Manual das Regras Estatísticas Comuns da SADC sobre IMTS, finalizada e manual aprovado para adopção por parte do Conselho da SADC;
- b) reunião consultiva sobre a Harmonização de IMTS para os Estados Membros da SADC realizada com êxito;
- c) Fase I sobre os Índices Harmonizados dos Preços do Consumidor (HCPI) para a SADC e seus Estados Membros lançada e divulgada mensalmente a partir de Outubro de 2011;
- d) elaboração do primeiro projecto do Anuário Estatístico da SADC finalizada;
- e) formulação de sistemas de Base de Dados Integrada de Estatística sobre o Comércio da SADC, incluindo a instalação, o teste e a formação do pessoal essencial do Secretariado, levada a cabo;
- f) projecto preliminar da Estratégia Regional da SADC para o Desenvolvimento Estatístico produzido;
- g) indicadores regionais seleccionados, incluindo o Produto Interno Bruto (PIB), a inflação, as taxas de crescimento anual, o agregado sobre as exportações e importações, a população, as taxas de câmbio e os perfis de países para a série de dados referentes ao período de 2000 a 2010, compilados e validados;
- h) capacidade de estatística relacionada com as várias matérias de estudo na área de estatística, com enfoque nas estatísticas do Preço do Consumidor, nas Contas Nacionais e nas Estatísticas do Comércio Externo sobre os Estados Membros, reforçada e aprimorada através de iniciativas de reforço de capacidades em matéria de estatística;
- i) reunião anual do Comité de Estatística da SADC convocada para proporcionar uma orientação estratégica e de políticas sobre a implementação de projectos de estatística na SADC;
- j) coordenação da recolha de dados e submissão dos necessários preços e dados de contas nacionais ao BAD, no quadro da implementação do programa de Comparação Internacional de 2011, para os Estados Membros da SADC, efectuada.

3.5.3 Ciência, Tecnologia e Inovação

No período de 2011/12, este sector continuou a concentrar-se na harmonização de políticas e no reforço de parcerias com os principais intervenientes. Entre os principais resultados alcançados durante este período figuram os seguintes:

- a) o Projecto de Quadro Estratégico sobre a Ciência, Tecnologia e Inovação foi actualizado;
- b) projecto de Plano de Acção sobre Sistemas de Conhecimento Indígena;
- c) projecto de Plano de Implementação dos Programas sobre Ciência, Tecnologia e Alterações Climáticas; e
- d) projecto de Carta sobre a Mulher na Ciência, Engenharia e Tecnologia.

A realização da Reunião Ministerial sobre a Ciência, Tecnologia e Inovação, em 2011, também serviu de plataforma



4.0 POLÍTICA, PLANIFICAÇÃO E MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO

para abordar uma série de questões importantes desde que este sector realizou o seu último encontro em 2008. A escassez de recursos humanos e financeiros para levar avante iniciativas regionais continuou a constituir o principal desafio constrangedor do progresso neste sector.

As funções de Políticas, Planificação, Monitorização e Avaliação desempenham um papel preponderante na garantia do alinhamento estratégico das operações com os objectivos e metas da SADC. Outrossim, estas contribuem para a concretização de níveis mais elevados de eficiência no desempenho das actividades.

Na sequência da aprovação pelo Conselho, em Fevereiro de 2012, da Política da SADC para a Formulação, Planificação, Monitorização e Avaliação de Estratégias (SPME) e de uma Política sobre a Gestão do Risco, foi estabelecida a fase e a base para melhorar a tomada de decisões baseada em evidências aos níveis de política e operacional. A operacionalização de ambas as políticas já está em curso, através de programas de ampla divulgação do Secretariado e da formulação de instrumentos de operacionalização.

4.1 Formulação de Políticas e de Estratégias

4.1.1. Estratégia a Médio Prazo da SADC

A Política de SPME sublinha a importância de se consolidar a função de formulação de estratégias do Secretariado e prevê a formulação de uma Estratégia a Médio Prazo (MTS) da SADC, capaz de permitir um melhor alinhamento e coordenação dos programas da SADC. A MTS, ela própria, deve ser desenvolvida em conformidade com o RISDP e o SIPO, tomando, ao mesmo tempo, em consideração as mudanças de contexto e incorporando o conhecimento adquirido de intervenções anteriores.

A preparação para a formulação da EMP da SADC para o período de 2014-2019 já iniciou. O processo deve arrancar com contribuições preliminares do Secretariado. Subsequentemente, os contributos dos Estados Membros serão cruciais para garantir a definição de uma perspectiva partilhada dos resultados que devem ser obtidos a médio prazo. Deste modo, a ligação entre os objectivos a longo prazo da SADC devem proporcionar uma direcção clara à planificação de operações com perspectivas a médio e curto prazo.

4.1.2 Programa de Análise e Diálogo sobre Políticas da SADC: Eventos do Grupo de Reflexão sobre Integração Regional

À luz da necessidade de reforçar a análise e o diálogo sobre políticas, tanto no seio do Secretariado da SADC como ao nível regional, introduzimos, em Janeiro de 2012, seminários/workshops regionais de reflexão. Esta actividade tinha como objectivo geral reunir peritos especializados nos mais diferentes domínios de cooperação e integração regionais e proporcionar-lhes uma plataforma para dialogarem e contribuírem para o processo de formulação de políticas da SADC. Esta iniciativa teve um grande apoio dos intervenientes relevantes da região. Até ao momento, conseguimos organizar dois importantes seminários do grupo de reflexão, um sobre as alterações climáticas, realizado em Abril de 2012, e outro sobre a integração regional, que decorreu em Agosto de 2012, em Gaborone e Maputo, respectivamente. As deliberações saídas destes dois seminários foram publicadas na Série de Dissertações sobre Questões de Políticas da SADC, também lançada durante o exercício em curso.

4.1.3 Operacionalização do Observatório Regional da Pobreza (RPO/ORP) da SADC

Na sequência da adopção de uma decisão tomada em Agosto de 2008 de se estabelecer um Observatório Regional da Pobreza da SADC, o Conselho aprovou uma proposta sobre os quadros técnico e institucional para o referido Observatório, que foi posteriormente endossada pela Cimeira em Agosto de 2010. Todavia, a operacionalização do Observatório tem registado atrasos devido à falta de capacidade no Secretariado. Apraz-me informar que o trabalho sobre a operacionalização do ORP iniciou em Janeiro de 2012, com o apoio do fundo fiduciário Southern Africa Trust.

O primeiro encontro do Comité Director do ORP teve lugar em Maio de 2012. Entre outros assuntos, os participantes à reunião do Comité Director aprovaram um roteiro para operacionalizar o ORP, que contempla o seu lançamento, previsto para Setembro de 2013, bem como concordaram com o princípio de que seja convocado um Workshop Regional para Setembro de 2012, a fim de elaborar a Matriz Comum de Combate à Pobreza na SADC.

4.2 Planificação, Monitorização e Avaliação de Estratégias

4.2.1 Planificação e Programação

A fim de cumprir com o seu mandato sobre a eficiência e eficácia operacionais, o Secretariado da SADC elaborou Directrizes de Planificação. Estas Directrizes visam essencialmente assegurar que os processos de planificação junto do Secretariado sejam normalizados, profissionais, bem coordenados e ligados a outros processos-chave, tais como a formulação de estratégias, a orçamentação, a mobilização de recursos, a monitorização e avaliação, a contratação pública e a informação sobre gestão.

O Plano Institucional anual para 2012/2013 e o Plano de Actividades e Orçamentos do Secretariado, referentes ao exercício de 2012/2013, foram elaborados. Estes planos foram adoptados pelo Conselho, em Fevereiro de 2012, e definiram o enfoque estratégico geral, os objectivos e os resultados que a Organização prevê realizar durante o exercício fiscal. Têm como base os desafios e os sucessos registados no exercício financeiro anterior.

Como é habitual, em Junho de 2012, uma equipa de Peritos em matéria de Planificação do Secretariado convocou um workshop destinado a preparar um Documento de Previsão Orçamental para 2013/2016. Trata-se de uma estratégia que vos será apresentada para aprovação.

4.2.2 Monitorização, Apresentação de Relatórios e Avaliação

4.2.2.1 Avaliação do RISDP

Como é do conhecimento do Conselho, o estudo documental que o Secretariado realizou, para medir o progresso alcançado na implementação do RISDP, foi apresentado para aprovação da reunião realizada em Luanda, Angola, em Agosto de 2011. Após à introdução dos contributos apresentados sobre o estudo, durante a reunião de Agosto, o relatório final foi submetido à sessão do Conselho Extraordinário, realizado em Novembro de 2011, sendo as principais constatações do estudo as mesmas às indicadas no meu relatório referente ao exercício transacto.

Já se deu início ao processo da avaliação intercalar independente, aprovado pelo Conselho, durante a sua reunião realizada em 2012, em Luanda, Angola. Uma firma de consultoria, que deverá executar esta avaliação está a ser contratada nos termos das Directrizes de Contratação Pública da SADC. Espera-se que nos dias 26 e 27 de Julho de 2012, o Comité de Concurso Público Externo da SADC se reúna para rever o Relatório de Avaliação Técnica do candidato e orientar a abertura em público da proposta financeira, bem como aprovar a atribuição do contracto. Prevê-se que o exercício seja concluído dentro de 6 meses.

4.2.2.2 Formulação de Directrizes para a Monitorização

Apraz-me informar-vos que o Secretariado obteve grandes avanços no reforço da sua função de monitorização e apresentação de relatórios. Foram elaboradas as Directrizes para a Monitorização dos Planos Operacionais. Essas directrizes representam uma abordagem gradual para simplificar e melhorar a função de monitorização do Secretariado da SADC, no que toca à monitorização da execução dos planos operacionais.

Foram elaboradas directrizes para o pessoal das várias unidades organizacionais do Secretariado, cujas responsabilidades abarcam a monitorização e a apresentação de relatórios de progresso alcançado no cumprimento da agenda de desenvolvimento regional, tal como articula o RISDP e o SIPO.

As directrizes para a monitorização da implementação de protocolos pelos Estados Membros estão também a ser finalizadas.

4.3 Gestão do Risco

Depois da aprovação da Política de Gestão do Risco, pelo Conselho, em Fevereiro de 2012, o Secretariado lançou-se no processo de formulação do sistema de gestão do risco. Este sistema visa enquadrar a gestão do risco em todos os processos de tomada de decisão numa base contínua. Daí que a identificação e a avaliação do risco serão principalmente incorporadas nos processos de planificação e monitorização que serão levados a cabo por todo o Secretariado. O plano destinado a formular e operacionalizar o sistema compreendeu o curso de

familiarização do Secretariado para facilitar a interiorização de conceitos básicos. Além disso, em reconhecimento da necessidade de fazer avançar o processo a partir do topo, a Equipa de Direcção foi o primeiro grupo visado no programa de familiarização.

Prevê-se que as principais componentes do sistema estejam estabelecidas até Novembro de 2012. Intervenções sustentáveis serão subsequentemente necessárias para aprimorar os níveis de competências a altura de se alcançar a sustentabilidade.

Durante o exercício em análise, o Secretariado deu início à formulação das seguintes políticas de recursos humanos, que serão apresentadas ao Conselho para aprovação:

- a) Política de Recrutamento, Selecção e Nomeação;
- b) Política sobre Conduta, Disciplina e Resolução de Queixas;
- c) Política sobre as Relações Laborais;
- d) Política de Gestão do Desempenho;
- e) Política de Formação e Desenvolvimento.

Relativamente ao recrutamento, o Secretariado continuou a efectuar o recrutamento de pessoal para o preenchimento de postos regionais e locais. Durante o período em análise, foram recrutados 10 Funcionários Regionais, 14 Funcionários Locais e 28 Funcionários para os Projectos. Catorze (14) postos permaneceram congelados devido a constrangimentos financeiros.

Segundo uma decisão do Conselho tomada em Novembro de 2011, vários recursos dos funcionários do Secretariado relativos aos resultados da avaliação de funções que não foram resolvidos internamente serão remetidos ao Comité de Recursos Independente.

Num esforço tendente a melhorar as condições de trabalho no Secretariado, foi criado um Sistema de Aconselhamento e Referência para os funcionários do Secretariado. Por outro lado, está a ser finalizado o projecto de Política de Segurança, Saúde e Ambiente no Trabalho.

No que toca à administração geral, foram tomadas medidas de austeridade para rever a actual situação no que tange à ocupação de escritórios e ao uso de telefones. Estão a ser empreendidos esforços deliberados para resolver o problema da gestão do expediente e da frota, através do desenvolvimento de sistemas de gestão apropriados. O exercício de revisão do Regulamento Interno (Regras e Procedimentos Administrativos) está também em marcha.

No domínio da contratação pública, o Conselho estará recordado que aprovou em Agosto de 2011 a nova Política, as Directrizes de Contratação Pública e a Estrutura da Unidade de Contratação Pública do Secretariado da SADC. Consequentemente, foi efectuada a análise das necessidades de formação e elaboradas a estratégia de reforço de capacidades e o plano de formação, tendo sido realizadas acções de formação sobre o novo sistema de contratações públicas nas diferentes Direcções e Unidades Sectoriais e para os membros da Direcção do Secretariado.

6.0

AUDITORIA INTERNA, GOVERNAÇÃO E ORÇAMENTO E FINANÇAS

6.1 Auditoria Interna e Governação

Durante o período em análise, o Secretariado continuou a consolidar os seus esforços no sentido melhorar a estrutura de governação no Secretariado, no contexto das reformas institucionais em curso. Em conformidade com a decisão do Conselho, tomada em Windhoek, em Fevereiro de 2011, no sentido de se criar um Comité de Auditoria, tenho o grande prazer de vos informar que a criação do Comité foi facilitada para garantir que as suas funções iniciem de imediato.

O Comité de Auditoria, constituído por cinco membros provenientes da República Unida da Tanzânia, da República da Zâmbia, da República da África do Sul, da República do Zimbabwe e do Reino da Suazilândia, realizou a sua primeira reunião em Julho de 2011 e quatro outras reuniões subsequentes tiveram lugar até Julho de 2012, para deliberar sobre as várias questões que lhes foram submetidas pela Direcção, Auditoria Interna e pelo Conselho de Auditoria.

Por ocasião da inauguração do Comité, em Outubro de 2011, organizou-se um Workshop de dois dias, que visou equipar os membros com o conhecimento necessário das actividades da SADC a fim de lhes permitir levar a cabo o seu mandato a bom termo.

Em Abril de 2012, todos os membros do Comité foram convidados a participar num Workshop da Direcção sobre governação. O Workshop foi convocado para reunir todas as estruturas encarregues da responsabilidade de supervisionar o processo de governação, com o objectivo de forjar um rumo a seguir para melhorar ainda mais o processo de governação no Secretariado.

Durante o período em análise, o Comité de Auditoria levou a cabo as seguintes tarefas previstas no seu mandato:

- a) trabalhou em estreita colaboração com a Direcção para garantir que todos os riscos comunicados através do Conselho de Auditoria e dos relatórios de Auditoria Interna sejam geridos e mitigados atempadamente;
- b) reviu as Demonstrações Financeiras Auditadas do Secretariado e o relatório do Secretario Executivo sobre as contas anuais, referentes a 2010/11, e os recomendou ao Conselho, para aprovação;
- c) reviu a Política de Gestão do Risco e o Manual Operacional do Comité de Auditoria e os recomendou à aprovação pelo Conselho.

O Secretário Executivo compromete-se a continuar a criar um clima favorável e prestar apoio no sentido de garantir que os princípios de governação sejam observados na gestão dos assuntos do Secretariado.

6.2 Orçamento e Finanças

O Secretariado continuou a observar os padrões mais altos que reflectem a aderência aos princípios de uma gestão financeira pública óptima e transparente. As melhorias recomendadas por auditores externos e outras avaliações independentes são implementadas de imediato.

6.2.1 Prioridades Operacionais para 2011/12

Para o ano 2011/2012, o Secretariado definiu as seguintes prioridades:

- a) Ambiente de controlo interno eficiente e eficaz

As principais estratégias de implementação alinhadas aos padrões e às melhores práticas internacionais: - esta

área incluíram o seguinte:

- (i) a formulação e a produção de directrizes e manuais sobre a preparação de previsões de receitas e despesas, orçamentos e contas a médio prazo;
 - (ii) a automatização dos processos de orçamentação e contabilidade;
 - (iii) a coordenação dos processos de elaboração dos orçamentos intermédios e anuais;
 - (iv) a elaboração de contratos-programa anuais;
 - (v) a revisão d regulamento financeiro;
 - (vi) a proposta de procedimentos de controlo interno, directrizes e manuais do utilizador.
- b) Serviços de contabilidade e apresentação de relatórios eficientes e efectivos

As estratégias incluíram as seguintes:

- (i) a gestão do capital de funcionamento;
- (ii) a aplicação de instrumentos de prestação de ajuda;
- (iii) a aplicação de padrões internacionais e a formulacao de políticas contabilísticas relevantes;
- (iv) o processamento de transacções financeiras;
- (v) a prestação de relatórios de despesas orçamentais;
- (vi) a emissão de contas e de demonstrações financeiras anuais.

c) Serviços de assessoria

As estratégias de implementação incluíram as seguintes:

- (i) assessoria de gestão e técnica;
- (ii) observação dos regulamentos e procedimentos financeiros aplicáveis;
- (iii) livro de registo de riscos;
- (iv) satisfação do cliente.

d) Governação

- (i) Relatórios de auditoria estatutários;
- (ii) Boa governação institucional.

6.2.2 Visão Geral sobre a Situação Orçamental e Financeira

Durante o exercício em análise, as actividades do Secretariado foram financiadas por uma dotação orçamental no valor de USD 88,7 milhões, aprovada pelo Conselho de Ministros da SADC, através de uma resolução adoptada aquando da sua sessão de Fevereiro de 2011, em Windhoek, Namíbia. A Tabela 2, que se segue, apresenta um resumo.

Tabela 2: Resumo de resultados financeiros para 2011/12 (USD'000)

COMPONENTE	2011/12				2010/1	MUDANÇA
	Orçamento Inicial	Ajuste	Orçamento Revisto	Real	Real	DE 2010/11
Contribuições Anuais dos Estados Membros –	26.039	(1.789)	24.250	27.320	26.551	3%
Estados Membros – Outros Fundos (Sede da SADC, Hashim Mbita)	6.010	(486)	5.524	1.158	1.257	-8%
Estados Membros – Transporte do Saldo de 2010/11	-	1.243	1.243	1.243	-	0%
Estados Membros – Levantamento das Reservas	-	2.810	2.810	2.810	1.800	56%
Sub-total – Financiamento dos Estados Membros	32.049	1.778	33.827	32.531	29.608	10%
Financiamento dos Parceiros de Desenvolvimento	51.474	3.440	54.914	24.709	29.390	-16%

Fonte: Acta da sessão do Conselho, realizada em Windhoek, Namíbia, Março de 2011, e revisões das actas da Cimeira, de Agosto de 2011, e do Conselho, de Agosto de 2011 e Março de 2012

O financiamento líquido proveniente das contribuições dos Estados Membros foi de USD 32,5 milhões, o que representa dez por cento acima do financiamento de 2010/11. Deve notar-se ainda o que se segue relativamente ao financiamento dos Estados Membros durante o exercício:

a) Actividades extra-orçamentais

Foi necessário sacar USD 2,8 milhões do Fundo de Reserva para pagar as despesas imprevistas e inevitáveis relacionadas com a implementação das decisões da Cimeira, enquanto em 2010/2011, o montante sacado do Fundo de Reserva para o pagamento de despesas imprevistas e inevitáveis foi de USD 1,8 milhões.

b) Falta de remessa de contribuições anuais do Estado Membro

Ainda não deu entrada o montante de USD 1,8 milhões devidos por Madagáscar. Relativamente às receitas previstas para o exercício financeiro de 2010/11, também não foi remetido o valor de USD 1,4 milhões. Foram feitas provisões para a cobertura destes montantes. Madagáscar está com atrasados avaliados em USD 4,5 milhões registados até 31 de Março de 2012 e o Secretariado continua a manter contactos com o Estado Membro para a remessa deste montante em dívida.

6.2.3 Riscos Financeiros que o Secretariado enfrenta

O Secretariado enfrenta uma série de riscos financeiros. O actual mecanismo de financiamento, envolvendo fundos proveniente dos Estados Membros e dos parceiros de desenvolvimento, não dá espaço para a movimentação de fundos entre as acções financiadas por uma ou outra das fontes. Esta situação gerou riscos financeiros com impacto na sustentabilidade do financiamento e na absorção dos fundos dos ICP, conforme a seguir se indica:

a) O âmbito das acções financiadas pelos Estados Membros não correspondente, de forma sustentável, ao nível de financiamento disponível proveniente dos Estados Membros

Os recursos financeiros requeridos dos Estados Membros para fazer face ao âmbito das actividades aprovadas são significativamente superiores ao tecto do financiamento disponibilizado por eles.

b) Falta de flexibilidade orçamental

Uma importante parcela dos custos financiados pelos Estados Membros num exercício financeiro é fixa. Isso resultou no facto de o Secretariado não poder responder a necessidades não contempladas no orçamento. Prevê-se que a Avaliação do RISDP examine a possibilidade de adoptar uma estrutura de custos adequada (de custos fixos para variáveis) comensurável com a natureza da organização.

c) Fraca absorção dos fundos provenientes dos ICP

A capacidade de implementação dos projectos financiados pelos ICP é determinada pela capacidade institucional financiada pelos Estados Membros. Numa situação em que os recursos financeiros dos Estados Membros não são suficientes para criar uma capacidade institucional ao nível actual do financiamento dos doadores, a avaliação do RISDP também vai determinar uma linha de base adequada para a proporção entre o financiamento proveniente dos Estados Membros e dos ICP.

O Secretariado abordou as suas obrigações previstas nos termos da Declaração de Windhoek sobre a Parceria SADC – ICP, aprimorando as suas regras e procedimentos para corresponderem aos padrões e melhores práticas internacionais. Isto pode permitir aos ICP proporcionarem apoio directo ao orçamento do Secretariado sob a forma de acordos de contribuição. Este mecanismo de fornecimento de ajuda poderá responder à actual fraca capacidade de absorção dos fundos dos ICP.

7.0

REFORMAS INSTITUCIONAIS E REFORÇO DE CAPACIDADES

7.1 Correspondência aos Padrões Internacionais

Continua a ser implementado o programa de reformas institucionais, que visa melhorar a eficácia da ajuda prestada pelos Parceiros de Cooperação Internacionais da Região, bem como assegurar aos Estados Membros que os seus recursos estão a ser geridos em conformidade com os padrões internacionalmente aceites. Como estarão recordados, o programa de reformas foi classificado em 4 pilares, nomeadamente Normas Contabilísticas, Normas de Auditoria Externa, Controlo Interno e Contratações Públicas.

Até ao momento, o Secretariado foi objecto de três Avaliações Institucionais (AI), nomeadamente em 2007, 2009 e 2011. A terceira AI, realizada em 2011, subdividiu-se em duas fases. A primeira teve lugar em Maio e a segunda em Novembro.

Tenho a honra de informar que a 02 de Dezembro de 2011, o relatório de constatações dos Auditores concluiu que o Secretariado da SADC satisfazia os critérios relativos a todos os quatro pilares e que, por conseguinte, estava habilitado para celebrar um Acordo de Contribuição com a UE.

Permitam-me destacar que esta conquista não seria possível sem o vosso apoio, em especial graças à aprovação das várias políticas e documentos estratégicos que permitiram elevar as operações do Secretariado a um nível de melhores práticas internacionalmente aceites. A aprovação da avaliação institucional abriu caminho para a UE e o Secretariado da SADC iniciarem as negociações em torno da assinatura de acordos de contribuição, em apoio à Agenda de Integração Regional da SADC, tal como prevê o Programa Indicativo Regional da SADC-UE (2008-2013). Deste modo, a UE prestará apoio financeiro directo aos programas acordados, ao abrigo do 10º FED, que o Secretariado da SADC irá implementar com recurso aos seus próprios procedimentos e processos, porporcionando-lhe, deste modo, maior liberdade para programar os recursos do FED de acordo com o seu próprio ciclo de programação.

7.2 Reforço de Capacidades para a Integração Regional

Durante o exercício em revista, o Programa de Reforço de Capacidades para a Integração Regional (CBRI) financiado pela UE continuou a desempenhar um papel preponderante no apoio ao Secretariado para que respeite os critérios da UE relativos aos quatro pilares e beneficie de uma gestão conjunta através de acordos de contribuição.

Em reconhecimento da necessidade de o Secretariado sustentar as reformas e o respeito dos critérios relativos aos quatro pilares, bem como desempenhar as suas funções de forma eficiente e eficaz, e à luz dos contínuos constrangimentos com que o Secretariado se confronta, no que tange à capacidade humana, as discussões entre o Secretariado da SADC e a UE culminaram no seguinte:

- a) a UE disponibilizará fundos através do Segundo Fundo de Cooperação Técnica, que poderão ser usados para prorrogar os contratos do pessoal financiado pelo Projecto CBRI até 31 de Dezembro de 2012;
- b) a UE apoiará um Programa de Desenvolvimento de Capacidade Institucional (ICDP), que se prevê iniciar em Janeiro de 2013, no valor de 12,75 milhões de Euros ao longo de um período de três anos, a fim de consolidar e reforçar a capacidade do Secretariado da SADC para sustentar as reformas e a conformidade alcançada.

A coordenação dos principais programas de integração entre o Secretariado da SADC, a Comissão da União Africana (CUA) e outras CER continuou a constituir uma parte importante das actividades do Secretariado. Esta coordenação tem como principal objectivo assegurar que os programas da SADC correspondam à Agenda Geral de Integração Continental, conforme prevêem o Acto Constitutivo da UA e o Tratado de Abuja. As principais actividades inseridas nesta área compreendem os processos do Mecanismo Tripartido SADC-COMESA-EAC e as interacções da SADC-União Africana/NEPAD, baseados no Programa Mínimo de Integração e no Plano Estratégico da CUA para 2008-2012.

8.1 Mecanismo Tripartido SADC – COMESA – EAC

Na sequência do regime de rotatividade adoptado pelas três CER, em termos de gestão dos trabalhos do Mecanismo Tripartido, o Secretariado da SADC preside, desde Abril de 2012, a componente da cooperação.

Durante o período em revista, a coordenação e a harmonização de programas ao abrigo do Mecanismo Tripartido SADC-COMESA-EAC prosseguiram nas seguintes áreas principais:

8.1.1 Zona de Comércio Livre Tripartida

Como o Conselho estará recordado, a Cimeira Tripartida SADC-COMESA-EAC, realizada em Joanesburgo, África do Sul, lançou as negociações em torno da ZCL Tripartida.

A fase preparatória que se seguiu ao lançamento dedicou-se à preparação do terreno para as negociações. O Fórum Negocial do Comércio Tripartido (TTNF) adoptou os seus Termos de Referência e o seu Regulamento Interno, e criou Grupos de Trabalho Técnicos encarregues de prestar apoio técnico às negociações nas principais áreas da ZCL, nomeadamente as Regras de Origem, as questões relativas à Facilitação Aduaneira e Comercial, as Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (SFS-SPS), as Barreiras Técnicas ao Comércio (TBT) e as Barreiras Não-Tarifárias. A informação e os dados em apoio às negociações foram também compilados pelo Grupo de Trabalho Tripartido. Prevê-se que as negociações sobre as Modalidades para a liberalização tarifária iniciem durante o próximo encontro do TTNF, a ter lugar em finais de Agosto de 2012.

8.1.2 Desenvolvimento de Infra-estruturas

O Programa relativo ao Pilar de Infra-estruturas do Mecanismo Tripartido SADC-COMESA-EAC registou avanços importantes durante os últimos 12 meses, conforme se segue:

8.1.2.1 Estruturas Tripartidas para Facilitar o Desenvolvimento Infraestrutural Criadas e Operacionais

a) a Conta Fiduciária Tripartida (TTA) e o Comité de Investimento (IC) encontram-se actualmente em pleno funcionamento, tendo sido assinados dois Acordos de Concessão entre a TTA e a Zâmbia para as obras na rede rodoviária do Corredor Norte-Sul. O Grupo de Trabalho Tripartido (TTF) está a preparar uma carteira de projectos bancáveis para apreciação do TTF e demais instituições de financiamento;

b) a Unidade de Preparação e Implementação de Projectos (PPIU) foi instituída e está localizada em Lusaka;

c) já foram estabelecidos mecanismos conjuntos de financiamento e implementação para o desenvolvimento de infra-estruturas, tendo os ICP honrado os compromissos que assumiram durante a Conferência de Investimento de Alto Nível no NSC, realizada em Abril de 2009; e

d) o quadro para o financiamento de projectos de infra-estruturas foi elaborado e a Conferência Tripartida/IGAD foi realizada em Setembro de 2011, inserida na iniciativa de convocação de Conferências Conjuntas de Investidores em Corredores.

8.1.2.2 Programa de Infra-estruturas de Ajuda para o Comércio do Corredor Norte-Sul (NSC-AfT)

Foi elaborado um conjunto de projectos nos domínios ferroviário, energético, rodoviário, de postos fronteiriços, portuário e de TIC para o NSC, a partir do qual uma série de projectos rodoviários e energéticos para o Botswana, Quênia, Malawi, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe foi aprovado ou está em apreciação. Até Abril de 2012, o progresso alcançado no domínio da manutenção dos piores troços da rede rodoviária do NSC-Ajuda para o Comércio (AfT) apresentava-se como se segue:

- a) está em curso a reabilitação de troços da estrada Mbeya-Dar es Salaam (152,4 km);
- b) o troço Serenje–Nakonde, de 613 Km, tem financiamento (USD 5 milhões) para a concepção. Prevê-se que os custos totais de construção sejam de aproximadamente USD 600 milhões, para os quais é necessário o financiamento;
- c) está a ser considerado o financiamento da reconstrução do troço rodoviário Kitwe–Chingola (50 Km);
- d) as plantas de dois dos três troços da estrada Lusaka-Chirundi foram finalizadas e foram lançados os concursos públicos para as obras de construção. Foram garantidos fundos para a reconstrução do último troço da estrada Lusaka-Chirundu, numa extensão de 25 Km (juntamente com a reabilitação e a modernização da balsa de Kafue) e em breve será lançado o respectivo concurso público;

e) está em construção o troço de 135 km entre Nata e Kazungula.

Neste momento, estão em curso discussões ao nível regional e nacional sobre como financiar a manutenção de estradas, incluindo a utilização de portagens. A maioria dos troços que compreendem a rede rodoviária do NSC-AfT não apresenta tráfego suficiente que justifique a instalação de portagens para financiar quer os custos de construção e de manutenção, quer a construção, a operação e os lucros das portagens. Embora haja portagens em países como o Zimbabwe, fora da África do Sul a rede rodoviária do NSC-AfT depende de financiamentos provenientes de um conjunto de fontes, nomeadamente orçamento do Estado, fundos de subvenção, conjugados com empréstimos com juros bonificados e fundos angariados através de impostos sobre combustíveis. Todavia, o facto é que o financiamento, mesmo a partir destas fontes, é insuficiente para a manutenção da rede rodoviária do NSC-AfT.

Encontram-se em fase de finalização as propostas sobre como garantir a cobertura na íntegra dos custos de manutenção das estradas do NSC-AfT fora da África do Sul, mediante a criação de um fundo de manutenção de estradas do NSC-AfT (NSC-RMF).

8.1.2.3 Programas de Desenvolvimento de Corredores

Foram elaborados e implementados programas com a seguinte finalidade:

- (a) superar os constrangimentos relativos a infra-estruturas ao longo dos corredores e nos postos fronteiriços;
- (b) ultrapassar os obstáculos e as insuficiências de ordem operacional, incluindo a coordenação e a prestação de serviços de transportes aéreos e planos de construção de linhas férreas para o “cluster”;
- (c) melhorar as políticas e os procedimentos;
- (d) estabelecer e capacitar as Instituições de Gestão dos Corredores; e
- (e) melhorar a coordenação para assegurar a aplicação de uma abordagem regional.

Já se deu início ao Projecto de Saída Regional de Moçambique em apoio às iniciativas de transporte e conexas nalguns corredores do “cluster” África Oriental envolvendo Moçambique.

8.1.2.4 Postos Fronteiriços

Estão em curso esforços tendentes a melhorar as operações fronteiriças e a eficiência da gestão em vários postos fronteiriços, incluindo o alargamento dos programas de Gestão Fronteiriça Coordenada e aperfeiçoamentos no Posto Fronteiriço de Paragem Única de Chirundu, para melhorar ainda mais a sua eficiência operacional. O modelo de “Posto Fronteiriço de Paragem Única” está a ser alargado para vários outros postos de travessia fronteiriça.

8.1.2.5 Revitalização de Linhas Férreas Regionais

Estão a ser levadas a cabo iniciativas tendentes a fazer face aos desafios relacionados com as insuficiências

operacionais das linhas férreas regionais e para facilitar um processo de gestão dos sistemas das linhas férreas como uma rede integrada:

- a) formulação de uma estratégia de revitalização e de um plano de implementação das linhas férreas regionais;
- b) estudo de avaliação das linhas do NSC e dos caminhos-de-ferro interligados;
- c) plano de actividades e estratégico elaborado para o projecto TAZARA, que ainda não foi adoptado e implementado.

8.1.2.6 Portos

(a) a Fase 1 do Projecto PMAESA, que visa desenvolver um sistema comum de captação de dados estatísticos portuários, foi concluída e está-se na fase de procura de aceitação e apoios para a Fase 2;

(b) os corredores marítimos já fazem parte da agenda Tripartida, começando pelo Corredor Marítimo Sudoeste do Oceano Índico, para o qual está a ser realizado um estudo caracterização do âmbito, incluindo os projectos de infra-estruturas portuárias em todos os grandes portos regionais da SADC identificados para financiamento.

8.1.2.7 Liberalização do Transporte Aéreo – Estabelecimento da Autoridade Conjunta de Concorrência (JCA)

Na sequência da Cimeira Tripartida de Kampala, Uganda, realizada em 2008, o Grupo de Trabalho Tripartido elaborou uma estratégia para a operacionalização da JCA, mediante a formulação do respectivo quadro jurídico e institucional.

Já arrancou uma consultoria, que deverá ser concluída até finais de 2012, destinada a operacionalizar a JCA e definir a sua estrutura institucional, o quadro jurídico e o mecanismo de financiamento.

8.1.2.8 Programas Conjuntos de Energia

Está em curso a elaboração e a implementação de Programas Conjuntos de Energia, no âmbito do mecanismo Tripartido, tendo-se alcançado um progresso considerável em relação às Linhas de Transmissão de Corrente Eléctrica, nomeadamente:

- a) Interligação da Zâmbia – Tanzânia – Quênia, para o qual a COMESA e o Governo da Zâmbia assinaram o Acordo de Implementação;
- b) Interligação da Zâmbia-RDC, para o qual a TTA-IC está a ponderar o financiamento da componente zambiana para complementar a parte da RDC, que já é financiada pelo Banco Mundial.

8.1.3. Alterações Climáticas

Paralelamente ao Programa Regional da SADC sobre as Alterações Climáticas, o Secretariado, em colaboração com a COMESA e a EAC, elaborou um “Programa Tripartido de Adaptação às Alterações Climáticas e sua Mitigação na Região da COMESA-EAC-SADC”. O Programa foi conjuntamente financiado pelo Governo da Noruega, pela UE e pelo Departamento do Reino Unido para o Desenvolvimento Internacional, num valor estimado em USD 100 milhões, e está pronto para implementação.

O Programa tem como objectivo geral fazer face aos impactos das alterações climáticas nas regiões da COMESA-EAC-SADC, através de acções de adaptação e mitigação bem-sucedidas, que também edifiquem a resistência económica e social para as gerações presentes e vindouras. O Programa incide principalmente na Agricultura de Conservação a fim de incrementar a adaptação dessas regiões no sector de segurança alimentar.

8.2 União Africana (UA) e NEPAD

8.2.1 União Africana

Durante o período em revista, o Secretariado da SADC deu continuidade à implementação de grande parte das actividades contempladas no Programa Mínimo de Integração da UA (MIP). Na verdade, o RISDP e o SIPO, que são a base dos planos a curto e médio prazo da SADC, são muito mais abrangentes em relação ao MIP.

O Secretariado da SADC participou em reuniões estatutárias da UA, nomeadamente nas Reuniões do Conselho Executivo e da Assembleia, realizadas em Janeiro e Julho de 2012, respectivamente, e nas reuniões anuais da CUA, das CER e dos parceiros estratégicos, realizadas em Novembro de 2011, em Zanzibar, República Unida da Tanzânia.

O Secretariado da SADC desempenhou um papel activo na assistência e facilitação das acções dos Estados Membros no seu esforço de candidatura, enquanto região, aos cargos de Presidente e de Comissários da CUA.

Apraz-me reconhecer a importante conquista da nossa Organização com a eleição de S.Exa. Nkosazana Dlamini Zuma, Ministra do Interior da África do Sul, para o cargo de Presidente da Comissão da União Africana. Na verdade, esta é a primeira vez que a África Austral tem a oportunidade de conduzir os destinos da nossa Organização Continental. Honra-me também reconhecer que esta é a primeira vez que a CUA, e mesmo a sua organização anterior, a OUA, elege uma mulher para o cargo de Presidente.

Em nome do Secretariado da SADC e em meu nome próprio, permitam-me felicitar a Região da SADC e a Ilustre Dlamini-Zuma por este marco histórico.

8.2.2 NEPAD

As actividades da NEPAD continuam a centrar-se em duas áreas de acção principais, nomeadamente a implementação das suas actividades programáticas, o processo de criação das estruturas da Agência e a sua integração nos processos da CUA, enquanto componente técnica da Comissão. Neste contexto, durante o período em revista, as grandes realizações programáticas da NEPAD centraram-se nas áreas da agricultura e segurança alimentar, alterações climáticas, gestão dos recursos naturais e desenvolvimento sustentável, integração e infra-estruturas regionais, desenvolvimento humano e desenvolvimento de capacidades.

O programa da NEPAD beneficiou grandemente do papel activo do Comité de Orientação dos Chefes de Estado e de Governo (HSGOC), que integra 20 Estados Membros, 5 dos quais são oriundos da Região da SADC, nomeadamente África do Sul, Namíbia, Lesoto, Malawi e RDC. No desempenho do seu papel de liderança, o HSGOC introduziu uma série de iniciativas directamente lideradas pelos Chefes de Estado. Neste contexto, S. Excia. Jacob Zuma, Presidente da África do Sul, está à frente da componente de Desenvolvimento de Infra-estruturas do Continente. Esta iniciativa está a dar provas de ser essencial para a aceleração de um programa integrado de desenvolvimento de infra-estruturas em todo o Continente, em conformidade com o Programa de Desenvolvimento de Infra-estruturas de África (PIDA).

No domínio do desenvolvimento institucional, e na sequência de uma proposta do Comité Director da NEPAD, aprovada pelo HSGOC, a Agência de Planificação e Coordenação da NEPAD (NPCA) viu a sua estrutura aprovada pela Assembleia da União Africana, durante a sua 19ª Sessão Ordinária realizada em Julho de 2012, em Adis Abeba, Etiópia. Embora ainda esteja a funcionar a partir de Midrand, África do Sul, as operações da NPCA encontram-se actualmente melhor coordenadas com as da CUA.

Esforços visíveis foram empreendidos no sentido de garantir a coordenação entre a NEPAD e as CER. Todavia, estes esforços devem ser reforçados e alinhados com a CUA a fim de se evitar a sua duplicação. Somos de opinião que urge manter-se uma cooperação e coordenação estruturada e eficaz entre as estruturas operacionais responsáveis pela integração regional a todos os níveis. Isto pressupõe uma planificação, monitorização e avaliação conjuntas e uma coordenação eficaz. Enquanto Secretariado da SADC, estamos prontos para continuar a desempenhar um papel activo na implementação do quadro de desenvolvimento da NEPAD no Continente Africano.

9.0

COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO E MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS

Num esforço visando mobilizar recursos destinados à implementação de programas e projectos regionais, o Secretariado continuou a intensificar as relações estratégicas com os parceiros de desenvolvimento no contexto da Declaração de Windhoek (2006). Todos os programas regionais apoiados pelos parceiros de desenvolvimento e outros Parceiros de Cooperação Internacionais derivam do RISDP e do SIPO da SADC.

Beneficiamos do apoio considerável das seguintes organizações internacionais, entre outras, União Europeia, BAD, Banco Mundial, Commonwealth, Organização Mundial da Saúde, Organização para Alimentação e Agricultura e Fundo Global. As instituições regionais, designadamente FARA e SAT, também continuaram a oferecer o seu apoio técnico e financeiro.

Foi ainda obtido apoio significativo de varios países, entre os quais a Alemanha, a França, a Noruega, a Suécia e o Reino Unido. A informação mais desenvolvida sobre o apoio prestado pelos ICP consta do Relatório de Balanço sobre a Implementação dos Projectos Financiados pelos Doadores, referente ao exercício financeiro 2011/12.

9.1 Cooperação SADC – UE

A implementação dos programas inseridos na cooperação da SADC com a UE, enquadrados no 9º Documento de Estratégia Regional/Programas Indicativos Regionais (RSP/RIP), prosseguiu, estando em curso a programação do 10º RSP/RIP. A implementação de projectos inseridos no 9º FED e o progresso alcançado em matéria de programação do 10º RSP/RIP foram apresentados de forma detalhada no Relatório sobre a Cooperação entre a SADC e a UE.

9.1.1 Programa Indicativo Regional do 9º FED

As áreas de concentração para a programação do 9º FED foram a integração e o comércio regionais e os transportes e comunicações.

À excepção de 3 dos 17 previstos, todos os projectos inseridos no RIP, no valor de € 146,67 milhões, foram concluídos. Os três programas em curso, cuja fase de implementação operacional termina a 31 de Dezembro de 2012, são os seguintes:

- a) apoio à implementação do Protocolo sobre Finanças e Investimento (PFI);
- b) projecto de Reforço de Capacidades para a Segurança dos Alimentos e Controlo de Resíduos (FSCBRC);
- c) Reforço de Capacidades para a Integração Regional (CBRI).

No final de Maio de 2012, os níveis de compromisso individual cumulativos (contratos e estimativas de programas no âmbito dos Acordos de Financiamento) e os desembolsos para os projectos relativos ao 9º FED atingiram €77,83 milhões e €70,56 milhões, respectivamente. Isto representa 69 por cento e 63 por cento, respectivamente, da afectação para o RIP relativo ao 9º FED gerida pelo Secretariado da SADC no valor de € 112,8 milhões.

9.1.2 Programa Indicativo Regional do 10º FED

Na sequência do desempenho satisfatório do Secretariado, em termos de reformas institucionais, a implementação dos programas inseridos no 10º FED será executada através de Acordos de Contribuição.

A afectação inicial para o RIP relativo ao 10º FED é de € 116 milhões, correspondentes a duas áreas de concentração, nomeadamente o Apoio à Integração Económica Regional (REIS) e a Cooperação Política Regional (RPC). A afectação é de € 77 milhões (66,4 por cento) para o RIP e € 18 milhões (15,5 por cento) para a RPC. Foram afectados € 11 milhões (9,5 por cento) para um sector não-focal, enquanto € 10 milhões (7,2 por cento) do RIP contribuem para os projectos continentais, nomeadamente o Centro Africano de Assistência Técnica para a África Austral (AFRITAC Sul) do FMI e o projecto de Monitorização do Ambiente e Segurança em África (MESA).

Por um lado, os programas relativos à área de concentração relativa à Integração Económica Regional visam prestar um apoio alargado ao aprofundamento das políticas comerciais e de integração económica da SADC,

entre as quais a promoção do investimento, as infra-estruturas regionais e a segurança alimentar. Por outro, os programas inseridos na área de concentração sobre a Cooperação Política Regional visam acelerar o processo de integração regional mediante o apoio ao reforço da capacidade para a governação democrática. A área não-focal visa aumentar o nível de coerência entre o apoio do FED, a ambos os níveis nacional e regional, e o apoio à inclusão dos Actores Não-Estatais no processo de formulação de estratégias e de medidas tendentes a aprofundar a cooperação e a integração regionais. O ponto de situação sobre a programação dos recursos relativos ao 10º FED é apresentado na Tabela 3, que se segue:

Tabela 3: Ponto da Situação da Programação do 10º FED

No.	Projecto	€ m	Ponto de Situação	Período de Implementação
Sector Focal 1: Integração Económica Regional				
1.	Fundo de Preparação e Desenvolvimento de Projectos	12	Submetido; aguarda-se aprovação	
2.	Apoio à Integração Económica Regional	20	AF submetido	2013/-2017
3.	Fundo de Apoio a Actividades da SADC Relacionadas com o Comércio	30	AF a ser submetido em Dezembro de 2012	2013/-2016
4	Programa de Capacitação Institucional	15	AF submetido	2013/-2015
Sector Focal 2: Integração Política Regional				
5	Programa Regional de Cooperação Política	18	Aprovado pela UE	2013/-2016
Sector Não-focal				
6	Fundo de Cooperação Técnica 1	6	Operacional	
7	Fundo de Cooperação Técnica 2	5	AF submetido	
Outros				
8	Assistência ao AFRITAC Sul	5	AF a ser submetido até Julho de 2012 (rever no final de Julho para reflectir o ponto da situação)	
9	Apoio à MESA	5	FA assinado	

Nota: AF = Ficha de Acção

FA = Acordo de Financiamento

A programação dos recursos do 10º FED ganhou ímpeto após a Avaliação Intercalar (MTR) do RSP-RIP relativa ao 10º FED da SADC-UE, em Setembro de 2011. O Relatório de Balanço Conjunto, o principal documento de referência para o processo de MTR, não recomendou mudanças à estratégia subjacente do RSP da SADC relativo ao 10º FED, nem ao pacote de recursos iniciais no valor de €116 milhões.

Contudo, desde então, a UE cancelou a autorização de um valor total de € 32 milhões do RIP da SADC relativo ao 10º FED. Este valor destinava-se ao Fundo Relacionado com o Comércio da SADC. Os recursos retirados serão direccionados para um plano de “Energia Sustentável para Todos”, um programa que beneficiará os países da SADC.

9.2 Cooperação entre a SADC e o Banco Africano de Desenvolvimento

O Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) é um dos Parceiros de Cooperação de longa data, que apoia a implementação de programas de desenvolvimento económico na região da SADC, através da cooperação com o Secretariado em matéria de programas regionais e através da cooperação bilateral com os diferentes Estados Membros da SADC.

O actual apoio prestado pelo BAD está avaliado em AU 62,4 milhões para 8 projectos. O Secretariado da SADC é a Agência de Implementação de 5 projectos dedicados às áreas da agricultura, de água e saneamento, da educação, do transporte e da saúde. A carteira de projectos apoiados pelo BAD está definida na Tabela 4 a seguir:

Tabela 4: Carteira de Projectos do BAD no Secretariado da SADC

No.	Projecto	Sector	Valor AU (milhões)
Projecto com o Secretariado da SADC como Agência Executora			
1	Projecto de Fortalecimento das Instituições para a Gestão do Risco de Doenças Animais Transfronteiriças (TADs)	Agricultura	13,7
2	Projecto de Apoio aos Cursos de Água Compartilhados	Água	9,4
3	Apoio ao Programa de Água e Saneamento da SADC	Água	1,8
4	Projecto de Reforço da Capacidade no Ensino Aberto e à Distância da SADC	Educação	15,0
5	Apoio ao Controlo de Doenças Transmissíveis: VIH/SIDA, Malária e Tuberculose	Saúde	20,0
Projectos Coordenados/Facilitados pelo Secretariado da SADC			
6	Assistência Técnica – Estudo sobre a Ponte de Kazungula	Transportes	0,4
7	Assistência Técnica – Estudo sobre a Melhoria do Corredor Norte-Sul	Transportes	2,1
8	Programa Multinacional de Reforço da Capacidade de Estatística para os ODM, (SCB) III	Estatística	Em negociação
Total			62,4

De um modo geral, a maioria dos projectos regista atrasos em termos de planos de implementação iniciais, na sequência do início demorado dos projectos, enquanto certos problemas que persistem estão relacionados com o incumprimento da programação das actividades previstas nos relatórios de avaliação, as insuficiências na concepção de algumas operações, na altura da avaliação, e a transmissão tardia dos documentos entre o Banco e as Unidades de Implementação de Projectos (UIP).

Depois da Missão que o Secretariado da SADC realizou a Túnis, em Junho de 2012, o BAD e o Secretariado chegaram a acordo sobre o caminho a seguir, em termos de abordagem dos desafios enfrentados na implementação de projectos. As soluções abarcam o fortalecimento das estruturas do Secretariado da SADC, nos domínios da

coordenação de projectos do BAD e da formação e desenvolvimento institucional, quer a nível do Secretariado da SADC, quer do pessoal das Unidades de Implementação de Projectos do BAD nos Países Membros.

9.3 Cooperação entre a SADC e a Alemanha

As negociações bilaterais entre a SADC e a Alemanha tiveram lugar a 27 de Outubro de 2011, na Sede do Secretariado da SADC, em Gaborone, Botswana. As consultas reafirmaram o objectivo da cooperação de desenvolvimento SADC-Alemanha, que consiste em contribuir para a paz e segurança e para a concretização dos ODM na região da SADC, através do apoio à agenda de integração regional. Foram confirmadas três áreas prioritárias, nomeadamente:

- utilização e protecção dos recursos naturais transfronteiriços;
- integração económica regional;
- gestão das águas transfronteiriças.

A República Federal da Alemanha providenciará um total de €47,58 milhões, valores que serão utilizados antes de Dezembro de 2019, para apoiar a implementação dos programas prioritários da SADC inseridos na Cooperação SADC-Alemanha. Este valor abarca €21 milhões para os projectos/programas de Cooperação Financeira, €23,21 milhões para os projectos/programas de Cooperação Técnica providenciados através do Ministério Federal de Cooperação Económica e Desenvolvimento, e €3,37 milhões providenciados através do Ministério Federal do Ambiente, Conservação da Natureza e Segurança Nuclear.

A delegação do Secretariado da SADC às consultas foi chefiada pelo Secretário Executivo, Dr. Tomaz Augusto Salomão, enquanto a da Alemanha foi liderada pelo Dr. Ingolf Dietrich, Chefe da Divisão da África Austral junto do Ministério Federal de Cooperação Económica e Desenvolvimento.

A Tabela 4 abaixo ilustra a visão geral sobre os compromissos assumidos em relação aos programas inseridos na Cooperação SADC-Alemanha.

Tabela 5: Visão Geral sobre a Autorização de Fundos Fundos no âmbito da Cooperação SADC – Alemanha

Projecto/programa	FC/TC	Autorização 2010 em €m	Autorização 2011 em €m	Instrumento: FC
Área prioritária: Utilização e protecção dos recursos naturais				
Área de conservação transfronteiriça do Parque do Grande Limpopo IV	FC	-	5,0	Subvenção
Instalações e programas de formação de guardas e gestores florestais na região da SADC	FC	-	10,0	Subvenção
Sub-total FC			15,0	
Utilização e protecção dos recursos naturais transfronteiriços na região da SADC	TC	5,0	0,71	
Sub-total TC		5,0	0,71	
Sub-total 1 (FC+TC)		5,0	15,71	
Área prioritária: Integração económica regional				
Fortalecimento de capacidades e competências no domínio de políticas económicas e comerciais na SADC	TC	-	3,0	
Fortalecimento de infra-estruturas de qualidade para a protecção do comércio e defesa do consumidor	TC	1,5	-	
Sub-total 2		1,5	3,0	
Área prioritária: Gestão de águas transfronteiriças				
Projecto de abastecimento transfronteiriço de água do Kunene	FC	2,0	4,0	Subvenção
Sub-total FC		2,0	4,0	
Gestão dos recursos hídricos transfronteiriços da SADC	TC	6,0	-	
Sub-total TC		6,0		
Sub-total 3 (FC + TC)		8,0	4,0	
Cooperação fora das áreas prioritárias				
Apoio à Paz, à Segurança e à Boa Governação na região da SADC	TC	4,0	-	
Fortalecimento da agenda de reforma e da capacidade de gestão das instituições da SADC	TC		3,0	
Desenvolvimento dos Sistemas de Monitorização Integrada para o REDD + na região da SADC	TC	-	3,365	
Sub-total 4		4,0	3,365	
Soma total (dos sub-totais 1-4)		18,5	29,075	

Nota: AF = Ficha de Acção

FA = Acordo de Financiamento

9.4 Cooperação entre a SADC e o Japão

9.4.1 Primeiro Fórum de Investimento em Infra-estruturas SADC-Japão

Inserido nos esforços em curso, tendentes a atrair o investimento virado para aumentar o desenvolvimento de infra-estruturas na região, foi realizado o primeiro Seminário da SADC-Japão sobre Investimento em Infra-estruturas, em Tóquio, Japão, de 14 a 15 de Março de 2012. Os objectivos do Seminário consistiram em aumentar a sensibilização dentro da comunidade de negócios japonesa sobre as oportunidades existentes na Região da SADC no domínio de infra-estruturas e das TIC, bem como apresentar à comunidade de negócios japonesa a carteira de projectos de infra-estruturas regionais.

O Seminário envolveu directamente o Governo e a comunidade de negócios japoneses e divulgou a carteira de projectos de infra-estruturas da SADC, em particular nas áreas prioritárias de energia, transporte, comunicações/TIC e água.

Participaram do Seminário mais de 250 delegados, dos quais, dois terços eram provenientes da Comunidade de Negócios japonesa e os restantes dos Estados Membros da SADC. Os Estados Membros da SADC aproveitaram o ensejo para dialogar a nível bilateral com a Comunidade de Negócios japonesa sobre as áreas de interesse mútuo e sobre as oportunidades de investimento, durante as sessões de intercâmbio inter-pessoais.

A Delegação da SADC ao Seminário foi chefiada pelo Presidente do Conselho de Ministros da SADC, Sua Excelência Dr. Augusto da Silva Tomás, Ministro dos Transportes da República de Angola. Sua Excelência Dr. Tomás é igualmente o actual Presidente do Cluster dos Ministros da SADC responsáveis pelas infra-estruturas. No seu discurso principal ao Seminário, Sua Excelência Dr. Augusto da Silva Tomás sublinhou as oportunidades de investimento à disposição na região da SADC, tanto dos investidores do sector público como do sector privado japoneses e no contexto do Quadro Tripartido da COMESA-EAC-SADC.

A sessão de abertura do Seminário foi presidida pelo Senhor Kato, Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros do Japão, que reafirmou o apoio do Japão ao desenvolvimento de infra-estruturas na região da SADC, dentro do quadro da TICAD IV e da Declaração e Plano de Acção de Yokohama de 2008. O Senhor Kato encorajou ainda as empresas japonesas a investir na região da SADC, reconhecendo o potencial desta como uma das regiões em rápido crescimento em África, bem como a oportunidade para a SADC e o Japão beneficiarem do comércio e investimento.

9.4.2 Quadro de Cooperação entre a SADC e o Japão

O Secretariado da SADC e o Governo do Japão concluíram negociações sobre a formalização da sua cooperação, que culminou com a assinatura de um Memorando de Cooperação (MoC), em Abril de 2012, no Secretariado da SADC.

O objectivo do MoC consiste em providenciar um quadro de cooperação entre a SADC e o Governo do Japão, bem como fortalecer as relações existentes, rumo à consecução dos objectivos comuns. As áreas de cooperação inseridas neste Memorando abarcam as infra-estruturas, o comércio, o investimento, o turismo, a energia, as TIC, a agricultura, as questões ambientais e o diálogo político.

Os signatários do MoC são o Secretário Executivo da SADC, Dr. Tomaz Augusto Salomão, e o Embaixador do Japão no Botswana e junto da SADC, S.Exa. Senhor Hiroyasu Kobayashi. Esta ocasião marcou uma viragem nas relações entre a SADC e o Japão, tendo S.Exa. Kobayashi saudado o instrumento como o primeiro que o Governo japonês assina com a SADC.

Com vista a monitorizar com eficácia os eventos enquadrados na implementação deste MoC, o Secretariado irá formular um mecanismo de acompanhamento em colaboração com as Câmaras do Comércio e Indústria da SADC e o Grupo de Embaixadores da SADC em Tóquio.

9.4.3. Quarta TICAD Ministerial

A Quarta TICAD Ministerial teve lugar em Marrakesh, Reino de Marrocos, de 5 a 6 de Maio de 2012. A reunião passou em revista o progresso alcançado na implementação do Plano de Acção de Yokohama (YAP). Apesar de reconhecer o progresso alcançado no processo, a reunião destacou a necessidade de se criar uma maior sinergia entre as iniciativas de desenvolvimento próprias de África e o apoio prestado por vários parceiros de desenvolvimento, incluindo o Japão.

Ao reconhecer a necessidade de promover o desenvolvimento de infra-estruturas em África, através de mecanismos de Parceria Público-Privado (PPP), a reunião saudou o sucesso da Conferência de Investimento em Infra-estruturas Japão-SADC, que teve lugar em Março de 2012, em Tóquio, Japão. Os participantes encorajaram no sentido de se alargar estas iniciativas a outras REC.

Outras questões discutidas na Quarta TICAD Ministerial abarcaram a actual situação económica em África, as Alterações Climáticas e os ODM.

9.5 SADC – Economias de Mercado Emergentes

9.5.1. SADC – China

No meu Relatório, apresentado ao Conselho em Agosto de 2011, eu sublinhei o facto de a visita de S. Excia o Presidente Pohamba, da Namíbia, e então Presidente da SADC, à China, destinada a mobilizar investimentos de capitais para financiar os projectos de infra-estruturas da SADC, representar uma viragem na nossa relação com esta economia emergente, actualmente a segunda maior do mundo.

O Secretariado da SADC procurou dar seguimento ao trabalho iniciado por S. Excia o Senhor Presidente, conforme orientou o Conselho e a Cimeira. Neste contexto, em Abril de 2012, o Secretariado da SADC iniciou o diálogo com o Banco de Desenvolvimento da China (CDB), uma instituição pública responsável por interesses de investimento da China em África e noutras partes do mundo. O CDB é a organização que financiou a construção do caminho-de-ferro de TAZARA e se encontra actualmente a ponderar a sua reabilitação.

As sessões de diálogo concluíram que o CDB está interessado em financiar mais projectos de desenvolvimento de infra-estruturas na região da SADC, incluindo, entre outros, a reabilitação do projecto TAZARA e o projecto Grande Inga, na RDC. O CDB informou o Secretariado da SADC que o modelo de cooperação da plataforma regional SADC-CDB deve ser explorado no contexto geral do Fórum de Cooperação China-África, contrariamente ao modelo de cooperação entre o CDB e países específicos. Todavia, a China reconheceu a SADC como parceiro estratégico com o qual ela deve cooperar.

As duas partes concordaram em elaborar um MoU, que enalteça as modalidades e as principais áreas de cooperação. Esse MoU deve ser assinado antes do final do ano de 2012.

Para assegurar a coerência dos nossos esforços de mobilização de recursos, o Secretariado irá manter os Estados Membros informados sobre o evoluir da cooperação com a China. Os Embaixadores da SADC na China desempenharão também um papel preponderante a este respeito.

9.5.2 A SADC e outras Economias de Mercado Emergentes

Foram também iniciadas discussões com outras economias emergentes, tais como a Índia e o Brasil, num esforço tendente a implementar as decisões do Conselho e da Cimeira sobre a diversificação dos ICP, com particular realce para este grupo de países. É nossa opinião que, numa era em que a região vem descobrindo, cada vez mais, enormes reservas de recursos minerais, a SADC deve organizar-se para maximizar os benefícios resultantes destas descobertas, quer nas perspectivas nacionais, quer regionais.

Embora o Secretariado da SADC esteja a intensificar os contactos com as novas economias de mercado emergentes, conforme orienta a Cimeira e o Conselho, é importante notar que há necessidade urgente de se criar plataformas de diálogo de políticas sobre as modalidades de cooperação com esta categoria de parceiros, pois alguns deles utilizam modalidades que não são necessariamente do melhor interesse da SADC.

9.6 Cooperação SADC – Nações Unidas

Desde a assinatura de um MoU entre a SADC e a Comissão Económica das Nações Unidas para África (UNECA), em 2008, destinado a proporcionar um quadro de cooperação para a abordagem da integração regional e as necessidades especiais da África Austral, conforme articulam o RISDP e o SIPO, as duas partes acordaram em implementar um Programa Plurianual (MYP), na altura agendado para 2007-2009.

As áreas de cooperação prioritárias inseridas no MYP compreendem o Comércio, a Indústria, Finanças e Investimento, as Infra-estruturas e Serviços, a Alimentação, Agricultura e Recursos Naturais, o Desenvolvimento Social e Humano e os Programas Transversais e Especiais.

Embora as actividades do MYP estejam a ser implementadas, têm sido enfrentados vários desafios, entre os quais a insuficiência de recursos financeiros para implementar as actividades relativas ao Programa e a necessidade de se fazer corresponder as actividades do MYP à capacidade existente para implementar o Programa.

O Secretariado e a UNECA estão a explorar formas para melhorar a implementação de programas, a começar pela

revisão do MYP, a fim de assegurar a realização de programas baseados nos resultados e esclarecer as funções e as responsabilidades específicas, incluindo os mecanismos de apresentação de relatórios. A pedido da SADC, a UNECA prestou apoio à preparação e conclusão do HDR para a SADC.

9.7 Revisão da Declaração de Windhoek (WD)

A Declaração de Windhoek (WD) (2006) sobre a Nova Parceria entre a SADC e os ICP foi submetida a uma avaliação a fim de assegurar a eficácia da parceria e garantir que a cooperação permaneça em harmonia com a evolução que se verifica a nível internacional sobre a eficácia da ajuda, tais como a Declaração de Paris, o Plano de Acção de Alto Nível de Acra e os resultados práticos do 4º Fórum de Alto Nível de Busan sobre a Eficácia da Ajuda. A avaliação da WD foi realizada em conjunto pela SADC e os ICP. O exercício consistiu na avaliação do progresso alcançado na implementação dos cinco compromissos de parceria, nomeadamente a titularidade, o alinhamento, a harmonização, a gestão dos resultados e a responsabilização mútua, bem como a estrutura de diálogo SADC/ICP.

A conclusão da avaliação foi de que o progresso alcançado na implementação dos cinco compromissos de parceria foi moderado, embora se tenha registado progresso notável em matéria de harmonização em dois sectores, nomeadamente os sectores de Água e do combate ao VIH e SIDA. O exercício de avaliação concluiu ainda que a WD permanece um quadro de parceria válido para apoiar o desenvolvimento regional da SADC.

As recomendações apresentadas com vista a implementar as parcerias incluem, entre outras, a formulação de uma Estratégia de Parceria destinada a proporcionar um novo estímulo ao quadro de parceria em torno da WD, bem como uma estrutura de diálogo revista consistindo em apenas dois níveis, ou seja, o Grupo Principal e a Coordenação dos Grupos Temáticos. No âmbito da proposta de estrutura de diálogo revista, a Conferência Consultiva já não seria uma responsabilidade conjunta da SADC e dos ICP, devendo a SADC continuar a organizar-se para as conferências consultivas conforme era o caso antes da adopção da Declaração de Windhoek. Por conseguinte, o Secretariado, em consulta com os ICP, está a elaborar um plano de acção vocacionado para a implementação dos resultados práticos da avaliação.

10.0

CONCLUSÕES, DESAFIOS E RECOMENDAÇÕES

O presente relatório apresentou um quadro geral sobre a implementação das actividades desencadeadas pelo Secretariado, orientado pelo RISDP e pelo SIPO, assim como pela orientação e liderança frequentes da Cimeira e do Conselho.

A paz e a segurança, sem as quais a região não alcançaria êxitos no desenvolvimento socioeconómico, mantiveram-se no topo da agenda regional. Por conseguinte, os esforços de mediação política empreendidos no Lesoto, Madagáscar e Zimbábue foram sustentados, tendo o Lesoto realizado eleições credíveis, livres e justas a 26 de Maio de 2012.

Apesar de moderado, foi alcançado progresso na preparação para a União Aduaneira da SADC. Foi elaborado um relatório que identificou todos os elementos fundamentais a serem abordados na estrutura da União Aduaneira da SADC. Com vista a evitar o impasse a que se chegou neste domínio, gostaria de, uma vez mais, exortar que os Estados Membros assumam um compromisso firme e evidem esforços concertados no sentido de implementar o plano de acção rumo à criação da União Aduaneira. Todo o processo deve contar com a forte participação de todos os Estados Membros. Torna-se vital notar que todos os Estados Membros são indispensáveis para a concretização da criação da União Aduaneira da SADC.

Foi registado um progresso satisfatório no domínio da Normalização, Garantia da Qualidade e Acreditação e Metrologia. A cooperação no domínio da normalização na SADC permitiu harmonizar, até aqui, 94 normas, 19 das quais foram harmonizadas em 2011/2012. A função crucial de melhorar o clima de investimento da SADC e promovê-la como destino de investimento foi bem executada pelo Secretariado com o lançamento do Portal de Investimentos da SADC.

Foi concluída a formulação do RIDMP. Este plano orientará a implementação de redes de infra-estruturas transfronteiriças eficientes, impecáveis e rentáveis de uma maneira integrada e coordenada em todos os seis sectores, a saber: Energia, Transporte, Turismo, TIC e Serviços Postais, Meteorologia e Água. Esta conclusão marca a concretização de um marco importante, em matéria de fortalecimento do programa de desenvolvimento de infra-estruturas na região e tenho a forte convicção de que o empenho demonstrado por todos os intervenientes durante a fase de formulação se irá alargar para a fase de implementação.

O relatório sobre a situação de segurança alimentar na região referiu que em 2011/12 a pluviosidade foi, de um modo geral, fraca na maior parte da região, o que afectou negativamente o desempenho agrícola nalgumas áreas. As previsões relativas a 2012/13 indicam também que, de um modo geral, a situação de segurança alimentar na região está a deteriorar-se, comparativamente aos dois anos anteriores.

As avaliações preliminares da vulnerabilidade indicam que um número persistentemente elevado de pessoas da região vive numa situação de insegurança alimentar. Portanto, o meu apelo vai no sentido de que as Unidades de Alerta Prévio Nacionais sejam fortalecidas, em termos de recursos humanos e financeiros, para que possam produzir informações de aviso prévio pontualmente. Por seu turno, a informação pontual facilitará o planeamento adequado e a resposta pronta em benefício dos grupos vulneráveis da região.

Todos os intervenientes relevantes jogaram um papel decisivo no fomento do desenvolvimento social e humano na região. Pode-se observar que se registaram grandes realizações na área de facilitação do acesso redobrado à educação de qualidade e ao aprimoramento de competências. Com respeito ao VIH e SIDA, é encorajador notar que alguns Estados Membros alcançaram mais de 50 por cento em matéria de prestação de serviços de Prevenção da Transmissão Vertical do VIH. Todavia, as intervenções de financiamento do programa regional de combate ao VIH e SIDA continuam a enfrentar desafios, pelo que há necessidade de se aumentar, de forma considerável, os recursos internos para a resposta, incluindo, entre outros, a concretização das metas da Declaração de Abuja, de afectar pelo menos 15 por cento do orçamento nacional para o sector da saúde.

O Programa de Análise e Diálogo sobre Políticas, concebido para congregar peritos das diferentes áreas de cooperação e integração regionais na região da SADC, mereceu um apoio incontestável dos intervenientes relevantes na região. Estou, por isso, confiante de que os resultados do programa continuarão a permitir ao Secretariado executar o seu mandato, que consiste, entre outros, em formular estratégias e planificar e monitorizar a cooperação e a integração regionais, de uma maneira adequada.

O apoio prestado pelos Estados Membros ao Secretariado, de modo particular, entre outros aspectos, a aprovação de várias políticas e documentos estratégicos, permitiu ao Secretariado ter nota positiva na área de avaliação institucional que, por sua vez, abriu caminho para a UE e o Secretariado iniciarem negociações sobre a assinatura de acordos de contribuição em apoio à Agenda de Integração Regional da SADC.

A coordenação dos principais programas de integração entre o Secretariado da SADC, a CUA e outras REC continuou a ser uma parte importante das actividades do Secretariado da SADC. Conforme apresenta o Relatório, o Secretariado jogou um papel crucial na facilitação da candidatura da SADC para o cargo de Presidente da UA, como região. Portanto, a candidatura bem-sucedida de S. Exa. Nkosazana Dlamini Zuma foi prova de que uma SADC unida pode fazer uma grande diferença.

Os esforços tendentes a mobilizar recursos com vista à implementação de programas e projectos regionais continuaram a produzir resultados positivos. As relações estratégicas com os parceiros de desenvolvimento no contexto da Declaração de Windhoek (2006) foram fortalecidas. Por outro lado, o Secretariado continuou a receber apoio financeiro e técnico das organizações internacionais e dos diferentes países.

Os recursos financeiros e humanos continuaram a representar grandes desafios para a implementação eficiente e eficaz dos projectos e programas regionais. Os atrasos verificados e a falta de remessa das contribuições financeiras por parte de certos Estados Membros agravaram o problema durante o ano em análise.

Apesar dos desafios enfrentados durante a facilitação da implementação dos projectos e programas de integração regional, o Secretariado permaneceu comprometido com a cultura de concretização de bons resultados, boa governação e transparência.

Para o futuro, o Secretariado reafirma o seu engajamento no contexto da facilitação da implementação de projectos e programas de integração regional e permanece à disposição dos Estados Membros para assegurar que a região supere, de forma colectiva, os desafios económicos emergentes.

APÊNDICE 1: INDICADORES SELECIONADOS PARA OS ESTADOS MEMBROS DA SADC, 2011

Estado Membro	População (Semestre, '000)	PIB (aos preços actuais, milhões USD)	PIB Per Capita (USD)	Taxa de Crescimento do PIB Real (%)	Taxa de Inflação Anual (%)	Taxa de Câmbio Média (Por USD)	Exportações de Bens e Serviços (milhões USD)	Importações de Bens e Serviços (milhões USD)	Total da Dívida Externa (milhões USD)	Reservas Internacionais (excl. ouro, milhões USD)
Angola	17.992	104.044	5.783	3,9	11,4	95,27	67.088	20.228	16.204	27.684
Botswana	2.025	17.727	8.754	5,1	8,5	6,80	6.820	7.725	4.007	8.824
RDC	75.259	23.700	315	6,9	12,6	919,44	10.133	11.501	4.518	1.273
Lesoto	1.879	2.366	1.259	4,3	5,0	7,30	1.157	1.986	786	1.344
Madagáscar	20.696	10.025	484	0,5	9,5	2.025,10	2.657	4.110	2.637	1.263
Malawi	14.389	5.811	404	4,3	7,6	156,50	1.421	2.432	1.081	190
Maurícias	1.286	11.251	8.749	4,0	6,5	28,80	6.086	7.463	1.367	2.577
Moçambique	23.049	12.259	532	7,3	6,1	29,06	3.453	5.659	6.337	2.304
Namíbia	2.105	12.704	6.035	4,9	5,1	7,15	5.499	6.643	4.385	1.775
Seychelles	87	1.014	11.602	5,0	2,6	12,38	478	876	461	279
África do Sul	50.586	406.063	8.027	3,1	5,0	7,30	117.033	119.501	111.462	42.595
Suazilândia	1.068	3.860	3.614	1,3	6,1	7,26	2.643	2.965	382	576
Tanzânia	44.485	23.850	536	6,4	12,7	1.573,69	7.460	14.004	8.960	3.761
Zâmbia	13.459	19.207	1.427	6,6	8,7	4.797,00	9.047	7.637	3.648	2.167
Zimbabwe	12.754	10.068	789	9,3	3,5	1,00	3.645	7.047	14.317	n.a
SADC	281.119	663.948	2.362	3,8	7,4		244.620	219.778	180.550	96.611

Fonte: ANE dos Estados Membros da SADC

SADC SECRETÁRIO

Plot No. 54385
Central Business District
Private Bag 0095
Gaborone
Botswana

Tel	+267 395 1863
Fax	+267 3972848
Email	registry@sadc.int
Web	www.sadc.int